

Josivaldo Pires de Oliveira

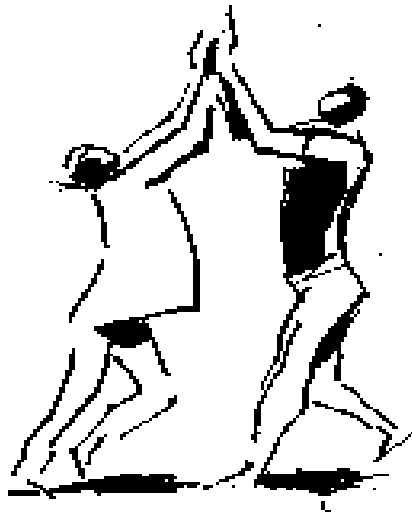
## **PELAS RUAS DA BAHIA**

*Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana*

(1912-1937)

*Cada mestre é um estilo.  
A Capoeira é uma só e  
quem comanda o jogo é o  
Benivaldo. Com os mesmos  
feitos e contos.*

*CAZ 33  
95*



Universidade Federal da Bahia - UFBA

2004

**Josivaldo Pires de Oliveira**

***PELAS RUAS DA BAHIA***

***Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana  
(1912-1937)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Brandão de Aras, para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

**Salvador-Ba.**

**2004**

Aos meus pais, Sr. João Paulino de Oliveira e Sr<sup>a</sup> Eurides  
Pires de Oliveira, a quem devo os méritos desse trabalho;  
Ao Sr. Daniel Coutinho, Mestre Noronha, *in memória*.

Em 1917 fomos convidados para uma roda de capoeira na Curva Grande. A roda de capoeira que só tinha gente bamba todos eles estava combinado para nos escurasarem junto com a própria polícia. A roda de capoeira era de um sargento da polícia militar. Corgiu uma forte discussão o sargento sacou uma arma de fogo que foi tomado da mão do sargento pelo capoeirista que tem o apelido Julio Cabeica de Leitoia um grande dizordeiro. Houve um tiroteio grande parecia uma praça de guerra. Houve intervenção da cavalaria. Foi um caceite disdobrado tanto da parte da polícia como dos capoeiristas. Fizemos de nós capoeiristas barata no terreiro de galinha. Mais foi engano.

(COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola: os manuscritos do Mestre Noronha*. Brasília: CIDOCA/DF, 1993, p. 31.)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>6</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>NOS CAMINHOS DA CAPOEIRAGEM .....</b>	<b>16</b>
1.1. A História Social e a recente historiografia da capoeiragem .....	18
1.2. Os estudos africanistas e a etnografia da capoeira na Bahia .....	27
1.3. Pelas ruas da Bahia: a cidade e os capoeiras .....	34
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>SOBREVIVENDO NAS RUAS .....</b>	<b>46</b>
2. 1. Navalhadas e cabeçadas: valentes e capoeiras nas ruas de Salvador .....	48
2. 2. “Aqui quem manda sou eu”: territórios sociais e conflitos .....	57
2. 3. “Mulheres de pá virada”: o feminino no universo dos capoeiras .....	67
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>DE “CAPADÓCIO DAS RUAS” A AGENTES CULTURAIS .....</b>	<b>82</b>
3. 1. De capadócios e capoeiras: a capangagem política em Salvador .....	83
3. 2. “O advogado dos pobres”: Cosme de Farias e os capoeiras .....	102
3. 3. Os capoeiras e o universo da repressão .....	108
3. 4. A resistência negociada na sociedade baiana .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>129</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar aspectos do cotidiano dos capoeiras na Cidade do Salvador, entre 1912 e 1937. Eram esses, protagonistas das ruas que viviam expostos às condições de sobrevivência que as mesmas lhes ofereciam, portanto, estavam sujeitos a cometerem delitos das formas mais variadas possíveis, desde as pequenas contendas que ocorriam nas ruas até os grandes conflitos envolvendo interesses políticos e relações de poder. Experimentavam os capoeiras o universo da criminalidade, experiências essas, marcadas por resistências explorando as várias possibilidades de sobrevivência do *ser capoeira* na Salvador republicana. Considerados desordeiros, capadócios e arruaceiros, perturbadores da ordem pública, foram também, agentes culturais oriundos das camadas populares da sociedade baiana, em grande parte descendentes dos africanos que reelaboraram na capital, culturas e tradições, dando forma ao seu universo que se consolidou a partir da década de 1930.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é difícil, principalmente quando se trata de resumir em algumas linhas atendendo, inclusive, às formalidades da escrita. Seria tão simples se eu pudesse escrever: “valeu galera!”. Em meio a essa dificuldade quero começar citando a minha família, a qual me conhece melhor do que qualquer pessoa.

Aos meus irmãos Geno, Rios (e sua turma da Banda Reggae Jha People), Bil, Geu e Lilí sempre preocupados com o desempenho do trabalho. E é por ter sempre essa preocupação que eu agradeço a minha querida Ellen Alcântara. Aos meus irmãos da capoeiragem com quem dialoguei bastante sobre as observações da pesquisa. Foram eles todos meus co-orientadores pois são especialistas na roda de capoeira. Para não ficar com a dívida maior do que já estou, cito aqui os nomes do meu mestre Cláudio Costa e os Contramestres Claudinho (Cláudio Carmo), Dentadura (Luciano Cerqueira) e o treineu Calça Furada (Gilmar Rios), este último assumiu minhas responsabilidades nas muitas ausências que tive, por conta da pesquisa, da Escola de Capoeira. A este capoeira, meu muito obrigado.

Quero agradecer a uma das pessoas que maior envolvimento teve com este trabalho, que dedicou muitos de seus finais de semanas e feriados à leitura e discussão dos textos que compõem a presente dissertação. À minha orientadora Dr<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras pelos momentos de atividade acadêmica, carinho e atenção, o meu muito obrigado.

À turma da UEFS, em especial, ao Núcleo de Estudantes Negros, o qual nasceu juntamente comigo na academia e nesse sentido não posso me esquecer da companheira Prof<sup>a</sup> Rosângela Souza da Silva (UNEB) com quem dividi a experiência do NENUUEFS e de muitas lutas. Ao amigo artista plástico Gabriel Ferreira, que com sensibilidade registra em suas telas a expressão dos capoeiras. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Risério de Almeida Gandon, de quem tive grande incentivo para fazer essa pesquisa. À querida Prof<sup>a</sup> Iara Nancy Araújo Rios (FTC/UEFS), amiga praticante da história social assim como ao Prof. Antônio Jorge Vitor do Santos Godi (UEFS) e a Prof<sup>a</sup> Lucilene Reginaldo (UEFS). À família Santa Bárbara: Ivanide, Reginildes, Urânia e o capoeira Quichute (Regivan), pessoas que acompanharam grande parte da minha trajetória.

A nega Lú (Lucidalva de Assis Santos), pelo carinho e apoio. Ao Prof<sup>o</sup> Antônio César Ferreira da Silva (UEFS), o capoeira filósofo, e à Prof<sup>a</sup> Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (UEFS) com quem sempre tenho algo a aprender. E por falar em aprender, o meu

agradecimento à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celeste Pacheco de Andrade (UEFS/UNEB), que me acompanha desde a graduação acreditando em meu sucesso, espero não decepcioná-la.

No período em que necessitei residir na Cidade do Salvador, fui assistido por alguns amigos, os quais tiveram sua privacidade invadida por um espaçoso indivíduo estranho aos seus hábitos domésticos. Agradeço aos professores Wálney da Costa Oliveira (UEFS), Dílson Cerqueira da Silva (UCSAL), companheiro de muitas lutas, e Márcia Guena dos Santos (FTC), a quem tenho um enorme carinho e respeito pelo trabalho social que desenvolve.

Por fim, não me pode escapar Fábio Mandingo e a Associação Cultural Quilombo Cecília juntamente com os meus irmãos angoleiros: os mestres Lua Rasta, Ciro e os guerreiros do Terreiro de Jesus.

A comunidade de pesquisadores do tema da capoeira tem crescido e nesse sentido devo agradecer a colaboração de alguns deles. Ao meu grande amigo Fred Abreu, colaborador nessa pesquisa, assim como, Jair Moura, grande conhecedor da capoeira baiana. Ao amigo e irmão Luiz Augusto Pinheiro Leal, pesquisador e aprendiz da capoeira paraense. Ao Prof<sup>o</sup> Luís Vítor Castro Júnior (UEFS), sempre convicto das questões da educação no universo da capoeira. A Ana Paula Rezende Macedo (UFU), pesquisadora preocupada com os sentidos e significados das cantigas da capoeira.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), que conhecem aquela documentação melhor do que qualquer pesquisador. A pessoas como o Sr. Daniel e Da Lua, devo agradecer pelos dias empoeirados e produtivos, da Sala de Pesquisa do APEB.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA pude contar com o apoio de amigos professores e funcionários empenhados em facilitar o trabalho do pesquisador. Aos professores Dilton de Oliveira Araújo, Maria das Graças de Souza Teixeira e à coordenadora do Programa do Mestrado, Dr<sup>a</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso, pelo forte incentivo.

Aos professores Dr. Antônio Luigi Negro e Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas por se colocarem à disposição para as necessidades que pudessem ocorrer. Meu agradecimento ao Prof<sup>o</sup> Dr. João José Reis pelas críticas ao projeto de pesquisa e por acreditar na realização do trabalho. Também foi de indispensável valor o empenho de Marina Santos em facilitar o acesso à bibliografia disponível na biblioteca do Mestrado.

Depois de tantos agradecimentos, não poderia esquecer daquele(a)s companheir(a)os que igualmente experimentaram, cada um ao seu modo, o *ser mestrand(o)a* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Quero sinceramente agradecer a Serginho, Lara, Terezinha, Jairo, Jocineide, Neidinha, Andréa, Adriana Dumas, Jackson, Denílson, Jorginho, Patrícia, Zeneide e Ricardo.



A todas as pessoas que foram citadas e aos que não tiveram seus nomes explícitos aqui desde meus familiares, amigos e conhecidos que direta ou indiretamente, colaboraram, mesmo aqueles que não tiveram a intenção, eu agradeço por este trabalho.

Por fim, agradeço a CAPES pela bolsa de estudos que me foi concedida, sem a qual os resultados desse trabalho não seriam os mesmos.

## INTRODUÇÃO

A capoeira em Salvador nas primeiras décadas do século XX ainda representa uma grande incógnita para os historiadores. A especificidade da documentação é um dos complicadores para a realização de estudos sobre o tema neste período. A possibilidade para a realização de tal empreitada já foi lançada.<sup>1</sup>

Manuscritos sobre os capoeiras baianos produzidos na década de 1970, foram publicados sob a iniciativa do Centro de Informação e Documentação da Capoeira (CIDOCA/DF). Neles, Daniel Coutinho, conhecido por Mestre Noronha, apresenta um Anexo, com a relação dos Ministros com nomes e cargos do Governo Provisório na Primeira República brasileira, assim como fatos políticos ocorridos naquele momento.<sup>2</sup>

A intenção do Mestre Noronha, acreditamos, era reconhecer os capoeiras e sua prática cultural como agentes do processo histórico, portanto, juntamente com os fatos políticos, construtores da história brasileira. Iniciativa esta que só recentemente impulsionou a historiografia baiana a desenvolver estudos sobre o tema da capoeira, ainda assim resta muito que ser feito.<sup>3</sup> Cabe agora uma (re) leitura por outros ângulos da documentação já utilizada para os estudos das camadas populares na Cidade do Salvador, além da exploração de outras possibilidades metodológicas, assim como a ampliação do universo das fontes.

A investigação de aspectos do cotidiano dos capoeiras nas ruas da Cidade do Salvador, entre 1912 e 1937, é o objetivo deste trabalho. Neste período, o cotidiano dos capoeiras na capital baiana estava, segundo reflexo da documentação analisada, circunscrito ao universo da criminalidade das ruas. Tal constatação é sugerida também pela memória que se constituiu do *ser capoeira* na Bahia republicana, seria ele o “valente das ruas”.<sup>4</sup> Investigamos suas relações

---

<sup>1</sup>Sobre o termo “capoeira” e o seu desdobramento “capoeiragem” os quais estaremos utilizando ao longo da dissertação, segue algum esclarecimento: para períodos anteriores aos anos 30, o termo utilizado para designar o praticante da capoeira era “o capoeira”. O termo “capoeiragem” diz respeito à prática da capoeira, o exercício do jogo-luta-dança dos capoeiras. O termo também significa ato de indivíduo desordeiro. Sobre essa questão ver REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapoã, 1968.

<sup>2</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola: os manuscritos do Mestre Noronha*. Brasília/DF: CIDOCA, 1993, p. 105. Pela forma como essas informações estão organizadas no Anexo é possível que Noronha as tenha transcritos de algum livro didático de história do Brasil. Essa, também, é a opinião de Frederico José de Abreu, o organizador da publicação dos manuscritos.

<sup>3</sup> Ver PIRES, Antônio Liberaque Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)*. [Tese de doutorado]. Capinas: UNICAMP, 2001 e PIRES, Antônio Liberaque Cardoso Simões. *Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. 2 ed. Tocantins/Goiania: NEAB/Grafset, 2002.

<sup>4</sup> “Valentes das ruas” era uma expressão que encontramos intitulado muitas manchetes, publicadas pelo *Jornal de Notícias* no período pesquisado, que relavam os violentos conflitos que ocorriam nas ruas de Salvador entre os quais identificamos muitos capoeiras. É também a denominação de “Valente” que muitos mestres utilizam ainda hoje para se referir aos capoeiras de outrora.

no espaço público assim como as estratégias de resistência aos mecanismos de repressão, sobrevivendo com sua prática cultural.

No final do século XIX quando assistimos ao declínio da instituição da escravidão no Brasil, reforçado pelo impacto das mudanças modernizantes caracterizadas pelas reformas urbanísticas e disciplinarização dos costumes, registrou-se um deslocamento maciço das camadas populares dos centros para as periferias das grandes cidades. Salvador tem uma característica peculiar a esse respeito. Enquanto centros como São Paulo e Rio de Janeiro tiveram suas populações empurradas para as margens da cidade, em Salvador as mudanças da sua infra-estrutura urbana não foram acompanhadas pela expulsão das populações do seu centro.<sup>5</sup> Essa população se concentrou no centro da Cidade, o que acarretou preocupações por parte das autoridades, resultando na criação de políticas de controle social que objetivavam disciplinar os costumes, “civilizar a cidade”.<sup>6</sup>

Ao estudar as “territorialidades negras” na capital baiana na segunda metade do século XIX, Wilson Roberto de Mattos afirma que, ao contrário de outros centros, em Salvador “as populações negras permanecem e quem se muda são as elites”.<sup>7</sup> As freguesias centrais nas quais desde a fundação da Cidade residia a camada abastarda da população “passaram a abrigar os grupos medianos e as pessoas pobres”.<sup>8</sup>

Essa situação também foi constatada nos estudos de Jéferson Bacelar sobre os últimos africanos em Salvador.<sup>9</sup> Utilizando como fontes Inventários, Testamentos, Processos de Arrecadação, Mapas de Sepultamentos e Correspondências Policiais e dialogando com a bibliografia existente sobre o tema, o autor identificou o “centro tradicional” de Salvador como área habitada e vivenciada pelos últimos africanos. Tinham eles seu cotidiano marcado pelo dia-a-dia no labor do trabalho e nas trocas culturais experimentadas pelo convívio com homens e mulheres oriundos de outros grupos a exemplo dos galegos que, assim como os africanos, disputavam sua sobrevivência no “paraíso racial” da Salvador republicana.<sup>10</sup>

---

<sup>5</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1996.

<sup>6</sup> Essas questões também foram evidenciadas nos estudos sobre mulheres pobres assim como festas cívicas na Salvador republicana; ver, respectivamente, FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. [Dissertação de Mestrado]. Salvador: UFBA, 1994. e ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

<sup>7</sup> MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador/Ba (1850 -1888)*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Puc, 2000, p. 45.

<sup>8</sup> Idem, 45, 46.

<sup>9</sup> BACELAR, Jéferson. “Os africanos em Salvador”. In: BACELAR, Jéferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

<sup>10</sup> Ver BACELAR, Jéferson. *Os galegos no paraíso racial*. Salvador: Ianamá/CEAO/CED, 1994.

Na luta pela sobrevivência homens e mulheres das camadas populares da capital baiana experimentaram das mais variadas formas possíveis de relações tanto com os seus pares quanto com membros da mais alta cúpula da elite política estadual. Questão essa que ainda reclama investigação mais precisa, pois nomes como José Joaquim de Seabra, Antônio Moniz de Aragão, Álvaro José de Cova e Ernesto Simões Filho aparecem nas notas de jornais acusados de envolvimento com indivíduos perigosos, temidos pela população e que os acompanham como suas próprias sombras, dentre estes constatamos muitos capoeiras.

Os estudos desenvolvidos sobre as camadas populares na Cidade do Salvador nas três primeiras décadas republicanas representam uma inestimável colaboração para a historiografia baiana, entretanto, ainda se faz necessário investigações que descrevam, mais precisamente, as relações estabelecidas entre a elite letrada e política e os indivíduos intitulados por “capadócios” e “desordeiros”, os “tipos de rua”.<sup>11</sup>

Por “capadócio” entendia-se o “indivíduo de maneiras acanhadas; parlapatão, fanfarrão; trapaceiro, charlatão”.<sup>12</sup> Ao tempo que por “desordeiro” considerava-se aquele que promovia desordens, ou seja, confusão, motins, rixas, o notório arruaceiro.<sup>13</sup> Esses são termos que nos nortearam na busca dos rastros dos capoeiras baianos na documentação analisada, como consta na seguinte notícia:

#### FESTA QUE DEGENERA EM SARILHO

Na rua do Oiro, segundo districto de Santo Antonio, no domingo 13, houve novos festejos, em comemoração a data de nossa independência.

Á noite, porém, um grupo de desordeiros promoveu allí perturbações da ordem publica havendo luctas, espancamentos, cercas danificadas, etc.

A polícia foi ao local e informou-se de que foram protagonistas desses desatinos os indivíduos Amor e Caboclinho os quais conseguiram fugir.<sup>14</sup>

A Rua do Ouro representa uma das áreas de atuação dos capoeiras baianos que recheiam as várias histórias no presente texto. Neste caso trata-se do capoeira Caboclinho, como teremos a oportunidade de discutir ao longo da dissertação. Era Caboclinho considerado um arruaceiro que causava desordens públicas no distrito de Santo Antonio, mas principalmente, nos distritos de Pilar e Rua do Passo. São várias as notícias publicadas pelos

---

<sup>11</sup> “Tipos de rua” é o título do Capítulo no qual encontra-se um dos mais importantes estudos escrito por memorialistas brasileiros sobre capoeira intitulado: “Capoeiragem e capoeiras célebres”. MORAES FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.

<sup>12</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa - Ilustrado*. 11 ed. Rio de Janeiro: Gama/Civilização Brasileira, 1971, (não consta número de páginas).

<sup>13</sup> Segundo Jayme Séguier, arruaça significa “motim nas ruas”. Este autor encontra no termo “arruador”, o significado para “vadio” e “arruaceiro”. SÉGUIER, Jayme. *Diccionario Prático Ilustrado: novo diccionario encyclopédico luso-brasileiro*. Porto: Livraria Chardron, 1931, p. 90. Nesse sentido, o vadio pode ser considerado o equivalente ao arruaceiro.

<sup>14</sup> *Diário de Notícias*, 21/10/1914, p. 3.

jornais a respeito desse capoeira e registraram sua atuação sempre nas mesmas localidades, mas nenhuma das notícias que encontramos o identificava como capoeira. Tal fato só tornou-se possível mediante o cruzamento das fontes a partir da indicação dos manuscritos do Mestre Noronha.

Assim como Caboclinho outros capoeiras tiveram muito de suas ações cotidianas registradas nos referidos manuscritos, o que nos permitiu uma estratégia de investigação. Perseguimos os casos registrados por Noronha nas notícias de jornais, posteriormente cruzamos com informações obtidas em outros documentos a exemplo da documentação Judiciária e Policial, assim como as cantigas de capoeira. Nos casos em que não foi possível utilizar essa metodologia por não encontrarmos referência nas cantigas e nem na documentação de arquivo, cruzamos as informações dos manuscritos com as notícias de jornais explorando os indícios dos documentos. Tomemos como exemplo uma situação que envolve o capoeira Samuel da Calçada:

Baixa do Sapateiro no beico da bamba apreciei uma tragedia de cortar o coração meu e de milhares de pessoas da Bahia 2-capoeirista bastante unido desde de meninos terminou sendo compadre de batismo nunca tivero uma discução sempre amigo de fé um com outro porem o capoeirista que se chama Samoel da Calçada um alto criminoso comprou uma pistola e foi encasa do compadre para esprementar a pistola no próprio compadre apontou e atirou e matou sahiu chorando comprei esta pistola esprementei no meu compadre para ver se estava boua terminei matando meu compadre alfedo que culpa tenho eu foi a pistola que detonou o povo fica dizendo que fui eu que matei o primeiro que falar isto eu vou matar.

Samuel da Calçada.

2-capoeirista de fama eu presentiei este barulho ano de (1913)<sup>15</sup>

Noronha não deixou de afirmar que os envolvidos eram capoeiras, apontando, inclusive, a data do ocorrido e termos utilizados para identificar o capoeira da época, a exemplo de “bamba”. Seguindo suas indicações, pudemos localizar e acompanhar o caso, conforme noticiado pelo *Jornal de Notícias*:

Deu-se hontem, mais um crime nesta capital, tendo sido teatro do mesmo a travessa da camponeza, á rua Dr. Seabra.

Valeriano Domingos Ramos, vulgo Percè, brincava com Samuel Luiz da França, com quem mantinha relações.

Encontrando-se, cerca de 4 hs. da tarde, em frente ao armazem *Nova Lua*, Valeriano tirou do bolso uma pistola propria de brinco de creança e apontou para Samuel.

Este, porém, sacou de uma pistola fogo central, calibre 380, e detonou-a contra o seu amigo, indo o projectil alcançal-o na região peitoral esquerda, ferindo-o, mortalmente.

---

<sup>15</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. Cit., p. 51.

Vendo Samuel da França que Valeriano estava morto, disse que o tiro fora casual e não saber que a arma estava carregada.

(...)

Em poder do infeliz Valeriano foram encontrados 2 lenços de seda, 1 relógio de prata, com cadeia de metal amarelo, 60 reis em cobre, 1 rosário, 1 pistola para creança e 1 navalha.

Valeriano Ramos era lustrador de calçados, contava 25 anos de idade, natural deste Estado, solteiro e residia á Baixa dos Sapateiros.

Samuel Luiz da França, o criminoso, é marceneiro, solteiro, com 32 anos de idade e natural deste Estado, devendo ser recolhido hoje á casa de correção, com a competente nota de culpa.<sup>16</sup>

Ao estabelecer relação entre essas duas narrativas, a da memória e a do jornal, aparecem indícios que nos permitem concluir que ambas tratam do mesmo caso. No que diz respeito ao capoeira Samuel da Calçada, as evidências não deixam dúvida que este seja o mesmo Samuel Luís da França. No jornal temos identificado o outro indivíduo que o autor não nomeia, mas se chamava Valeriano Domingos Ramos.

Como encontramos a descrição de seus apetrechos: lenços de seda, o rosário e a navalha, tomamos, assim, as informações como indícios a serem interpretados para identificarmos o capoeira na pessoa de Valeriano Domingos Ramos, o Percê.<sup>17</sup> Não encontramos nenhuma outra referência sobre este caso, nem mesmo na documentação judiciária. Identificamos um processo crime movido contra Samuel Luiz da França, o qual discutimos no Capítulo III, mas não tratava deste homicídio.<sup>18</sup> O caso de Samuel da Calçada é ilustrativo de muitos outros que preenchem e dão vida a esta dissertação e que nem sempre foram documentados satisfatoriamente.

A disciplina histórica nos permitiu, então, encarar o desafio de interpretar a documentação disponível, a qual já intitulamos como indiciária. A classificação da documentação é um método orientado pelo “paradigma indiciário”, atendendo às necessidades de Carlo Ginzburg em seus estudos sobre “cultura popular” na Europa Medieval. Este foi de grande utilidade para rastrear as pistas deixadas pelos capoeiras no universo das ruas.<sup>19</sup> Desta

---

<sup>16</sup> *Diário de Notícias*, 19/03/13., p. 3

<sup>17</sup> Esses três objetos são representativos dos capoeiras desse período. O lenço de seda era utilizado como proteção ao corte de navalha, arma essa inseparável do capoeira. O rosário, ou melhor, o crucifixo era de uso freqüente também entendido como proteção por conta de sua fé religiosa, como bem retrata a seguinte cantiga de domínio público muito presente nas rodas de capoeira, ainda hoje: “Santa Maria mãe de Deus/Eu cheguei na Igreja e me confessei...”. Essas questões podem ser conferidas, dentre outros trabalhos, em várias passagens de COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola: os manuscritos do Mestre Noronha*. Op. cit.

<sup>18</sup> Processo crime movido contra Samuel Luiz da França em 1917 da Calçada. APEB: Seção Republicana: Est. 191, cax. 2, doc. 22.

<sup>19</sup> Ver GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

forma, iremos verificando a coerência do desenho das tramas que ocorrem nas ruas da Cidade do Salvador com os olhos percorrendo em várias direções<sup>20</sup>

No Capítulo I, intitulado “Nos caminhos da capoeiragem”, discutimos algumas abordagens da capoeira na História Social, ou seja, qual o lugar da produção histórica sobre capoeira na historiografia brasileira. Neste mesmo Capítulo destacamos qual o momento em que se desperta o interesse pelos estudos da capoeira na Bahia, com atenção para as etnografias sobre capoeira, as quais compunham o conjunto de estudos sobre costumes africanos nas três primeiras décadas republicanas. Nessas etnografias, seus autores apontaram a **rua** como um possível laboratório de investigação científica sobre a capoeira. É justamente a ela que dedicamos o Capítulo II.

Intitulado “Sobrevivendo nas ruas”, neste Capítulo investigamos aspectos do cotidiano das ruas da Salvador republicana. Os conflitos que ocorriam nessas ruas, a presença de capoeiras nestes conflitos, inclusive refletindo sobre a presença feminina neste universo. A constituição de territórios sociais e o exercício de poderes nas relações cotidianas nas camadas populares são elementos norteadores das observações que compõem este Capítulo.

“De ‘capadócio das ruas’ a agentes culturais” é o título do terceiro e último Capítulo. Nele investigamos a relação dos capoeiras com o poder público no universo político da Bahia republicana, suas estratégias de sobrevivência enquanto agentes culturais que exploraram as várias possibilidades de resistir aos mecanismos de repressão. Participando, assim, ativamente, como agentes transformadores do universo cultural baiano, momento em que se registrou a presença dos capoeiras nas colunas desportivas e culturais da imprensa baiana e sua participação no II Congresso Afro-brasileiro, realizado em 1937.

---

<sup>20</sup> “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Op. cit.

## CAPÍTULO I

### *NOS CAMINHOS DA CAPOEIRAGEM*



Gabriel Ferreira. *Chamada*. Acrílica s/ tela, 50x40, 2003.



A capoeira como objeto de estudo dos historiadores não data de muito tempo. Os primeiros a se preocuparem com este tema foram os literatos (memorialistas, cronistas e romancistas) e etnólogos que produziram seus trabalhos entre finais do século XIX e primeira metade do século XX, sendo seguidos pelos antropólogos.

Apenas na década de 1980 é que os historiadores despertam o interesse pelos estudos da capoeiragem. A partir desse momento os temas até então negligenciados pela chamada “história tradicional”, a exemplo da vida social das camadas populares, emergiram afirmando um espaço entre as investigações da História Social.

Assim, a partir das novas concepções e perspectivas, “os chamados temas malditos, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nesta Historiografia”.<sup>1</sup> Os estudos das camadas marginalizadas começaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma “tradicional”, como já referimos, de fazer história. Esses trabalhos deram voz às minorias sociais, às quais fora negado o reconhecimento como agentes do processo histórico, “trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas”.<sup>2</sup> É nesse ambiente historiográfico que ganham visibilidade os estudos sobre a capoeiragem.

Ainda assim o interesse pelos estudos da capoeiragem foram geograficamente delimitados pelos historiadores, a cidade do Rio de Janeiro se constituiu no *locus* privilegiado pelos pesquisadores do tema. No limiar do século XXI já contamos com alguma bibliografia sobre a capoeira em regiões como os Estados do Pará e Bahia. O interesse desses pesquisadores foi buscar a inserção desses capoeiras em conjunturas históricas determinadas e suas relações estabelecidas no cotidiano do espaço público, ou melhor, da rua, pois é justamente a rua o espaço acolhedor dos tipos sociais em questão.

Na Cidade do Salvador não foi diferente. O universo da capoeiragem na capital baiana estava circunscrito ao cotidiano das ruas, portanto seus praticantes estavam expostos às condições de sobrevivência que o mundo das ruas lhes proporcionava e é a esse cotidiano que dispensamos atenção para recuperar os capoeiras da “obscuridade histórica” para o cenário da historiografia baiana.

Para tal desafio e execução dos objetivos propostos neste capítulo vamos situar a historiografia da capoeiragem nos estudos da História Social assim como, a partir da análise

---

<sup>1</sup> FENELON, Dea Ribeiro. “Cultura e História social: historiografia e pesquisa”. In: *Projeto História*. São Paulo, dez., 1993. V. 10, p. 68.

<sup>2</sup> SHIMITH, Jean-Claude. “A História dos marginais”. In LE GOF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1990, p. 284.

de material bibliográfico produzido na primeira metade do século XX, cruzado com variadas fontes documentais, apresentar os caminhos traçados para investigação dos capoeiras na Cidade do Salvador, na Primeira República.

## 1. 1. A História Social e a recente historiografia da capoeiragem

Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis. Arrastaram eles os blocos de pedras? E a Babilônia várias vezes destruída - quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas de Lima dourada moravam os construtores? Para onde foram os pedreiros na noite em que a Muralha da China ficou pronta? (...) César bateu os gauleses. Não levava sequer um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou, quando sua armada naufragou. Ninguém mais chorou? Frederico II venceu a guerra dos Sete Anos. Quem venceu além dele? Cada página uma vitória. Quem cozinhou o banquete? A cada dez anos um grande homem. Quem pagava a conta? Tantas histórias. Tantas questões.<sup>3</sup>

Na poesia de Bertold Brecht, publicada em 1936, fica evidente, já neste período, a preocupação com os protagonistas da História. As abordagens historiográficas que privilegiavam os grandes reis, os chefes de Estado e grandes lideranças políticas, estavam com os seus dias contados. Foram lançadas as bases para o que conhecemos como história social ou, para ser mais preciso com a problematização aqui sugerida, a história, construída a partir de pessoas “comuns”, a exemplo dos capoeiras, que são recuperados como protagonistas de muitas histórias.

Em seus estudos sobre a classe operária inglesa, publicado em 1963, E. P. Thompson, ao justificar esse tipo de abordagem, afirmou que estava “tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’”, dentre outras pessoas “comuns”. Segundo Thompson, mesmo essas pessoas tendo seus valores considerados retrógrados pela sociedade que se transformava (leia-se industrializava), “eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós, não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> BRECHT, Bertold. “Perguntas de um operário que lê”. In: *Poemas/1913-1956*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 6.

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (a árvore da liberdade)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed, 1997, p. 13.

A partir de um artigo publicado por Thompson em 1966, foi explicitado o conceito de “história vista de baixo” entrando na linguagem comum dos historiadores.<sup>5</sup> Este ensaio foi posteriormente publicado em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* e tem o sugestivo título de “A história vista a partir de baixo”.<sup>6</sup> As preocupações pontuadas no prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, têm norteado os estudos da capoeiragem no Brasil, sob a ótica da nova história social inglesa.

A exploração de novas possibilidades de fontes assim como um arcabouço teórico-metodológico que extrapola as fronteiras da disciplina histórica, buscando diálogo com outras áreas de conhecimento, a exemplo da antropologia, é característico desta proposta historiográfica. Esta implicou em profundas reavaliações metodológicas como bem interroga Hebe Castro: “Que fontes utilizar para dar voz a pessoas comuns?”.<sup>7</sup> A história social da capoeira produzida no Brasil, a partir da década de 1980, oferece algumas possibilidades de resposta.<sup>8</sup>

Na década de 1960 a historiadora Mary Karasch pesquisando no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, encontrou uma vasta documentação sobre a capoeira praticada por cativos na Corte imperial, o que em estudos posteriores foi denominado como “capoeira escrava”.<sup>9</sup> Tratava-se de uma importante documentação sobre escravos presos por “capoeira” no período joanino. Estas fontes estavam reunidas no Códice 403, um livro de registro das prisões diárias, onde a maior reincidência era a prática de desordem pública e seus principais agentes eram os capoeiras.<sup>10</sup>

Os resultados dessa pesquisa vieram à tona com sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Winsconsin, EUA, em 1972 e publicada em 1987, em língua inglesa. A documentação encontrada por Karasch passou, a partir de então, a ser explorada por historiadores brasileiros e que encontraram, depois, outras séries documentais de mesmo

---

<sup>5</sup> SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992, p. 40-41. Mesmo afirmando ser o movimento dos *Annales* o ponto de partida da “história vista de baixo” Jim Sharpe considera Thompson o principal precursor da historiografia das pessoas “comuns”.

<sup>6</sup> THOMPSON, E. P. “A história vista a partir de baixo”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: IFCH/UNICAMP. 3 ed, Textos Didáticos, nº 10, vol. 2 – Fevereiro de 1998.

<sup>7</sup> CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 3 ed, 1997, p. 51.

<sup>8</sup> A produção historiográfica da capoeiragem no Brasil já conta com uma bibliografia considerável. Assim sendo, alguns títulos ficaram de fora da exposição que se segue, mas aparecem citados em outros momentos da presente dissertação.

<sup>9</sup> “Capoeira escrava” foi a denominação utilizada por Carlos Eugênio Soares para identificar a capoeira praticada nas primeiras décadas do século XIX. Ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 8.

<sup>10</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

valor. Essa documentação foi utilizada, também, por Leila Mezan Algranti em *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Este livro pode ser listado entre os mais importantes da historiografia brasileira sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Nele não escapou a referência aos capoeiras.<sup>11</sup>

Poderíamos citar mais alguns títulos da historiografia da escravidão que direta ou indiretamente fizeram referência aos capoeiras. Entretanto, a identificação destes agentes culturais nos arquivos policiais e judiciários foi explorada de forma mais objetiva pelos aqui chamados de “capoeirólogos”.<sup>12</sup> Porém, começaremos por dois autores que consideramos precursores nessa experiência e que não são “capoeirólogos”. Trata-se de Thomas Holloway e Marcos Luiz Bretas.

Ao estudar a relação entre o sistema policial e a sociedade urbana, no Rio de Janeiro do século XIX, Holloway não deixou de refletir sobre a representatividade dos capoeiras neste universo. Por mais que o foco de seus estudos não tenha sido os capoeiras, o contato com as fontes de arquivos policiais e judiciários (acreditamos que também fora guiado pela experiência de Mary Karasch) lhe rendeu a elaboração de um artigo, sugestivamente intitulado de “O ‘saudável terror’: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”. Afirma o autor:

As muitas tentativas de reprimir os capoeiras dão uma idéia da persistência do fenômeno e sugerem a importância da capoeiragem como contestação ao sistema de controle social dentro do submundo dos escravos e seus aliados nas camadas baixas da sociedade urbana<sup>13</sup>

É evidente a preocupação de Holloway em entender as relações escravistas a partir do “submundo dos escravos”, trazendo à tona a teia de relações entre esses e seus aliados e o poder instituído, este último representado pelas autoridades policiais. O interesse pelo estudos das relações existentes no universo das “camadas baixas da sociedade urbana” sugere uma abordagem diferente daquela realizada pela história tradicional, contra a qual se insurgiu a nova história social. São palavras de Hobsbawm que “a maior parte da história do passado foi escrita para a glorificação ou, uso prático dos governantes”.<sup>14</sup> Em parte essa afirmação retrata a realidade brasileira, pois não foi de interesse de nossas elites letrada e econômica, os

---

<sup>11</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. Em seu trabalho a capoeira é citada como um “padrão de criminalidade escrava” no início do século XIX, no Rio de Janeiro, p. 164 -172.

<sup>12</sup> Essa expressão, cunhada para identificar os estudiosos do tema da capoeira, tomamos de LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. “*Deixai a política da capoeiragem gritar*”: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). Salvador: UFBA. [Dissertação de Mestrado em História], 2002, p. 11.

<sup>13</sup> HOLLOWAY, Thomas. “O ‘saudável terror’: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”. In: *Estudos Afro-Asiático*, nº 16, 1989, p. 130.

<sup>14</sup> HOBBSAWM, E. J. “A outra história – algumas reflexões”. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 19.

primeiros a escreverem a historiografia brasileira, recuperar como protagonistas da história do Brasil pessoas “comuns” a exemplo dos capoeiras, contestadores da ordem estabelecida, portanto personagens construtores dessa mesma história.

Holloway ampliou a possibilidade de pesquisas sobre o tema da capoeira a partir da documentação desses arquivos. Com isto pôde-se recuperar esses agentes históricos das “quase *pés-de-página* da historiografia”, na feliz expressão de Marcos Luiz Bretas. Este último, em seu artigo intitulado “O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras”, traz uma preocupação crucial para pensar a pesquisa sobre o tema. Segundo ele, esses quase pés-de-página da historiografia servem para preservar alguns pequenos mitos em torno da figura do valete capoeira e do “herói branco”.<sup>15</sup>

Quando o tema periférico se transforma no objeto da atenção, um problema se revela: quem são esses heróis? Mesmo sem um exaustivo levantamento das fontes porventura existentes, é possível comentar alguns problemas na imagem construída de capoeiras e seus repressores.<sup>16</sup>

Utilizando os registros da Casa de Detenção e notícias publicadas em jornais de grande circulação na Cidade do Rio de Janeiro, Bretas reconstituiu o universo da repressão nos primeiros anos da República, ação que teve como responsável maior o recém empossado chefe de polícia, inimigo histórico dos capoeiras, o Dr. Sampaio Ferraz. Sobre as primeiras prisões, Bretas afirma que em uma semana de serviço, o chefe de polícia encarcerou 111 capoeiras entre os distritos de Sacramento, Engenho Novo e o bairro da Glória.<sup>17</sup> Das localidades citadas, o bairro da Glória merece um comentário. Nesta área estava organizada uma das mais poderosas maltas de capoeiras que atuou na capital federal no final do século XIX.<sup>18</sup> Conhecida como “Flor da Gente”, ou “Flor da minha Gente”, esse grupo formado por temidos capoeiras “teve papel decisivo na vida política do Rio de Janeiro durante os anos de 1870, a serviço do Partido Conservador”.<sup>19</sup>

Bretas conseguiu mapear o universo de prisões dos capoeiras entre o final do século XIX e início da República além de construir o diagnóstico social dos mesmos: “A imagem

---

<sup>15</sup> BRETAS, Marcos Luiz. “O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20, 1991, p. 240. O capoeira, segundo o autor, seria o “pilar da resistência cultural do negro”, ao tempo que o “herói branco” era o chefe de polícia que contrariou os poderosos e resolveu um dos problemas da cidade: o problema dos capoeiras.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem, p. 250.

<sup>18</sup> Malta era a denominação de grupos de capoeiras que se organizavam em limites geográficos constituindo assim territórios políticos e sociais. Sobre as maltas no Rio de Janeiro ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição...* Op. cit. Precisamente o capítulo intitulado: “Dos nagoas e guaiamus: a formação das maltas”.

<sup>19</sup> Idem, p. 77.

dos capoeiras é a reprodução das muitas faces da pobreza. Desfilavam cegos, pernetas, escrofulosos, todos reunidos sob o manto igualitário e discriminador de capoeiras”.<sup>20</sup>

A repressão respaldada pelo Código Penal de 1890, daria fim, de uma vez por todas, a esses degradados sociais conhecidos por capoeiras, sentencia o autor. Ao finalizar o seu artigo Bretas insinua que a vitória de Sampaio Ferraz garantiu que o Rio de Janeiro do século XX ainda convivesse com diversificada massa urbana, mas não era, segundo ele, mais lugar para capoeiras.<sup>21</sup> Entretanto, outros estudos mostraram que os “temidos capoeiras” ainda incomodariam por mais algum tempo, e conquistariam, inclusive, o seu lugar de protagonistas nos motins na capital da República.<sup>22</sup>

A perseguição aos capoeiras no início da República, na Capital Federal, foi investigada de forma mais minuciosa por Luiz Sérgio Dias em *Quem tem medo de capoeira?* Seu recorte privilegiou o ápice da repressão aos capoeiras na Cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a violência contra as camadas de baixa renda, após a Revolta da Vacina, pode ser considerada como o último grande golpe contra a capoeiragem na Capital Federal.<sup>23</sup>

Utilizando pressupostos da história social inglesa, aplicados à realidade brasileira, a exemplo dos conceitos de “turba” extraído das reflexões de Hobsbawm em *Rebeldes Primitivos* e “classe social” elaborado por Thompson, da forma como aparece no já citado prefácio de *A formação da Classe operária inglesa*, Sérgio Dias abordou a desarticulação da capoeiragem nos primeiros anos da República, considerada por ele como “prática de origem negra organizada”, e para tal buscou compreender o universo da violenta repressão desencadeada neste período. Questões que são mais bem evidenciadas nos capítulos segundo e terceiro intitulados, respectivamente, “A violência e o seu fermento” e “A demarcação do proibido”.

Neste trabalho uma das principais referências e inspiração do tema foi a literatura. Segundo o autor, a idéia de estudar a capoeiragem no Rio de Janeiro ocorreu a partir de leituras de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado pela primeira vez em 1890, portanto, sugestivo para o recorte escolhido para sua pesquisa. Não foi com outra intenção, se não a de justificar a importância desse romance, que Sérgio Dias introduziu o seu texto comentando sobre a leitura do referido romance.

---

<sup>20</sup>BRETAS, Marcos Luiz. “O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras”. Op. cit , p. 244.

<sup>21</sup>Idem, p. 253.

<sup>22</sup> Um exemplo desses motins foi a Revolta da Vacina da qual participaram muitos capoeiras. Sobre essa questão vê CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p-p. 91-139.

<sup>23</sup> DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo de capoeira? (1890-1904)*. [Dissertação de mestrado em História]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 4.

A literatura foi, então, incorporada ao repertório de fontes da história social nos estudos sobre capoeiragem no Brasil.<sup>24</sup> Os historiadores tornaram-se exímios leitores dos romances e crônicas e da própria crítica literária, buscando historicizá-las, “inserir-na no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social”.<sup>25</sup> É papel desse leitor atencioso, destrinchar não a suposta autonomia da literatura em relação à sociedade, e sim a forma como ela (e/ou os autores) constrói ou representa a sua relação com a realidade social.<sup>26</sup>

Este caminho também foi percorrido por Carlos Eugênio Líbano Soares, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires e Luiz Augusto Pinheiro Leal. Nos trabalhos desses autores a literatura não só representa fonte potencial como também aponta para séries documentais ainda pouco ou praticamente nada exploradas na pesquisa histórica sobre o tema. Exemplo disso são os processos crimes movidos contra os capoeiras, tanto no que diz respeito à transgressão da vagabundagem, lesões corporais e, até mesmo, o crime de capoeiragem. Esses processos são insinuados nos romances e crônicas assim como nas notícias de jornais.

Em seus trabalhos intitulados *Negregada Instituição* e *A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro*, Líbano Soares, atento às experiências teóricas e metodológicas de praticantes da história social como Natalie Davis, E. P. Thompson, Carlo Ginsburg estudou os capoeiras a partir de rituais, costumes e símbolos culturais que permeavam a vida social destes indivíduos. Utilizando a documentação policial, judiciária e notícias de jornais reconstituiu o cotidiano dos capoeiras escravos e libertos, assim como estrangeiros que no universo das ruas, da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX, apareciam em cena juntamente com prostitutas, malandros, estivadores e policiais.<sup>27</sup>

Na primeira metade do século XIX, que corresponde ao estudo de *Capoeira Escrava* (1808-1850), de Libano Soares, esses agentes preenchiam as ruas, as páginas policiais dos periódicos e dos livros de matrícula da Casa de Detenção da capital federal, compondo a massa urbana, mas também, participando das rebeliões e levantes ocorridos neste período.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> A propósito da literatura como subsídio importante para a investigação histórica da capoeira ver DIAS, Luis Sérgio. “Capoeira: vida e morte no Rio de Janeiro”. In: Revista do Brasil, Rio de Janeiro, ano 2, nº 4, 1985, p. 106 – 115. Uma outra referência importante que investiga a relação do capoeira com o malandro encontra-se em SALVADORI, Maria Ângela Borges. Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950). Dissertação de Mestrado em História. Campinas/SP: UNICAMP, 1990.

<sup>25</sup> CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

<sup>26</sup> Idem. É importante ressaltar que o historiador não se torna um crítico literário e sim um atencioso leitor das obras e questionador da crítica (e dos críticos).

<sup>27</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Negregada instituição...* Op. cit. e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. [Tese de doutorado em História], Campinas: UNICAMP, 1998.

<sup>28</sup> SOARES, Carlos Eugênio L. *A capoeira escrava...* Op. cit. ver especialmente o capítulo intitulado: “De motins e revolução: os capoeiras e os movimentos políticos de rua”.

Segundo o autor, até meados dos oitocentos, a prática da capoeira era predominantemente africana. Suas estatísticas mostram

as origens mais genéricas daqueles presos por capoeira ou em maltas de capoeiras. Mais de 70% são africanos, mas se levarmos em conta que possivelmente grande parte daqueles de origem desconhecida são brasileiros (não esquecendo os comprovadamente *crioulos*), não podemos afirmar que a capoeira é uma atividade exclusivamente africana. Na realidade, nos parece que ela é fruto da combinação de tradições africanas dispersas, com “invenções” culturais crioulas.

Observando o conjunto dos dados do Códice 403 vemos que 72,6% dos presos são africanos (71,9% escravos e 0,7% libertos). Desta forma, a proporção de africanos entre os capoeiras é mais ou menos semelhante ao conjunto de africanos presos, dentro de uma margem mínima, o mesmo ocorrendo com os nascidos no Brasil (26,7%). Mas, de qualquer forma, uma presença africana mais forte que o normal.<sup>29</sup>

Com esses dados o autor não só demonstra serem os africanos predominantes na capoeira, neste período, como aponta também a possibilidade de ter essa prática cultural origem nas “tradições africanas” em combinação “com ‘invenções’ culturais crioulas”. Assim como a polêmica da origem, uma das mais importantes contribuições de suas pesquisas, foi o mapeamento geográfico das etnias (quando possível) dos capoeiras africanos e a formação histórica das maltas, que é tratada de forma mais detalhada em *Negregada instituição*.<sup>30</sup>

Na mesma perspectiva de Libano Soares, utilizando, inclusive, a mesma orientação metodológica e referencial teórico, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires estudou a capoeira no universo das relações raciais e criminalidade na Cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. Utilizando registros policiais, processos crimes, jornais e a literatura da época o autor enfocou os capoeiras que foram alvo da repressão implementada pelo governo provisório onde teve como destaque a “campanha da repressão” liderada pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz.<sup>31</sup>

O início da República, período privilegiado pelos estudos da capoeiragem, foi tomado como marco temporal de investigação. Em 1890, com a criação do Código Penal da República onde os artigos 402, 403 e 404, que criminalizavam a prática da capoeira, produziram um número considerável de processos crimes na Cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor:

A partir desses artigos a capoeira foi cerceada e punida, mesmo que sob a forma de simples demonstração pública. No entanto, essa periodização não é rígida e se estabelece orientada

---

<sup>29</sup> Idem, p. 66. A presença de africanos e crioulos na capoeira carioca é objeto deste capítulo como todo intitulado: “De cabindas e crioulos: as nações da capoeira”.

<sup>30</sup> Ver “Dos nagoas e guaiamuns: a formação das maltas”. In SOARES, Carlos E. Libano. *Negregada Instituição...Op. cit.*

<sup>31</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo no Rio de Janeiro (1890-1937)*. [Dissertação de mestrado]. Campinas: UNICAMP, 1996.



pela documentação principal que são os processos crime referentes aos presos por capoeira. Esse tipo de fonte sustenta os principais argumentos da tese sendo acompanhada por fontes de outra natureza.<sup>32</sup>

O outro recorte temporal não menos especulado pelos pesquisadores do tema e privilegiado por Antônio Liberac Pires, foi 1937, ano em que a capoeira era permeada por símbolos étnicos, de nacionalidades e sua prática descriminalizada transformou-se em esporte com a organização de academias para o seu ensino.<sup>33</sup> Este período, assim como toda a década de 1930, foi privilegiado pelos estudos africanistas, os quais contemplaram, também, o tema da capoeira, produzindo um material bibliográfico importante para as pesquisas ulteriores.<sup>34</sup> Constata-se, também, neste período uma maior documentação produzida sobre a capoeira, principalmente na Bahia, quando comparada aos anos anteriores.<sup>35</sup> Entretanto, o autor estaria para enfrentar um desafio maior com a pesquisa de sua tese de doutoramento. Alguns capítulos deste trabalho trataram da capoeira na Bahia, tema, até então, pouco explorado pela historiografia.<sup>36</sup>

No Rio de Janeiro a documentação explicitava os casos de capoeira, na Bahia ocorria diferentemente. Em *Movimentos da Cultura afro-brasileira*, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, teve que traçar caminhos de investigação diferentes daqueles experimentados no Rio de Janeiro. O artigo 402 do Código Penal, por exemplo, produziu uma grande quantidade de fontes na Capital Federal, porém, na Bahia não foi encontrado, até o momento, nenhum caso enquadrado pelo mesmo. Para identificar os capoeiras baianos, o autor rastreou os termos “capadócio”, “valentões”, “bambas”, “navalhistas”, etc., os quais, segundo ele, “podem ser observados enquanto referências produzidas pelas visões dos diversos grupos sociais sobre a ‘cultura da capoeiragem’”.<sup>37</sup>

Reconstituindo o cotidiano dos estivadores, carregadores, peixeiros e sapateiros envolvidos em conflitos com policiais, marinheiros e outros “populares” nas ruas de Salvador, reconheceu os capoeiras como “valentes e desordeiros”, recorrendo à descrição dos golpes utilizados nas brigas e arruaças, constantes nos registros, para a caracterização da “cultura da

---

<sup>32</sup> Idem, p. 3.

<sup>33</sup> Uma análise sobre o processo de resignificação dos símbolos no universo da capoeira sob a ótica da antropologia social encontra-se em REIS, Letícia Vidor de Souza. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. Rio de Janeiro: Publisher, 1998.

<sup>34</sup> Ver “Os estudos africanistas na Bahia dos anos 30”. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (org.). *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

<sup>35</sup> Entre 1934 e 1937 os jornais baianos publicaram uma série de notícias sobre a capoeira nas festas de largo, lutas livres de ringue e a participação desses agentes culturais do 2º Congresso Afro-brasileiro. Sendo o artigo mais importante deste período de autoria do etnólogo Edison Carneiro publicado em *O Estado da Bahia* na edição de 09/06/1936, p. 1.

<sup>36</sup> PIRES, Antônio Liberaque Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira...* Op. cit

<sup>37</sup> Idem., p. 31.

capoeiragem”. Entretanto é justamente este o ponto de maior polêmica em seu trabalho, pois o conceito “cultura da capoeiragem” incorpora praticantes e não praticantes da capoeira.

A documentação nem sempre distingue os capoeiras dos outros indivíduos, o que leva o autor a atribuir a prática da capoeiragem a situações pouco convincentes. É o que ocorre com o caso envolvendo os indivíduos Paulo Gomes de Souza e Marcos José Martins recuperado dos documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia. Estes entraram em combate armados de navalhas. Afirma o autor que eles “tinham segurança, confiavam em seus braços e pernas”.<sup>38</sup> A utilização de braços e pernas durante o confronto não aparece na citação feita pelo autor, extraída do processo crime movido contra Paulo Gomes de Souza. No entanto, os indivíduos são apresentados como capoeiras e Antônio Libarac Pires encerra a narração do ocorrido afirmando que “o equilíbrio da luta entre os adversários foi surpreendente, pois, mesmo com a utilização de armas, houve poucas lesões”.<sup>39</sup>

Em *Retrato em branco e negro*, Lília Schwuarcz afirma existir em São Paulo uma “verdadeira campanha contra esse ‘jogo’ que, sempre segundo os jornais, levava a incidentes às vezes fatais”.<sup>40</sup> A autora faz referência a uma nota publicada pelo jornal *Província de São Paulo* no final do século XIX, a qual registra um assassinato que, segundo o articulista, ocorreu como consequência de um jogo de capoeira. Eis aí uma pista que precisa ser explorada, se ainda não o foi, pelos pesquisadores, para recuperar os capoeiras da Cidade de São Paulo do século XIX dos “pés de pagina da historiografia”. Foi justamente este o resultado da pesquisa de Luiz Augusto Pinheiro Leal sobre os capoeiras em Belém do Pará.<sup>41</sup>

Luiz Augusto Leal não foi o primeiro a desenvolver pesquisa histórica sobre os capoeiras no Pará de finais do século XIX e início do XX. Um importante levantamento sobre capoeiras em notícias de jornais paraenses, já havia sido realizada por Vicente Sales em *A defesa pessoal do negro: a capoeira no Pará*. Todavia, Luiz Augusto Leal amplia as possibilidades de fontes e metodologia:

Para o estudo da capoeira paraense, como as fontes de repressão estão em proporção e constância menor que no Rio de Janeiro, foi necessária uma grande atenção para as variadas alternativas documentais. Assim, além dos inquéritos e ocorrências policiais, processos crimes e legislação, foram trabalhados artigos de jornais e obras literárias.<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> Idem, p. 155.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> SCHWUARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 230.

<sup>41</sup> LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. “*Deixai a política da capoeiragem gritar*”: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). [Dissertação de Mestrado em História]. Salvador: UFBA, 2002.

<sup>42</sup> Idem, p. 15.

Nessa documentação, principalmente nas notícias de jornais, os capoeiras aparecem citados como capangas de políticos poderosos e associados à vagabundagem e desordem pública.<sup>43</sup> Na ausência e/ou carência do termo “capoeira” este foi o caminho que percorreu o autor para investigar os capoeiras nos primeiros anos do Pará republicano.

A capoeiragem na Cidade de Salvador nas primeiras décadas republicanas configurou-se de forma aproximada ao Pará republicano. Os capoeiras eram associados à vagabundagem e a outros tipos sociais do universo das ruas, a exemplo do capanga político e do soldado de polícia, mas também do trabalhador nas principais ocupações das camadas populares: pedreiro, carregador, carroceiro, marítimo, peixeiro, etc.

As fontes em que constam registros dos capoeiras em seu cotidiano escaparam aos olhos do pesquisador desavisado. A ausência do termo “capoeira” e os raros registros de suas ações no jogo da capoeiragem na documentação oficial: relatórios policiais, autos crimes e portarias das delegacias de polícia, dificultaram a identificação desses agentes culturais no universo social baiano.

Assim, a história social até então produzida sobre capoeiragem no Brasil e, em especial, os trabalhos de Antônio Liberac Pires e Luiz Augusto Leal foram esclarecedores para a realização da pesquisa sobre o cotidiano dos capoeiras na Cidade do Salvador da Primeira República.

Um caminho necessário para tal empreitada foi rastrear as informações deixadas pelos cronistas, romancistas e, no caso mais específico da capoeira, pelos etnólogos que produziram na primeira metade do século XX, a exemplo de Manoel Querino e Edison Carneiro, estudiosos dos costumes africanos na Bahia. Estes, em suas etnografias sobre costumes africanos recuperaram aspectos do cotidiano das ruas da Cidade do Salvador, na Primeira República, fornecendo-nos importantes informações

## **1. 2. Os estudos africanistas e a etnografia da capoeira na Bahia**

Os estudos sobre os costumes e as culturas dos africanos e descendentes de africanos no Brasil não datam de muito tempo. No final do século XIX, Silvio Romero fez uma advertência que custou caro aos estudiosos ulteriores. Afirmou Silvio Romero que o negro

---

<sup>43</sup> Adiante trataremos sobre a noção de vagabundagem em vigência no período estudado assim como uma mostra de prisões por esta contravenção, em Salvador.

não era apenas “uma besta de carga”, mas um “objeto de ciência”.<sup>44</sup> Reclamava ele, naquela oportunidade, da ausência de estudos sobre o negro no Brasil. Portanto, sua provocação parece ter surtido efeito, diante da quantidade de estudos realizados posteriormente.

Em 1896 foi editado *O animismo fetichista dos negros baianos*, de Nina Rodrigues, considerado o primeiro a desenvolver estudos científicos sobre o negro no Brasil. Entretanto, o livro que lhe garantiu o lugar de precursor da etnografia sobre o negro no Brasil e, em especial, na Bahia, foi *Os africanos no Brasil*, já pronto no ano de sua morte (1906), mas que só foi possível a publicação em 1932.<sup>45</sup>

Seguiram os estudos de Nina Rodrigues, as pesquisas de Manuel Querino, “cuja intenção era exaltar o papel do colono africano na formação nacional”.<sup>46</sup> Era desta forma que Edison Carneiro identificava as intenções investigativas de Manuel Querino, reunidas, principalmente, em *A raça africana e seus costumes na Bahia e Bahia de Outrora*, publicados em 1916 e *Costumes africanos no Brasil* que só foi publicado em 1938, sob influência de Artur Ramos.<sup>47</sup> Mesmo sendo consideradas por Edison Carneiro como pesquisas “sem o mesmo caráter científico” que as de Nina Rodrigues, seu trabalho representava juntamente com o de Nina Rodrigues, até a década de 1920, os poucos estudos de etnografia do negro na Bahia, como afirma Waldir Freitas de Oliveira:

Pouco ou quase nada, durante os anos 20, fora acrescentado aos estudos realizados por Nina Rodrigues e Manuel Querino, para a compreensão da importância e da participação do elemento negro na sociedade brasileira.

Caberia a Artur Ramos a difícil tarefa de retomá-los, na década seguinte, reivindicando, ardorosamente, para Nina Rodrigues, o título de pioneiro desses estudos no Brasil.<sup>48</sup>

Artur Ramos se tornou na década de 1930, um dos principais intelectuais e estudiosos do negro no Brasil. Como diretor da Biblioteca de Divulgação Científica da Companhia Editora Civilização Brasileira, foi responsável pela publicação de importantes estudos sobre o tema, a exemplo de *Os africanos no Brasil* (1932), de Nina Rodrigues e *O negro Brasileiro*:

---

<sup>44</sup> Citado em CARNEIRO, Edison. “O negro como objeto de ciência”. In: *Afro-Ásia: Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA*, nº 6-7, 1968, pp. 91-100.

<sup>45</sup> RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. ( 1 ed.: *Revista Brasileira*, 1896). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. (1 ed.: Civilização Brasileira, 1932). Brasília/DF: UNB, 1988.

<sup>46</sup> CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 107.

<sup>47</sup> QUERINO, Manuel. *Bahia de Outrora*. Salvador/BA: Livraria Econômica, 1916; QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Este último reuniu vários estudos realizados por Manuel Querino, alguns deles já publicado em Bahia de Outrora, a exemplo do texto sobre capoeira.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas de. “Os estudos africanistas na Bahia dos anos 30”. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (org.). *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

*etnografia religiosa e psicanálise* (1934), de sua própria autoria.<sup>49</sup> Em 1936 foi a vez de *Religiões negras* e, no ano seguinte, 1937, *Negros bantos*, ambos de autoria daquele que se tornou seu principal correspondente entre os anos de 1936 e 1938, o baiano Edison Carneiro.<sup>50</sup>

Os estudos africanistas<sup>51</sup> na Bahia realizados até a década de 1930, claro que aqui apresentamos apenas alguns exemplos, foram em sua maioria voltados para a etnografia religiosa, como podemos constatar nos Anais do 1º e 2º Congressos Afro-Brasileiros ocorridos em 1934, em Pernambuco e 1937, na Bahia, respectivamente.<sup>52</sup> Caberia a Manuel Querino e Edison Carneiro a primazia dos estudos sobre a capoeira na Bahia.

Em *Bahia de outrora*, de Manuel Querino, encontramos diversas passagens que fazem menção à capoeira em seus diversos aspectos, seja como prática de capadócio das ruas, capangas políticos ou enquanto proezas nas festas populares. Os estudos reunidos em *Bahia de Outrora* são de caráter diverso, vão desde as instituições monárquicas a exemplo de “Milícia, Ordenança e Guarda Nacional”, passando pelos festejos populares que alcançaram a República como “Cheganças”, “A festa do Espírito Santo”, “A romaria dos jangadeiros” e “A lavagem do Bomfim”, até o chamado folclore negro, no qual se enquadra “A capoeira”, capítulo que mais interessou aos pesquisadores do tema.

Em “A capoeira”, publicado em 1916, encontramos referências para a investigação dos capoeiras baianos e seu universo social. Além da questão da origem étnica da capoeira, o que é sugerido pelo autor e de interesse de muitos pesquisadores, Querino oferece uma outra pista: a relação dos capoeiras com o universo das ruas:

O capoeira era um individuo desconfiado e sempre prevenido. Andando nos passeios, ao aproximar-se de uma esquina tomava imediatamente a direção do meio da rua; em viagem, se uma pessoa fazia o gesto de cortejar a alguém, o capoeira, de subto, saltava longe, com a intenção de desviar uma agressão, embora imaginaria.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> RAMOS, Artur. *O negro brasileiro: ethnografia religiosa e psychanalyse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

<sup>50</sup> Utilizamos como referência a edição especial em que constam os dois livros juntos, a saber CARNEIRO, Edison. *Religiões negras: notas de etnografia religiosa e Negros bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Sobre as correspondências de 1936 à 1938 ver OLIVEIRA, Waldir Freitas de. “Os estudos africanistas na Bahia dos anos 30”. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (org.). *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos*. Op. cit.

<sup>51</sup> “Estudos africanistas” era a denominação utilizada, neste período, para designar as pesquisas etnográficas sobre a presença africana na vida brasileira e é neste sentido que referimos toda vez que usarmos a expressão.

<sup>52</sup> *NOVOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (Trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro no Recife em 1934)*. Recife: editora Massagana, 1988 e *O NEGRO NO BRASIL (Trabalhos apresentados no 2º Congresso Afro-Brasileiro/Salvador)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

<sup>53</sup> QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Econômica, 1916, p. 57.

Era o capoeira, então, um elemento das ruas, pois nela estava o seu sustento e o seu lazer. Era um personagem do cotidiano urbano que tinha que respeitar as regras do mundo que o subordinava e lhe era subordinado, o mundo das ruas. O tipo social de rua, ao qual pertencia o capoeira até meados do século XX, na capital baiana, não só seguia as regras de sobrevivências desse mundo indisciplinado, mas também as determinavam. Como bem alude Querino: “O angola era, em geral, pernóstico, excessivamente loquaz, de gestos amaneirados, typo completo e acabado do capadocio e o introdutor da *capoeiragem*, na Bahia”.<sup>54</sup>

O capoeira seria o “typo completo e acabado do capadocio”, era o notório tipo de rua, que inclusive determinava regras para a mesma. Era ele um tipo de “dono” das ruas ou pelo menos dos territórios sociais que se constituíam nessas ruas, questão que discutiremos no segundo capítulo. Em uma outra passagem Querino afirma que nesses “exercícios, que a gyria do capadocio denominava — *brinquedo*, dansavam a capoeira sob o rytimo do *berimbau* (...)”.<sup>55</sup>

Seguindo essa orientação constatamos situações que dão validade às suas informações. Este foi o caso de Gregório Porfírio da Cruz, o capoeira Gregório Preto, que no dia 17 de julho de 1913, depois de se estranhar com o espanhol José Maria Casqueiros em seu estabelecimento comercial, na rua do Pilar, foi atingido pelo mesmo com disparo de arma de fogo. Na verdade, a presença de Gregório apresentava-se como ameaçadora e incomodava o espanhol, como podemos ver no depoimento de Smael Cardoso da Silva, que presenciou o conflito:

Disse que hontem cerca de dez horas da noite, elle testemunha estava na venda de José Maria onde foi comprar cigarros com outros companheiros, que apparecendo alli Gregório principiou em **brinquedo** com Antonio e depois quis **brincar** com elle testemunha no que foi repellido, dizendo elle testemunha a Gregório que **brincasse** somente com Antonio que n’essa occasião Gregório ainda por **gracejo** passou a mão no rosto d’elle testemunha e deu-lhe com o pé sujando a calça, mas elle testemunha não ligou importância apenas disse a Antonio está vendo o que seo camarada está fazendo. (...).<sup>56</sup>

No depoimento de Smael Cardoso da Silva ficou evidente o medo que teve quando quis Gregório Preto com ele “brincar”. Esse depoimento é rico em detalhe e nos oferece recurso para pensar que se tratava do brinquedo de capoeira, sugerido por Manuel Querino.

---

<sup>54</sup> Idem. Esta passagem de Querino é extremamente polêmica do ponto de vista das discussões sobre a origem da capoeira, questão que não nos propomos discutir neste trabalho. Mais nos interessa a sugestão do autor sobre o tipo social do capoeira na Bahia.

<sup>55</sup> Idem, 59. (grifos do autor). O termo “brinquedo” é o equivalente a “*brincadeira*; folguedo; reunião em que há dança; folia”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro...* Op. cit. (grifo no texto).

<sup>56</sup> Processo crime movido contra José Maria Casqueiros (réu) em 1913. APEB: Seção Judiciária, Est. 14, cax. 483, doc. 0,04, p. 8. (grifos nossos)

Os termos “brinquedo”, “brincar” e “gracejo” assim como a ação de passar a mão no rosto e o pé sujando a calça de Antônio, não deixam muitas dúvidas, pois essas são expressões que ainda hoje representam a brincadeira da capoeira.<sup>57</sup>

Sobre este caso afirma o *Jornal de Notícias* que Gregório Preto “entrou em um armazém, á rua do Pilar, de propriedade de José Maria Casqueiros, e, por desconfiança com outros companheiros, deu um ponta-pé num deles deitando-o por terra”.<sup>58</sup> Essa afirmação reforça os elementos até aqui apresentados que apontam ser este um caso de capoeira.

Em 1909 o jornal *Diário de Notícias* registrou o termo “capoeira”, situação rara na documentação que compreende o recorte que optamos. A notícia fazia referência a um capoeira de nome Gregório:

Golpe a facão

Hontem pela manhã, divertia-se Miguel Ferreira dos Santos e Gregório de tal em **jogar capoeira**, quando Gregório armado de facão vibrou em Miguel um profundo golpe que atingio na região frontal. Foi curar-se o ferido ao hospital Santa Isabel.<sup>59</sup>

Pode-se argumentar que este Gregório seja um outro e não o Gregório Preto. Trabalhamos com a hipótese de que seja o mesmo. Ainda assim, Manuel Querino foi feliz em suas observações, nos ajudando a rastrear estes capoeiras. Questão de maior valor neste trabalho. A descrição de Querino, inclusive citando nomes de lugares e cantigas de capoeira que remetem ao século XIX, foi para os estudos africanistas importante material etnográfico. Para nós, informações preciosas para a realização da pesquisa sobre os capoeiras na Salvador republicana.

Nessa busca incessante da possibilidade de se reconstituir a história social desses capoeiras e com grandes esperanças despertadas após a leitura do texto de Manuel Querino, encontramos referências importantes nos trabalhos de Edison Carneiro. Outra indispensável contribuição da etnografia da capoeira na Bahia e que apontou elementos imprescindíveis, a exemplo de nomes de capoeiras que viveram no período pesquisado, elemento este que faltou ao trabalho de Manuel Querino.

Em *Negros bantos*, publicado em 1937, Edison Carneiro dedicou um capítulo à “Capoeira de Angola”.<sup>60</sup> Neste trabalho encontramos muitas pistas sobre os capoeiras na

---

<sup>57</sup>A prática cultural da capoeira sempre foi permeada de rituais sibólicos. Por exemplo, “passar a mão no rosto” e o “pé sujando a calça” poderia representar um desafio para o “brinquedo” ou até mesmo a umilhação do outro. O capoeira que durante o jogo se deixa sujar a roupa é desqualificado, como afirma Edison Carneiro: “O bom jogador de capoeira, não obstante movimentar-se muitas vezes paralelamente com o chão, não suja a roupa”. “Capoeira”. In: *Cadernos de Cultura*. Op. cit. p. 7.

<sup>58</sup> *Jornal de Notícias*, 18/07/1913, p. 2.

<sup>59</sup> *Diário de Notícias*, 22/01/1909, p. 5. (grifos nossos).

<sup>60</sup> CARNEIRO, Edison. *Negros bantos...* Op. cit., p-p. 211-220.

Cidade do Salvador nas primeiras décadas do século XX. Capoeiras imortalizados pela memória a exemplo de Pedro Porreta, Samuel Querido de Deus e Besouro de Santo Amaro, são destacados em sua descrição. Foram estes capoeiras, em seu tempo, símbolo de valentia no universo das ruas, mas também principais difusores da capoeiragem baiana daquele período<sup>61</sup>

A primeira informação que encontramos sobre o interesse de Edison Carneiro a respeito do tema da capoeira, foi em sua correspondência a Artur Ramos, datada de 27 de janeiro de 1936:

Estou interessado, agora, em encontrar traços negros bantus na Bahia. Vou cometer, pro Congresso, uma longa monografia sobre, tocando os seguintes pontos: a) os cucumbis; b) o *testamento* do boi; c) samba; d) Capoeira de Angola; e) Batuque; f) os contos populares; g) os instrumentos musicais.<sup>62</sup>

A intenção de Edison Carneiro era apresentar esses estudos no 2º Congresso Afro Brasileiro, a ocorrer no mês de setembro de 1936, em Salvador, o que não foi possível. O evento só foi realizado em janeiro 1937. Entretanto, o material colhido para a referida monografia, se não todo ele, grande parte foi publicado em *Religiões negras* e *Negros bantos*. “Capoeira de Angola”, não foi, como previa, apresentado no Congresso e sim publicado no jornal *Estado da Bahia*, em junho de 1936, portanto, muito antes da realização do Congresso.<sup>63</sup>

Neste trabalho Edison Carneiro não avançou muito em relação ao que escreveu vinte anos antes, Manuel Querino. Inclusive, é esta a principal referência que faz o autor em seu artigo. No entanto a relação do autor de *Negros bantos* com o universo dos capoeiras (assim como dos sambas e, principalmente, dos candomblés) na década de 1930, lhe permitiu acesso a informações importantes para os pesquisadores que hoje se interessam pelo tema. Dentre os elementos que o trabalho de Carneiro acrescentou em relação ao de Querino, merece destaque a investigação das cantigas e os nomes em evidência na prática da capoeira daquele momento, assim como modificações que essa prática passava no período em que escrevia, o que, para ele, era motivo de muita preocupação.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> Essa questão será discutida mais apropriadamente nos próximos capítulos.

<sup>62</sup> “Documento nº 2”. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (org.). *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos...* Op. cit., p. 90.

<sup>63</sup> Ver *O Estado da Bahia*, 09/06/1936, p. 1.

<sup>64</sup> Edison Carneiro acreditava que a Capoeira Regional do Mestre Bimba fosse uma “descaracterização” da Capoeira Angola. Em uma versão atualizada daquele texto publicado em 1936 ele afirma: “A capoeira popular, folclórica, legado de Angola, pouco, quase nada tem a ver com a escola de Bimba”. “Capoeira”. In: *Cadernos de Cultura*. Op. cit. p. 14.



Em sua pesquisa recolheu vários cânticos nas rodas de capoeira e procurou investigar termos e expressões que continham esses cânticos, como o exemplo que vemos a seguir:

*Ê aquinderreis!*

*Ê Aruandê!*

*Que vai fazer?*

*Com capoeira?*

*Ele é mandingueiro*

*E sabe jogá...*

Vêm-se aqui de cambulhada, expressões tipicamente portuguesas (aqui d'El-Rey!) e termos africanos (*Aruandê*, corruptela de Luanda) ou de origem africana (*mendigueiro*, derivado dos negros mandes ou mandingas).

*Dona Maria, como vai você?*

*Vim de má para te vê.*

*Você como passou?*

Sabe-se que dona Maria significa, nos candomblés afro-bantos da Bahia, a mãe-dágua, a iemanjá do culto jeje-nagô. Há somente uma complicação. O capoeirista vem do mar para vê-la... Por quê?<sup>65</sup>

Carneiro analisou, aí, duas cantigas, estabelecendo relação entre a prática da capoeira com o universo cultural africano. Em relação à primeira cantiga, o autor é bastante convincente em suas sugestões. Já a segunda tem para ele uma complicação. Por que o capoeirista vem do mar para ver dona Maria, que, segundo sua interpretação, é esta a “mãe-dágua”, portanto, tem o mar como habitat. É justamente na interpretação de Carneiro que está a confusão, esta poderia ser uma outra Maria e não a “mãe-dágua”, pois muitos capoeiras eram marítimos ou pescadores e poderiam estar chegando do mar para ver, quem sabe, a sua amásia.<sup>66</sup>

Nessas cantigas também apareciam nomes de famosos capoeiras da época como Besouro de Santo Amaro, também conhecido como “Mangangá”. O autor em uma pequena nota de roda-pé dá informações a serem seguidas pelos pesquisadores ulteriores, na busca da reconstituição de aspectos da capoeiragem baiana das primeiras décadas do século XX, através do personagem Besouro Mangangá: “Mangangá era o nome de guerra do conhecido capoeirista Besouro, de Santo Amaro, herói legendário de incríveis façanhas contra a polícia”.<sup>67</sup>

Os confrontos entre Besouro e policiais não ficaram restritos ao universo do “mito popular”. Antônio Liberac Pires, encontrou dois processos crimes movidos contra Mangangá, sendo um na Cidade do Salvador em 1918 e, o outro, em Santo Amaro, em 1921. Estes documentos cruzados com depoimentos e notícias de jornais tornaram possível a

<sup>65</sup> CARNEIRO, Edison. *Negros bantos...* Op. cit., p. 215. (grifos do autor)

<sup>66</sup> Além dessas encontramos os capoeiras baianos como trabalhadores nas mais variadas ocupações, como veremos no segundo capítulo.

<sup>67</sup> CARNEIRO, Edison. *Negros bantos...* Op. cit., p. 217.

reconstituição de aspecto da vida desse capoeira e da própria capoeiragem baiana deste período.<sup>68</sup>

Como vimos, autores como Edison Carneiro e Manuel Querino, na busca de entender os costumes africanos na Bahia, foram felizes em muitas de suas descrições sobre a capoeiragem baiana. Estes autores e as precisões em suas informações foram por muito tempo despercebidos (quem sabe ignorados) pela história social em relação ao potencial de informação histórica contidas em suas etnografias.

Considerados folcloristas ou memorialistas da “velha Bahia”, não foi dedicado ao que pensaram e escreveram esses autores a merecida atenção. O historiador social preocupado com o vasto campo desejoso de investigação da Bahia republicana, encontrará nos trabalhos desses autores pistas, caminhos que apontam possibilidade de pesquisa com o necessário rigor e trato científico que caracteriza a disciplina histórica.

Assim como os estudos africanistas e a etnografia da capoeira que vigorou até a década de 1930, as crônicas e a literatura urbana, que fazem menção a este período, fornecem informações para a reconstituição do cotidiano dos capoeiras baianos que viveram em Salvador nas primeiras décadas do século XX. Portanto faz-se necessário entender a relação desses personagens com a Cidade Republicana.

### **1. 3. Pelas ruas da Bahia: a cidade e os capoeiras**

Bahia misteriosa/Ninguém pode decifrar/Suas  
ruas, suas ladeiras/Que caminham para o mar  
(...)/No mercado a capoeira o berimbau a toca...<sup>69</sup>

A Cidade do Salvador, capital da Bahia, é, historicamente, conhecida como uma cidade de muitos nomes. “Cidade da Bahia”, “São Salvador”, “Cidade do Salvador” ou “Bahia de Todos os Santos”. Principalmente quando tratamos da cidade da primeira metade do século XX, a qual tem suas histórias percorrendo pelos becos, vielas e botequins, espaços protagonizados pelos agentes oriundos das camadas populares, portanto, não escaparia a essa cidade das ruas seu principal tipo social: os capoeiras. As cantigas, já citadas, se referem a essa cidade e a esses capoeiras.

O cotidiano dos capoeiras na Cidade do Salvador na Primeira República era, então, marcado pelas relações estabelecidas no universo das ruas. Essas ruas eram concebidas pelas elites soteropolitanas como espaço privilegiado para a criminalidade que tinha origem nos

---

<sup>68</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá...* Op. cit.

<sup>69</sup> BOLA SETE, Mestre. *A capoeira angola na Bahia*. Salvador/BA: EGBA/Fundação das Artes, 1989, p. 78.

comportamentos anti-sociais das camadas populares, a exemplo da vagabundagem. Para se compreender o universo social em que viviam os capoeiras na capital baiana, deste período, é necessária uma reconstituição histórica de aspectos da dinâmica dessas ruas e do cotidiano de seus principais agentes sociais: homens e mulheres das camadas populares.

Durante o século XIX, Salvador contava com dez freguesias, sendo criada uma décima primeira em 1870.<sup>70</sup> Os distritos que encontramos na zona urbana, nas primeiras décadas do século XX, permaneceram praticamente com os mesmos nomes das antigas freguesias. A freguesia da Sé ou São Salvador passou a distrito da Sé; Santo Antônio Além do Carmo, simplesmente distrito do Santo Antonio; Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, distrito da Rua do Passo; Santíssimo Sacramento do Pilar, distrito do Pilar e assim por diante.

O jornal *Diário da Bahia* “satisfazendo o pedido do capitão do Porto” publicou, em janeiro de 1917, uma lista com os nomes dos distritos que compunham as zonas urbana e suburbana da Cidade do Salvador.<sup>71</sup> Os distritos listados para a zona urbana foram em número de 12, os mesmos divulgados pela Postura Municipal da Cidade do Salvador no ano de 1920.<sup>72</sup> São eles os seguintes: Sé, Vitória, Conceição da Praia, Santo Antônio, São Pedro, Sant’ Anna, Rua do Passo, Brotas, Pilar, Penha, Nazaré e Mares, esses dois últimos criados posteriormente a 1870.

Destes distritos nos interessa os formados pelas principais ruas do antigo centro da cidade. Dentre as que mais aparecem na documentação, citamos as ruas da Misericórdia, Colégio, Saldanha da Gama, Taboão, Julião, Passo e Pilar.<sup>73</sup> Encontramos também, as áreas identificadas como Calçada, Baixa dos Sapateiros (Rua J. J. Seabra) e Praça da Sé. A documentação aponta esses espaços como localidades de moradia de muitos dos personagens que identificamos como capoeiras.<sup>74</sup> Chama-nos a atenção as ruas e praças que estão situadas nestes distritos e entre as quais podemos estabelecer uma relação, caracterizando, inclusive, territórios dos conflitos envolvendo capoeiras, assim como áreas residenciais dos mesmos.

---

<sup>70</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, p. 21-57.

<sup>71</sup> *Diário da Bahia*, 18/01/1917, p. 2.

<sup>72</sup> APMS: *Código de Posturas Municipais*. Título I: Polícia Administrativa, cap. I: Dos Limites da Cidade, 1917/1920. Trata-se de um documento manuscrito de difícil identificação das datas. Ainda assim conseguimos identificar 1917 e 1920 no referido documento.

<sup>73</sup> Muitas dessas ruas aparecem com outros nomes, a exemplo do Taboão, também conhecida como Silva Jardim. Tal fato causa alguns problemas na identificação das mesmas na documentação. A identificação das ruas foi um problema que atingia os moradores da época, como constata a seguinte notícia: “...Ahi esta! A rua Pedro Autran não era outra sinão a própria onde ficava a venda citada pelo guarda é que talvez elle só a conhecesse pelo nome de travessa do Rosário.” *Diário de Notícias*, 03/04/1925, p. 1.

<sup>74</sup> Um exemplo é o dos capoeiras Pedro Mineiro e Gregório Preto. As fontes indicam o mesmo endereço para ambos, cito a Rua do Julião, nº 28.

No Mapa I, estas localidades estão em destaque e correspondem, segundo a documentação, às áreas de maior reincidência de conflitos e atuação dos capoeiras, o que passaremos a chamar de “cartografia da capoeiragem”.

### MAPA I Cidade do Salvador



**Fonte:** Biblioteca do Instituto de Geociência da Universidade Federal da Bahia, s/d. Escala: 1: 12.500

Estas localidades não escaparam às memórias do mestre Noronha. Ao falar das “zonas de desordens” e atuação dos capoeiras do seu tempo e de período mais remoto, ele afirmou:

Todos os lugares que existia zona a dizorde continuava tanto da parte dos marinheiro como dos dizordeiros. Lar[g]o da Sé – Tabuão – Rua das Flores – Rua do Bispo – Rua de Baixo – Rua Carlos Gomes – Beico Maria Pais – Rua do Tizouro – Ladeira da Praça – Rua da Barrocinha – Rua do Tijolo – Rua da Misericórdia e Pau da Bandeira e na Zona da Calçada ção esta tradição da velha Bahia.<sup>75</sup>

Ressalte-se que os locais apontados estão situados no centro tradicional de Salvador e naqueles que fizeram parte da expansão da malha urbana — a Calçada, que estabeleceu uma ligação, cada vez mais próxima, entre as diversas partes da cidade.<sup>76</sup> Nas notícias de jornais e na documentação judiciária, acrescentando-se ainda, os relatórios e correspondências policiais, aparecem regularmente muitas dessas ruas citadas por Noronha e indicadas no Mapa

<sup>75</sup> COUTINHO, Daniel (Mestre Noronha). *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 24-25.

<sup>76</sup> SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Bahia: Universidade da Bahia, 1959.

I. Nessas ruas estavam localizados pequenos estabelecimentos comerciais, residências, botequins, casas de jogos e prostituição. A Praça da Sé e a Rua Saldanha da Gama são dois exemplos das ruas que ilustravam freqüentemente as manchetes dos jornais: “Distúrbios na Sé”, “Brigaram no Saldanha” e assim por diante...<sup>77</sup>

O movimento dessas ruas tinha dinâmicas diferenciadas. Durante o dia era marcada pelo trabalho e a agitação dos transeuntes que se deslocavam de um local para outro; já a noturna, era privilegiada para o lazer do trabalhador, as balançadas noites marcadas pelos botequins e casas noturnas, pontos de encontro entre os trabalhadores num esquema de sociabilidade que o espaço urbano lhe permitia. Essas ruas compõem na expressão de Sidney Chalhoub, um “observatório popular”.<sup>78</sup>

Durante o dia os indivíduos, assíduos freqüentadores dessas ruas, estavam ocupados com seus ofícios cotidianos, sejam pedreiros, carpinteiros, carregadores, peixeiros, estivadores, etc.<sup>79</sup> Além de trabalhadores com ocupações fixas como estivadores (sindicato) e pedreiros (construção civil), a maior parcela dessas pessoas tinham suas ocupações autônomas circunscritas ao comércio varejista de variados artigos pelas ruas do centro da cidade, a exemplo de vendedores de frutas e verduras, peixeiros, doceiros, artesanato feminino e de alimentos como cuscuz, acarajé, cocada, etc. Para essas pessoas esse comércio significava “seu meio de subsistência ou o recurso pelo qual complementavam regularmente o orçamento doméstico”.<sup>80</sup>

Vale ressaltar que essas atividades não eram irregulares nem marginais, pois a “legislação municipal orçava anualmente na sua receita a cobrança de taxas sobre o comércio volante, atingindo mascates, vendedores de bandejas e tabuleiros”. Essa legislação compreendia inclusive os “estacionados nas ruas e praças”, como consta na própria lei. Estes eram aspectos do cotidiano diurno dos trabalhadores populares.<sup>81</sup>

Maria Stella Bresciani, tendo como cenário as ruas londrinas e parisienses do século XIX, afirma ter na rua noturna outros personagens. A chegada da noite se fazia desejada pelos que trabalhavam.

---

<sup>77</sup> Dentre as diversas notícias que aparecem estas manchetes ver, respectivamente, do *Jornal de Notícias* as edições de 03/12/1914, p. 3 e 09/08/1917, p. 2.

<sup>78</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001, pp. 309-320.

<sup>79</sup> Misturava-se a esses trabalhadores, marinheiros e policiais. Por essa razão muitos dos conflitos ocorridos nessas casas noturnas tinham como protagonistas marinheiros e policiais.

<sup>80</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão, Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 27.

<sup>81</sup> Idem.

Nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita ao interior das casas. Os combates do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto a mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais são seus componentes. Também o barulho da noite se faz com outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros, o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso das mesas de jogo.<sup>82</sup>

“A multidão é outra”. Segundo Bresciani, o trabalhador se recolhia e outros personagens ocupavam as ruas noturnas. Essa parecia ser uma preocupação notória. Em relato sobre Londres do final do século XIX, o viajante Karl Baedeker recomendava ao estrangeiro “estar sempre atento, principalmente à sua bolsa e ao seu relógio” recomendação que, segundo ele, devia ser lembrada “especialmente ao entrar e sair dos trens e ônibus e em todos os lugares em que houver multidão”.<sup>83</sup> Devia-se “evitar também, à noite, os bairros pobres e as ruas afastadas”. Este era o mundo londrino das “classes pobres, classes perigosas”.

Acreditamos que mesmo no universo estudado por Bresciani, muitos dos personagens noturnos eram os próprios trabalhadores diurnos.<sup>84</sup> O que afirma Bresciani, é que na rua noturna se despertava o universo que durante o dia adormecia, entrava em cena a prostituta, os lances de sorte nas mesas de jogo, “os ladrões na sua labuta silenciosa”.

A partir das impressões de autores como Baudelaire, Victor Hugo, Charles Dickens, dentre outros, Bresciani encontrou nos becos e ruas escuras das cidades européias, reconstituídas pela literatura do século XIX, uma multidão que realizava cotidianamente “o espetáculo da promiscuidade”.<sup>85</sup> A distância espaço-temporal do universo estudado pela autora não impede uma aproximação com a Salvador republicana, quando se trata do complexo mundo das ruas. A rua, segundo Roberto DaMatta, é o local de “dura realidade da vida”, “um domínio semidesconhecido e semicontrolado, povoado de personagens perigosos.”<sup>86</sup>

“Personagens perigosos” não era uma expressão desconhecida da sociedade baiana do período estudado. Uma das preocupações do policiamento das ruas de Salvador era

---

<sup>82</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 12-13.

<sup>83</sup> Citado em CHARLOT, Mônica e MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993, p. 36.

<sup>84</sup> Para este argumento tomamos como base os estudos de Michele Perrot, reunidos em sua coletânea intitulada: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>85</sup> BRESCIANI. Op. cit., p. 14.

<sup>86</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 93.

justamente tranquilizar a população em relação aos desatinos causados por homens e mulheres desordeiros acusados de serem parte dos perigos que a rua representava.

Era comum os noticiários publicarem manchetes como “Campanha contra a gatunagem”, “Campanha contra a vagabundagem”, “O policiamento das ruas”, “Elles”.<sup>87</sup> São nessas notícias que encontramos os capoeiras, ou melhor, seus esconderijos, uma vez que raramente aparece associado a eles o termo “capoeira”, assim dificultando sua identificação. Os indivíduos nas referidas manchetes aparecem identificados por alcunhas um tanto quanto depreciativas a exemplo de capadócio, desordeiro e vagabundo, representando o medo dos transeuntes das vias públicas da Salvador republicana, seriam eles os “donos das ruas”.

O cotidiano da rua na Cidade do Salvador, inclusive nas obscuras e embriagadas noites, urgia atenção especial por parte das autoridades. Não eram poucos os editoriais dos principais jornais da época que cobravam das autoridades policiais melhor segurança e ordenação pública, pois os ébrios, vagabundos e toda sorte de desocupados (inclusive os próprios capoeiras) empestavam as ruas e durante as madrugadas causavam arruaças apedrejando casas, proferindo palavras obscenas e em conflito com outros indivíduos, da mesma estirpe, disparavam tiros a esmos, assim, perturbando os moradores dessas localidades, como podemos ver na seguinte notícia:

Pedem-nos chamemos a atenção dos prepostos da policia para um turbulento que, constantemente embriagado, promove desordens no Largo de São Miguel, trazendo o desassossego ás pessoas alli residentes.<sup>88</sup>

Notícias como estas eram veiculadas freqüentemente pelos jornais da cidade, e na maior parte destas, a reivindicação era o reforço do policiamento destas ruas. A questão era muito mais complexa de ser resolvida, apenas a presença de policiadores não adiantaria, uma vez que os mesmos eram responsáveis por grande parte dos desatinos ocorridos no espaço público.

As freqüentadas ruas da capital baiana deste período foram cenário de conflitos envolvendo policiais que, às vezes, desacatavam suas próprias autoridades. Foi o que ocorreu com o soldado Tertuliano de tal, do Esquadrão de Cavalaria, preso na noite do dia 28 de abril

---

<sup>87</sup> Essas manchetes eram publicadas, respectivamente, nas várias edições dos jornais Gazeta do Povo, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, que circulavam nas primeiras décadas do século XX.

<sup>88</sup> *Jornal de Notícias*, 23/08/1913, p. 7. Para alguns exemplos dessas questões envolvendo capoeiras ver: OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. “Entre vadios, valentes e mestres capoeiras”. In: *Anais do I Encontro Regional de História: História, cidades e sertões*. (CD-RUM). Ilhéus: UESC/ANPUH-BA, 2002.

de 1915, acusado de promover desordens na rua do Saldanha, em companhia de mulheres, provavelmente prostitutas.<sup>89</sup>

Segundo o *Jornal de Notícias*, o soldado não atendeu a ordem de prisão se insurgindo contra a autoridade policial e “ao passar pela rua do Collegio o insubordinado promoveu novos desatinos sendo afinal recolhido preso ao quartel”. A notícia afirma ainda que Tertuliano seria excluído do esquadrão “por incapacidade moral”.<sup>90</sup>

A Rua do Saldanha, Rua do Colégio, acrescentando-se a Rua do Julião, rua do Passo, Baixa dos Sapateiros e Praça da Sé, eram, e ainda são, localidades que compunham o centro antigo de Salvador, onde a vagabundagem era freqüente e determinados indivíduos adquiriam poder junto aos códigos de sobrevivência nessas ruas em que, mais de uma vez, enfrentavam a polícia com suas navalhas e facões em punho, amedrontando assim, os mais bravos dos policiais.

As crônicas das ruas preenchiam as páginas dos periódicos locais, como atesta o *Diário de Notícias* em seu editorial de 31 de agosto de 1915, portanto, em primeira página:

#### O DESPOLICIAMENTO DA CIDADE

(...)

Quase todas as prisões eram effectuadas entre nós, sob grosseiros palavrões dos soldados, e mais do que tudo, sob as vibrações temíveis de sabres e espadas, sob espancamentos de indivíduos inermes e fracos, que á vista duma população inteira, passavam para os matadouros, dos postos policiaes, ensangüentados e mortos.

Os bandidos, vagabundos, fortes e musculosos, a policia respeitava as vezes porque raro não era vermos aquelles arrebentarem ás mãos dos “mantenedores da ordem” o aço de dois gumes que lhes cortava as costas!

Os referidos bandidos e “vagabundos, fortes e musculosos” que a polícia respeitava eram os protagonistas das cenas cidadinas das perigosas ruas de Salvador. Muitos desses que se encontravam empunhando o “aço de dois gumes” eram os capoeiras. No Rio de Janeiro o capoeira e o malandro representavam tipos de rua sobre os quais pode-se “alinhar uma tradição”, na Bahia não é diferente em relação ao vagabundo.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> *Jornal de Notícias*, 29/04/1915, p. 2.

<sup>90</sup> Idem. O jornal *Diário de Notícias* nos informa, neste mesmo ano, sobre a exclusão de 300 policiais do corpo de agentes da Guarda Civil. Ver a edição de 28/09/1915, p. 5. No caso aqui analisado acreditamos que o envolvimento do policial com prostitutas tenha influenciado a sua exclusão por “incapacidade moral” muito mais do que o fato dele ter promovido desordens. Pois, a prostituta era considerada uma “degradada social”.

<sup>91</sup> “Alinhar uma tradição” foi a expressão utilizada por Ângela Salvadori para insinuar a relação entre o capoeira e o malandro na Cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. SALVADORI, Maria Ângela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)*. Op. cit.



Para o desprevenido estudioso da história social da Bahia, alertamos que o sentido da malandragem e do malandro atribuídos nos estudos sobre a Cidade do Rio de Janeiro, inclusive em relação aos capoeiras, não são os mesmos quando se trata da Cidade do Salvador nas primeiras décadas republicana. E. P. Thompson já chamava a atenção para a necessidade do diálogo entre conceito e evidência. Este deve ser “conduzido por hipóteses sucessivas de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”.<sup>92</sup> Este procedimento implica em, ao trabalharmos com as mesmas categorias de análise em sociedades diferentes, tratar o objeto de investigação em sua especificidade histórica. Este é o caso do “malandro” enquanto categoria de análise nos estudos sobre Salvador e Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Em uma coluna intitulada “A Cidade”, apareceu em 1937 uma crônica em que o autor se preocupou em estabelecer a distinção entre o malandro e o vagabundo (ou capoeira!):

Vou lhe dizer qual a diferença que existe do malandro para o vagabundo.

É que o malandro vive na cidade, gozando as delícias que há neste mundo. E o vagabundo sobe lá pro morro cantando samba e bebendo cachaça. Cheio de bossa fazendo arruaça. E o malandro para isso não se passa... O malandro é sabido gosta da nota e da posição.; É mais fino, por exemplo:

“Se o malandro vai para o microfilme] (sic) com o seu chapéu de palha, vai desacatar. O vagabundo vai pra batucada jogar banda virada pra se machucar... O vagabundo não liga a nota. Tanto faz como tanto fez, é indiferente...”<sup>93</sup>

“Banda virada” é uma expressão, que acreditamos, faz referência, neste caso, ao jogo da capoeira. Essa expressão é, ainda nos dias de hoje, utilizada como terminologia de um dos movimentos ofensivos da prática da capoeira.<sup>94</sup> Além dessa informação o cronista apresenta o vagabundo como sendo uma figura ameaçadora que bebe cachaça, faz arruaça e pode machucar. Portanto, era ele uma figura constante nas ruas e que precisava ser controlado. Tal situação levou as autoridades a desenvolver campanhas de combate à vagabundagem como política de prevenção criminal.<sup>95</sup> A vagabundagem não representava um crime propriamente dito e

---

<sup>92</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 49.

<sup>93</sup> *O Imparcial*, 27/01/1937, p. 1. Agradeço à pesquisadora Alessandra por essa indicação.

<sup>94</sup> O termo varia bastante podendo ser encontrado, dentre outros, como “Banda virada”, “Banda de Lado”, “Banda armada” ou simplesmente “Banda”. Ver MOURA, Jair. “Capoeira – a Luta Regional Baiana”. In: *Cadernos de Cultura*. Salvador: SEC/BA, nº 1, 1979, p. 28-29. Este mesmo movimento também pode aparecer com o termo “Vingativa”, como consta na lista organizada por REIS, Letícia de Souza. *O mundo de pernas para o ar*. Op. cit., p. 253.

<sup>95</sup> Encontramos nos jornais pesquisados colunas, periodicamente publicadas em primeira página e que chamam a atenção para a campanha contra a vagabundagem e a gatunagem durante todo o período *seabrista* (1912-1924). Essas colunas serviram como fios condutores para chegarmos até os capoeiras.

sim um comportamento que precisava ser reprimido, era considerada perigosa e ameaçadora, pois poderia levar à prática criminal.

As primeiras décadas da República no Brasil, foram marcadas pelos projetos modernizadores, onde havia “uma preocupação civilizadora, progressista, modernizadora”.<sup>96</sup> Os países europeus como exemplos de civilização a ser seguido, o discurso civilizador no Brasil, e, no caso específico, em Salvador, entendia que a civilização passava pela infra-estrutura, conjunto arquitetônico e costumes urbanos.

Deveriam-se combater os males da civilização, a exemplo do jogo, embriaguez, prostituição e desordens causadas pela vagabundagem perpetrante na cidade, por essa razão, defendia-se a existência de uma polícia eficiente (leia-se moderna), respaldada na lei e responsável pelo trabalho de controle social da população desordenada.

A reforma penal na República compreendia todas essas questões.<sup>97</sup> Ao comentar o Código Penal de 1890, o jurista Oscar de Macedo Soares chamava a atenção para a relação de pertinência entre os termos vagabundagem, vadiagem e ociosidade afirmando ter estes o mesmo significado. Segundo o art. 399 do referido Código, incorria em contravenção de vagabundagem (ou ociosidade e vadiagem) aquele que “deixar de exercitar profissão, officio ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite”.<sup>98</sup> Entretanto, nos chama a atenção uma outra definição que consta no mesmo artigo: “aquelle que provè a subsistência por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes, ainda que tenha domicilio certo”.<sup>99</sup> Esta definição é mais abrangente, não escapando a ela nem mesmo quem tinha moradia fixa. Estariam expostos ao enquadramento por vagabundagem os indivíduos das camadas populares que não correspondessem em seu cotidiano à noção jurídica de ocupação.

O indivíduo preso por vagabundagem teria um prazo de quinze dias para provar que exercitava alguma forma de trabalho legal ou viabilizaria a possibilidade de sua execução, como consta no art. 399 § 1:

§ 1. Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.

Encontramos nas notícias de jornais e na documentação da Secretaria de Segurança Pública, alguns casos de prisão por vagabundagem, como ocorreu com os indivíduos Oswaldo Villas Bôas e

---

<sup>96</sup> LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...* Op. cit., p. 36.

<sup>97</sup> A Lei n. 947 de 29 de dezembro de 1902, do Código Penal Brasileiro, garante a reforma do serviço policial no Distrito Federal.

<sup>98</sup> *Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil (commentado por Oscar de Macedo Soares)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 587.

<sup>99</sup> Idem

Julio Brandão, presos em abril de 1932.<sup>100</sup> Vale ressaltar que não aparecendo o termo vagabundagem como indicativo da transgressão, na autuação policial, muitos dos recolhimentos tinham o mesmo objetivo: a prevenção da prática criminal e isso servia para todo comportamento considerado “anti-social”.

Levando em consideração a noção de vagabundagem definido juridicamente, os transgressores, sejam homens ou mulheres, da moral pública e social: gatun(o)as, desordeir(o)as, etc., seriam tod(o)as vagabund(o)as, visto que esses pequenos delitos eram considerados conseqüências da vagabundagem. No Quadro I, a vagabundagem aparece com grande reincidência nas prisões do ano de 1916:

### QUADRO I Transgressão X Registro de ocorrência

Prisão p/ crime	J*	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total
Desordem	125	112	95	135	80	128	126	127	123	126	120	89	1386
Ofensa a moral	41	49	38	36	29	34	37	50	38	35	34	37	458
<b>Vagabundagem</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>15</b>	<b>26</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>26</b>	<b>16</b>	<b>224</b>
Gatunagem	52	50	55	43	49	76	65	54	35	38	46	52	615
Embriagues	10	17	10	10	7	31	10	22	11	10	15	15	168
Defloramento	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	2	7
Moeda falsa	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
Jogo	6	5	4	11	5	5	0	11	0	6	0	0	53
Crime de morte	0	0	4	2	1	2	0	0	3	4	0	1	17
Tent. de morte	5	9	8	7	1	4	2	4	7	3	5	4	59

\* Letra inicial do mês referente às prisões

#### Mapa do Policiamento da Guarda Civil durante os meses de janeiro a dezembro de 1916

**Fonte:** IGHBA: *Relatório apresentado ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão Governador do Estado pelo Bacharel José Álvaro Cova Secretario da Policia e Segurança Publica*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

De acordo com Macedo Soares o art. 399 distingue três espécies de vadios ou vagabundos: primeira espécie, o indivíduo que não tenha ocupação; segunda, aquele que não tenha qualquer recurso que garanta a subsistência; por último, aquele que não tenha moradia certa. A essa última espécie pertencem os “*caftens, proxenetas*, os que em geral vivem do *lenocineo*, as *meretrizes*”.<sup>101</sup> Em portaria de 23 de março de 1903, entendia-se que a meretriz — leia-se prostituta — era vagabunda e precisava ser severamente punida pelo instrumento penal e a autoridade policial:

Attendendo a que a autoridade policial cumpre ter sob sua vigilância as prostitutas, providenciando contra ellas de forma a assegurar o respeito á lei e á moral publica. (*Dec. n. 4, 763, de 5 de Fevereiro de 1903, art. 31, n. XIII*);

Attendendo a que no sentido legal toda a mulher exclusivamente meretriz é vagabunda, pouco importando que tenha casa onde habite; e assim sendo deve ser punida de accordo com o art. 6 e §§ da lei

<sup>100</sup> APEB: *Mapas de presos, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública*, Seção Republicana, cx. 54, pc. 2.

<sup>101</sup> MACEDO SOARES, Oscar. In: *Código Penal da Republica...* Op. cit., p. 589.

n. 628 de Outubro de 1899 e na conformidade do art. 399 do Código Penal e art. 400 do mesmo Código, na reincidência;<sup>102</sup>

Essas prisões, na forma que ocorriam, eram resultado da nova política de controle social instituída em 1912, no primeiro governo Seabra. Naquele ano, o recém-empossado governador nomeou como novo chefe de polícia, Dr. José Álvaro Cova, que se destacou na “campanha contra a vagabundagem” nas ruas de Salvador deste período.<sup>103</sup> Neste mesmo ano, a Segurança Pública passava por um processo de “modernização”, com a criação da Guarda Civil da Bahia:

Desde o Decreto n. 1151, de 17 de agosto de 1912, conta o Estado com duas policias: a militar e a civil, esta ultima, que eu lhe creei. Dos serviços de ambas só posso dizer bem, porque uma e outra, geralmente, m'os tem prestado na conformidade da Lei. Mas devo assinalar que a Guarda Civil, organizada pelo typo da milícia semelhante do Rio de Janeiro, também de minha criação, veio suprir nesta cidade uma grande falta.<sup>104</sup>

É evidente a ênfase que Seabra, neste período governador do Estado, deu à guarda civil. Acreditava ele ter a referida guarda a função de “suprir nesta cidade uma grande falta”: a ordenação pública das ruas da “cidade civilizada”. Imbuído do ideário de modernidade, o governador compreendia que uma cidade que se pretendesse civilizada, precisava-se de uma polícia moderna.<sup>105</sup>

O processo de modernização da polícia, tendo em vista a necessidade que a ordem pública exigia, era algo infundável. A cada governo surgia novo projeto de modernização da força pública, cada um buscando adequar melhor a sua conjuntura política, social e ideológica, como foi, por exemplo, a defesa de uma polícia de carreira no governo Góes Calmon (1924-1928), que tinha como objetivo atender a precariedade da segurança pública em relação ao desenvolvimento do crime que estava “a reclamar os meios de prevenção e reação na altura de sua capacidade maléfica”.<sup>106</sup>

A vagabundagem não deixou de ser uma preocupação para os mantenedores da ordem pública e social nas ruas da Cidade do Salvador, durante toda a Primeira República e, por função disso, muitos capoeiras conheceram a realidade da Casa de Detenção.

Era no policiamento, no trabalho do policiador nos becos, nos botequins, nas zonas de prostituição, nas sombras das embriagadas noites que se encontrava os valentes das ruas,

---

<sup>102</sup> Idem, p. 590.

<sup>103</sup> Sobre mulheres pobres e vagabundagem neste período ver: ARAS, Lina M. B. de e OLIVERA, Josivaldo P. de. “Mulheres Perigosas’: capoeiras, arruaceiras e navalhistas na cidade do Salvador (1910-1935)”. In: *VIII Simpósio Baiano de Pesquisadora(s) sobre Mulher e Relações de Gênero*. Salvador: UFBA/NEIM, 2002.

<sup>104</sup> APEB: *Falas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província*. Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 12ª Legislatura pelo Dr. J. J. Seabra governador do Estado (1913), p. 29.

<sup>105</sup> APEB: *Mensagem do governador J. J. Seabra...*, 1913, p. 29.

<sup>106</sup> IGHBA: *Synthese da Administração Policial no quadriênio de 1924 a 1928 apresentada ao Ex<sup>mo</sup> Snr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado pelo Dr. Madureira de Pinho, Secretario da Policia e Segurança Publica do Estado da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928, p. 21-24.

habilidosos com seus facões, navalhas e cabeçadas, mas também conhecidos pelas suas astúcias com o corpo e que levavam vantagens em suas contendas policiais. Entre eles estavam os capoeiras. Esses personagens e suas proezas foram cristalizados nas memórias de Antônio Vianna. O memorialista diz ter visto, em sua infância, “indivíduos lutarem encarnecidamente, e caírem exaustos, ensangüentados e ferozes, por uma simples dúvida de qual o mais valente”.<sup>107</sup> Lembra o “cronista da cidade” dos capoeiras que viveram na Salvador republicana e que construíram experiências históricas, assim como seus pares nas cidades do Rio de Janeiro e Belém do Pará, sobrevivendo nas ruas.

Eram nessas ruas que se configuravam os territórios sociais marcados pelas relações de poderes entre as camadas populares, cotidiano experimentado pelos capoeiras e compartilhado pelas “mulheres de pá virada”, questões essas às quais dedicamos o próximo capítulo.

---

<sup>107</sup> VIANNA, Antônio. *Quintal de nagô e outras crônicas*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979, p. 8.

## CAPÍTULO II

### *SOBREVIVENDO NAS RUAS*



Gabriel Ferreira. *Jogo de dentro*. Acrílica s/ tela, 40x50, 2003.

“Adoro o capoeira petulante/O cabra debochado/O  
terror do batuque/O desordeiro/ Que anda sempre de  
compasso ao lado (...)/Adoro o capadócio da  
Bahia/Esse eterno patife/Que gosta de bater numa  
pessoa/Como quem bate beef!”<sup>1</sup>

No final do século XIX, esta poesia circulava pelos periódicos na Cidade do Salvador. Segundo Jair Moura, o autor dessa poesia era Manoel Rosentino e manifestava a sua simpatia “pelo capoeira arruaceiro, oriundo da plebe, personagem característica do cotidiano na Bahia de outrora”; eram os capoeiras gladiadores das ruas.<sup>2</sup>

Os jornais registravam um número infinito de notícias sobre conflitos nas ruas e em estabelecimentos como botequins e armazéns, assim como nas casas de prostituição situadas nas zonas freqüentadas pelos capoeiras.

Como já tivemos a oportunidade de refletir sobre as ocupações dos capoeiras, já é de nosso conhecimento que a maior parte destas estava relacionada ao espaço público, era nele que os capoeiras buscavam sua sobrevivência. Portanto, sobreviver nas ruas não era nada fácil.

Os capoeiras estavam expostos às situações geradas pelas relações cotidianas no espaço público e, em muitas dessas, era necessário usar da força e da violência para demarcar espaço e afirmar valores sociais, a exemplo do capoeira Caboclinho que não permitia ser preso pela guarda civil de forma humilhante e degradante como era de costume ocorrer com outros homens e mulheres das camadas populares.<sup>3</sup>

Pedro Porreta e suas ações de demarcação de limites espaciais territorializaram o espaço público. Determinavam quem poderia ou não freqüentar certas zonas no distrito do Pilar. Era Pedro um dos “donos do pedaço”, seu cotidiano fora marcado pela violência e contendias em muitas das quais se destacava pelas habilidades com o corpo, a exemplo de como se livrar de golpes de navalhas.

Os capoeiras não estavam sozinhos nas cenas do cotidiano violento da capital baiana. Este universo foi compartilhado com as mulheres, as quais também se destacaram como habilidosas nas contendias corporais e exímias no manejo da navalha. Eram elas as “perigosas mulheres” de “cabelinho na venta” que, em situações de combate corporal, muito se assemelhavam aos

---

<sup>1</sup>Poesia de Manoel Rosentino citada por MOURA, Jair. “A sinonímia popular da capoeiragem”. In: *Capoeira: ginástica da resistência. Revista da Bahia*, v. 32, nº 33, Júlio de 2001, p. 85.

<sup>2</sup>Idem.

capoeiras. Pelo menos eram portadoras de muitas características que identificam o *ser capoeira* na Cidade do Salvador deste período.

O objetivo deste capítulo é, portanto, investigar este cotidiano, as relações que os capoeiras estabeleciam no espaço público, os conflitos nas ruas marcados pelas disputas no mundo do trabalho e a constituição dos territórios sociais. É também objeto deste capítulo evidenciar a presença de mulheres no universo social dos capoeiras, o que historicamente foi pouco registrado pela memória da capoeiragem baiana, elemento este importante para melhor entendermos o universo da capoeiragem na Cidade do Salvador, no tempo dos valentes.

## **2. 1. Navalhadas e cabeçadas: valentes e capoeiras nas ruas de Salvador**

Os personagens das cenas citadinas da Cidade do Salvador, nas primeiras décadas do século XX, tinham seu cotidiano marcado pelas experiências construídas no espaço da rua: o trabalho, o lazer e o conflito. Era neste espaço, historicamente considerado como privilegiado pela criminalidade, que as desavenças geradoras de combates corporais eram protagonizadas pelos homens e mulheres populares, entre esses os capoeiras, agindo sob insígnias depreciativas, a exemplo de “valentes das ruas”.

Rastreando algumas epígrafes das colunas policiais publicadas nos periódicos baianos que circulavam na capital neste período, conseguimos reconstituir aspectos do cotidiano da “gente comum” na capital baiana. Essas colunas tratavam das prisões efetuadas no espaço público, onde tinham como principal causa as arruaças e lutas corporais.

Em janeiro de 1912, ao circularem entre as casas comerciais e as estreitas calçadas da Baixa dos Sapateiros, as pessoas tiveram a atenção despertada por mais uma tarde de conflito, o que era recorrente naquela localidade:

### **CONFLICTO E FERIMENTOS**

Pelas duas horas da tarde, mais ou menos, na Baixa dos Sapateiros, deu-se um conflito entre os conhecidos desordeiros Caboclinho, Tico, Nozinho e Satri, do qual resultaram tiros de revólver e pistola, navalhadas e correrias.

Todo o commercio daquele local fechou as suas portas e os desordeiros corriam desfechando tiros e fazendo espancamento.

Sahiu ferido no pescoço Pacifico Passos, indivíduo de 23 annos, residente á Rua do Paco o qual foi ter ao Hospital Santa Izabel, banhado em sangue.

---

<sup>3</sup> Os jornais publicavam frequentemente notícias denunciando as práticas desumanas dos policiais ao efetuarem os recolhimentos nas ruas, como pendurar o detido pelo cós da calça em plena via pública.



O barulho foi proveniente de insultos por Caboclinho a Satri, sendo que aquele desfechou por sua vez vários tiros de revólver.<sup>4</sup>

Segundo a notícia, o conflito teve início com uma desavença entre Caboclinho e Satri, sendo que o primeiro, após insultar o seu desafeto, deflagrou alguns tiros de revólver. Infelizmente o cronista não nos oferece muitos detalhes do ocorrido, mas a notícia nos permite focalizar alguns elementos importantes para explorarmos um pouco do fato.

Caboclinho, Tico e Nozinho parecem formar um grupo, pois encontramos outras notícias onde esses indivíduos atuam nessa mesma localidade. No caso de Satri, não temos mais informações sobre ele. Também não fica claro a qual dos lados pertencia o indivíduo Pacifico Passos, uma das vítimas do conflito que foi remetida ao Hospital Santa Isabel.

Caboclinho e Nozinho são dois nomes que constam da galeria dos capoeiras considerados arruaceiros que viveram em Salvador nas duas primeiras décadas do século XX, sobre os quais podemos tecer algumas considerações.<sup>5</sup> Portador de várias alcunhas, a exemplo de “desordeiro” e “capadócio”, era Caboclinho um dos famosos capoeiras que protagonizavam cenas de violência na Salvador republicana. Morador da rua do Taboão, trabalhava como carregador, como apontou o Mestre Noronha: “Cabocinho estivador Cás do Porto Julião”. O cotidiano de Caboclinho estava circunscrito ao distrito do Pilar, que incluía parte da Baixa dos Sapateiros (ver Mapa I). Foi nessa localidade que o temido capoeira ganhou fama de desordeiro e como freqüentador dos botequins foi protagonista de muitos conflitos, como vemos na notícia seguinte:

Armado de faca

O desordeiro Alfredo Martins, vulgo Caboclinho, antehontem à tarde, na rua do Cais Dourado, distrito do Pilar, armado de faca, promoveu um conflito no prédio nº 7, onde funciona uma taverna, foi preso por um guarda civil sendo recolhido a estação policial do commercio à disposição do sr. Delegado do Pilar.<sup>6</sup>

Este, assim como o conflito ocorrido na Baixa dos Sapateiros, marcavam o cotidiano das ruas na Cidade do Salvador deste período e tinha entre seus principais protagonistas os capoeiras. Muitos deles foram listados por Mestre Pastinha em seu livro *Capoeira angola*, como sendo indivíduos turbulentos que causavam terror às ruas de Salvador nas primeiras décadas do século

---

<sup>4</sup> *Diário de Notícias*, 20/01/1912, p. 2

<sup>5</sup> Uma relação de nomes desses capoeiras encontra-se nas seguintes referências: PASTINHA, Mestre. *Capoeira angola*. 3 ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988, p-p. 24-25; BOLA SETE. *A capoeira angola na Bahia*. Op. cit., p-p. 25-27 e COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit. p. 65.

<sup>6</sup> *Diário de Notícias*, 15/01/1914, p. 2.

XX.<sup>7</sup> Na referida lista assim como Caboclinho, aparece o nome de Nozinho como “Nozinho da Empresa de Carruagem”.<sup>8</sup> Nas memórias do Mestre Noronha, este capoeira aparece com o mesmo nome: “Nouzinho da Carroagem”.<sup>9</sup> Fica evidente que a alcunha estava relacionada à empresa de carruagem, na qual exercia Nozinho ocupação.

As referências que encontramos sobre o capoeira Nozinho em fontes mais objetivas, não passam dos livros escritos por praticantes de capoeira que remetem suas memórias para o período em que ele viveu. Entre 1913 e 1914 os principais jornais da Cidade do Salvador produziram uma farta documentação publicando notícias sobre o crime do mestre de estiva João da Conceição Costa, conhecido por João de Adão. Um dos acusados da autoria desse crime chamava-se Pedro Germano dos Santos, vulgo “Nozinho da Cocheira”, como consta na seguinte edição do *Diário de Notícias*:

Profundamente impressionada acompanha a população desta capital com grande interesse, as diligências da polícia acerca do assassinato do infeliz João da Conceição Costa, covarde e cruelmente praticado na manhã de 5ª Feira última na rua do Taboão, por quatro indivíduos (...) constando que Joaquim Sete Mortes e **Nozinho da Cocheira**, co-participantes do crime haviam sido presos em Pirajá e que de caminho para a polícia, passavam na Baixa dos Sapateiros, grande massa popular se estancou naquele local, tornando-se difícil o trânsito até as 9 horas da noite.<sup>10</sup>

A notícia insinua ser este um caso de grande interesse popular. Na verdade, o movimento de pessoas na rua, principalmente no início da manhã, era de um grande contingente. Como vimos no capítulo anterior, e pode ser identificada no Mapa I, a rua do Taboão dava acesso ao cais onde ocorria o trabalho da estiva. Dificilmente ocorreria um conflito, como foi o caso do assassinato de João de Adão, sem que chamasse a atenção de “grande massa popular” e da imprensa local.<sup>11</sup> O mestre de estiva era uma pessoa de prestígio na sociedade soteropolitana da época, inclusive para o grupo ligado ao movimento econômico do cais, portanto, o assassinato de uma pessoa com esses referenciais seria de interesse da comunidade local.<sup>12</sup> Não cabe aqui investigarmos as razões do

---

<sup>7</sup> PASTINHA, Mestre. *Capoeira angola*. Op. cit., p. 25.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 23.

<sup>10</sup> *Diário de Notícias*, 18/08/1913, p. 1. (grifo nosso).

<sup>11</sup> Encontramos notícias sobre este caso nos periódicos *Diário de Notícias*, *Gazeta do Povo* e *Jornal de Notícias*. Este último publicou, em edição de 03/10/1914, p. 2, uma carta-manifesto assinada por Adão da Conceição Costa, pai da vítima, na qual afirma que o “famigerado Nozinho da Cocheira ou Pedro Germano, já impunemente, conta três mortes, conforme o mesmo declarou ao subdelegado do termo de Rio Fundo (...)”. Acompanham esta notícia fotos de todos os envolvidos.

<sup>12</sup> Segundo Vivaldo da Costa Lima e Jéferson Bacelar, João de Adão tornou-se “detentor de grande poder, exercia com virulência o seu predomínio na estiva”. In: CASTRO, José Guilherme da Cunha (org.). *Miguel Santana*. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 38.

homicídio de João de Adão e sim registrar a presença de capoeiras no cotidiano violento da Cidade do Salvador nas três primeiras décadas repúblicas.

O que nos leva considerar Nozinho da Cocheira como sendo o mesmo capoeira Nozinho da Carruagem, foi a pista presente no nome. Cocheira, como constam os dicionários da língua portuguesa, é a “Casa destinada a guardar coches, **carruagens** e outros veículos”.<sup>13</sup> Por outro lado, o Taboão, como veremos mais adiante, era uma região de atuação do capoeira Nozinho, que aparece listado pela memória juntamente com outros (ver anexo I).

Infelizmente não conseguimos encontrar na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia o processo deste caso, que inclusive é citado em várias notícias. Fomos conduzidos, então, a um percurso no qual o cruzamento das informações de origens variadas nos permitiu a identificação do capoeira Nozinho. Este recurso metodológico nos possibilitou, nas próximas páginas, registrar a presença de outros capoeiras no cotidiano das ruas da Cidade do Salvador nas três primeiras décadas do século XX.<sup>14</sup>

A mesma estratégia realizada para identificar o capoeira na pessoa de Nozinho da Cocheira não escapa para Tico, provável comparsa de Nozinho no conflito da Baixa dos Sapateiros ocorrido em janeiro de 1912, citado anteriormente. Podemos reconstituir alguns conflitos protagonizados por este indivíduo, a exemplo do ocorrido no último mês do ano de 1913, em um velho prédio situado na rua do Pilar. Conflito que envolveu os indivíduos Manoel Raimundo da Silva, Martins Silveira Lima, Aristide José de Santana e Júlio dos Santos Menezes, este último mais conhecido por Tico.

Segundo o *Diário de Notícias*, o conflito se deu por ciúmes causados por Maria Margarida da Conceição, envolvendo faca, facão e navalha.<sup>15</sup> Tais informações são confirmadas pelos autos do processo crime de Aristide José de Santana e outros:

Raimundo saíu do quarto de Maria e encontrando-se defronte da porta do outro quarto com Martins Silveira Lima; este disse a Raimundo que brigava com ele em qualquer lugar; que Julio dos Santos Menezes conhecido por “Tico” começou a aconselhar o Martins que deixasse de barulho e percebendo que o mesmo estava armado com uma navalha no bolso do paletó do lado de dentro, abraçou (...) o dito Martins, como quem queria tirar de dentro do bolso a navalha. Que Julio então

---

<sup>13</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Jornal Correio da Bahia, s/d, p. 157. (grifo nosso)

<sup>14</sup> Alguns estudos citam casos envolvendo capoeiras mas não o identificam como tais. Por exemplo o caso do capoeira Gregório Preto citado em BACELAR, Jéferson. *Os galegos no paraíso racial*. Op. cit., p. 85, citado no Capítulo I, e do capoeira Rozendo citado em BRAGA, Julio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblás da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995, p. 172-173 que discutiremos no Capítulo III.

<sup>15</sup> *Diário de Notícias*, 02/12/1913, p. 1.

tirou a navalha e avançou para Martins dando-lhe um golpe na barriga (...) que nessa hora apareceu Aristide Jose de Santana, companheiro de Martins, e vindo da sala da frente com uma faca de sapateiro na mão, foi cortando a Julio dos Santos Menezes pelo rosto costas e mão.<sup>16</sup>

Tico desarmou Martins Silveira Lima, subtraindo a navalha do bolso de seu paletó, em seguida o golpeou com sua própria arma causando-lhe lesões na barriga. Ao tempo que Aristide José de Santana, companheiro de Martins Silveira Lima, atingiu Tico com vários golpes de “faca de sapateiro”.

Júlio dos Santos Menezes, o Tico, era carregador e morava no Pilar, respondeu a processo criminal e foi absolvido juntamente com os outros envolvidos. Este caso oferece alguns indícios da presença de capoeiras no referido conflito, mas é pouco para chegarmos a considerar ilustrativo da prática de capoeiragem, como quer Liberac Pires.<sup>17</sup> Este autor chega a partir do referido processo crime a insinuar tal fato. Porém, seria necessário trabalhar mais cuidadosamente com as pistas oferecidas pelo documento, por exemplo, relacionar este caso com um outro ocorrido em 1916. Neste, Aristide José de Santana, o agressor de Tico, depois do confronto com o capoeira Inácio de Loyola, foi vítima de uma habilidosa e mortal cabeçada, como veremos adiante.<sup>18</sup>

Em 1913, o estivador Rozendo Severiano dos Santos “foi agredido por um desafecto, que, com uma navalha, o feriu, na região lombar”.<sup>19</sup> Neste mesmo ano, na edição de 19 de maio o *Jornal de Notícias* informava que o policial Euphrasio Guimarães na tentativa de efetuar uma prisão foi ferido “em consequência de uma navalhada”.<sup>20</sup>

Na maior parte dos casos que coletamos a navalha estava sempre presente seja em brigas entre amasios ou contendas de velhas rixas. Ela era uma arma peculiar aos homens e mulheres populares que viveram e sobreviveram no universo das ruas da Salvador republicana. As habilidades com a navalha não se restringiram ao mundo masculino, o “sexo frágil” também a conheceu de perto. Foi o que ocorreu entre Maria Melanina de Souza e seu ex-amante Benjamim João de Souza. O caso ocorreu em 1914, no Cabula, hoje um dos maiores bairros de Salvador. O desfecho do conflito deu-se pela razão do casal que já não vivia mais maritalmente, se desentender

---

<sup>16</sup> Processo Crime de Aristides José de Santana e outros. In: PIRES, Antônio Liberac. *Movimentos da cultura afro-brasileira...* Op. cit.

<sup>17</sup> Idem

<sup>18</sup> *A Tarde*, 18/12/1916, p. 2. Antônio Liberac Pires também faz referência a este caso na página 169, mas não estabelece nenhuma relação com o caso envolvendo Tico. *Movimentos da cultura afro-brasileira...* Op. cit., p. 169.

<sup>19</sup> *Jornal de Notícias*, 19/05/1913, p. 2.

<sup>20</sup> Idem

e entrar em combate corporal, quando Maria “golpeou a navalha seu ex-affecto”. Custou a prisão da habilidosa navalhista.<sup>21</sup>

Já Regina Gomes de Carvalho, encontrando-se, na noite de 10 de fevereiro de 1914, na Ladeira da Praça, “munida de uma navalha, cortou seu adversário, que a repeliu a murros”.<sup>22</sup> Autuados por policiais do posto da Sé, foram remetidos para a Casa de Correção depois que a vítima Estevão Durvalino dos Santos recebeu os devidos curativos.

Mesmo sendo presas ou repelidas a murros e pontapés essas mulheres não deixavam de enfrentar outras e os próprios homens, levando vantagens quando empunhavam suas navalhas. Eis aí as proezas do sexo que não é tão frágil assim. Juntamente com o cacete, canivete, faca de ponta e revólver, acrescenta-se ainda a pistola de fogo central, a navalha, todavia, é a arma que mais aparece citada na documentação que registra os conflitos de rua na Cidade do Salvador no período estudado. É o que constata o estudo de Antônio Liberac Pires, segundo o qual a navalha aparece em primeiro lugar entre as armas utilizadas pelos processados.<sup>23</sup> A partir de seus dados conseguimos elaborar o seguinte gráfico do Quadro II:

**QUADRO II**  
**Arma X Casos**

<b>Arma</b>	<b>%</b>
Não consta	42,6%
Cacete	4,3%
Canivete	4,3%
Faca	17,3%
Navalha	23,9%
Revólver	7,6%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea*. Op. cit., p. 166.

O autor considerou apenas os dados coletados nos autos de processos criminais, não incluindo aí as informações registradas nas notícias de jornais da época, as quais são repletas de

<sup>21</sup> *Jornal de Notícias*, 20/02/1914, p. 2

<sup>22</sup> *Jornal de Notícias*, 10/02/1914, p. 2

<sup>23</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira...* Op. cit. p. 166-167.

casos que reforçariam a referida mostra. Na maior parte dos eventos, narrados pelos jornais, as lesões corporais eram causadas por “instrumento cortante” e, na maioria das vezes, esse instrumento era a navalha.<sup>24</sup>

Podemos afirmar que a navalha fazia parte dos apetrechos dos indivíduos das camadas populares sejam eles pedreiros, carpinteiros, alfaiates, carregadores, policiais, estivadores, lavadeiras, doceiras e, até mesmo, marinheiros. Sobre estes últimos atentemos para um ofício emitido pelo Ministério da Marinha em 1915.

Ilmo. Sr. Dr. Chefe de Policia deste Estado.

Faço-vos apresentar o indivíduo que se diz chamar Álvaro dos Santos Vieira, que estava abusivamente usando o uniforme de marinheiro nacional, o qual por esse motivo, foi por praças deste navio, preso e conduzido para bordo.

Esse individuo, alem do delito acima apontado, declarando-se praça do Cruzador-Torpedeiro “Tupy”; andou em uma destas noites, disparando tiros de revolver na rua Carlos Gomes. Este fact[o] que foi noticiado por um dos jornaes desta cidade, foi confirmado pelo mesmo Álvaro Vieira aqui abordo, que disse mais haver outro individuo usando também o traje de marinheiro nacional, e para que não mais se reproduzam factos dessa natureza, rogo vossas providencias no sentido de serem os mesmos punidos de acordo com a lei.

Remetto-vos também uma navalha que foi encontrada em poder do referido individuo.

Agradecendo antecipadamente as providencias que por vós serão tomadas, aproveito o ensejo para offerecer-vos os meus serviços, quer públicos quer particulares, e apresentar-vos os meus protestos de estima e alta consideração.<sup>25</sup>

Álvaro dos Santos Vieira é apontado como sendo um indivíduo que, se passando por marinheiro nacional e dizendo ser praça do Torpedeiro Tupy, andou causando desordens nas ruas de Salvador. Ao entregar o indivíduo às autoridades locais, o Capitão de Fragata, autor do documento e Comandante do Torpedeiro, não deixou de remeter juntamente com ele sua “navalha que foi encontrada em poder do referido”.

Discutir se Álvaro dos Santos Vieira era ou não um marinheiro não é tão importante quanto o fato de que ele estava relacionado à Marinha Nacional. Ou seja, como este indivíduo adquiriu um uniforme oficial e usufruindo do mesmo, declarava-se praça do Torpedeiro “Tupy”? Fato importante é que era constante a presença de marinheiros nos botequins e casas de prostituição, onde promoviam arruaças em meio a prostitutas, policiais e outros “tipos de rua” considerados pessoas de duvidoso caráter.

---

<sup>24</sup> “Instrumento cortante” é uma expressão usual dos médicos legistas nos Autos de Corpo de Delito. Mas também muito presente nas notícias de jornais quando narram as lesões corporais consequentes das brigas de rua.

### DISTÚRBIOS NA SÉ

Hontem cerca de 9hs da noite, na entrada das ruas do Collegio e Saldanha, no districto da Sé, houve grande correrias e distúrbios em que tomaram parte soldados de polícia, que voltavam do enterro do cabo do esquadrão Raymundo Luiz da Cunha, e marinheiros dos navios nacionaes surtos neste porto.

Travou-se lucta renhida refugiando-se os marinheiros no prédio n. 1, á rua das Campellas de onde sahiram após o conflicto. Vários indivíduos desfecharam tiros a esmo, estabelecendo o pânico naquellas ruas e circuvisinhanças.

Um piquete de cavalaria reestabeleceu a ordem, percorrendo todo o districto da Sé.<sup>26</sup>

A Praça da Sé era uma das zonas mais badaladas do distrito que carregava o mesmo nome. Era ela um reduto de capadócios, figuras típicas do mundo das ruas onde em meio aos botequins, casas de jogos e prostituição a floravam as façanhas dos “valentes das ruas”, exímios navalhistas e cabeceiros.

Um grande número de conflitos foi localizado em suas principais ruas, a exemplo da Saldanha da Gama, ou simplesmente Saldanha, como era popularmente conhecida. Muitas dessas brigas e arruaças contavam com a presença desses marinheiros.<sup>27</sup> Dos casos que encontramos envolvendo marinheiros, ocorridos na Sé e mais precisamente na Saldanha, o que mais nos chamou a atenção foi o conflito que para os leitores do *Jornal de Notícias* ficou conhecido por “Scennas de sangue”.<sup>28</sup> Este conflito resultou na morte de dois marinheiros do “Torpedeiro Pihauy” e do famoso capoeira Pedro Mineiro, um secreta da polícia do Dr. Álvaro José de Cova, e bastante conhecido por suas desordens na Praça da Sé e áreas próximas.<sup>29</sup>

A cabeçada, segundo Antônio Vianna, um dos mais importantes cronistas da velha Bahia, era um elemento “comum aos valentes que conheci. Valentes de fato!”<sup>30</sup> Vianna reconstituiu em suas memórias fatos do cotidiano das ruas, as proezas dos valentes que ganharam notoriedade entre as pessoas mais comuns e alguns letrados, assim como o próprio Vianna, a exemplo de Manuel Querino, Edison Carneiro e Jorge Amado.

Sobre a habilidade dos valentes em suas cabeçadas, Antônio Vianna não cometeu exagero, como podemos constatar no caso que envolveu o engraxate Edgard Antônio de Jesus. Este com um

---

<sup>25</sup> APEB: *Gabinete do Chefe de Polícia, Correspondências recebidas, Secretaria de Segurança Pública, Seção Republicana*, 1915, cx. 5, pac. 01.

<sup>26</sup> *Jornal de Notícias*, 29/09/1914, p. 2

<sup>27</sup> É ilustrativo para este fato uma charge publicada pelo *Jornal de Notícias*, em primeira página, no mês de novembro de 1920, onde aparece um marinheiro empunhando uma navalha juntamente com outros “tipos de rua”: o capanga e o policial. In: *Jornal de Notícias*, 05/09/1920, p. 1.

<sup>28</sup> O *Jornal de Notícias* acompanhou desde o atentado até o processo judicial deste caso, inclusive, publicando resumos das seções do julgamento.

<sup>29</sup> Este caso é estudado detalhadamente no próximo capítulo.

<sup>30</sup> VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984, p. 134.

eficiente golpe de cabeçada levou à morte o Sr. João Ribeiro. Segundo o jornal *Gazeta do Povo*, o guarda civil que estava de serviço naquele local tentou socorrer a vítima “dando um pouco de balçamo para beber, tendo sido internado o infeliz no Hospital Santa Izabel, onde faleceu em consequência da cabeçada”.<sup>31</sup>

Um outro fato que muito se assemelha às narrativas de Antônio Vianna, foi um caso que ocorreu em 1916 e que foi noticiado, no mínimo, por dois dos maiores jornais que circulavam em Salvador na época do ocorrido: o *Diário de Notícias* e o jornal *A Tarde*.<sup>32</sup> Este último informou aos seus leitores:

Hontem, as 12 horas, o soldado Aristide José de Sant’ Ana do 1º Corpo destacado na Penitenciária do Estado passando pelo logar denominado “carvão” encontrou-se com Ignácio Loyola, que lhe dirigiu uma pilheria.

Aristide repeliu o desordeiro ameaçando-o de prisão.

Loyola investiu contra elle e começou a luta corporal.

O soldado recuando em pouco puxou o sabre pára amedrontar o seu agressor.

Nada pode, porem, fazer, porque elle, habilmente, em **passo de capoeira**, desviava-se dos golpes desferidos, dando por fim uma grande cabeçada em Aristide, o que cahiu por terra, agonizante.<sup>33</sup>

Essa notícia acompanha uma foto com a seguinte legenda: “O crime do Tanque: o soldado morto e o capoeira assassino”. Informava, ainda, que Loyola era vendedor ambulante e tinha por “costume sahir de S. Domingos, para fazer as suas bravatas no Pilar”. Alguns dias antes do ocorrido foi Loyola preso e ao “ser posto em liberdade, disse aos soldados que somente voltaria ali depois que se houvesse vingado da policia”.<sup>34</sup>

É evidente a aversão que tinha Loyola pela polícia, o que não nos causa estranhamento, pois, era ele um capoeira, indivíduo ligeiramente associado ao capadócio e ao vagabundo e, como tal, considerado um problema que precisava ser retirado das ruas. Essa tarefa cabia ao policial. A promessa de vingança que fez Loyola não tardaria a acontecer.

---

<sup>31</sup> *Gazeta do Povo*, 6/12/1914, p. 1

<sup>32</sup> Sobre os principais jornais baianos que circulavam em Salvador neste período, ver SOUZA, Antônio Loureiro de. “Apontamentos para a história da imprensa na Bahia”. In: *Universitas: revista de cultura da UFBA*, nº 12/13, 1972.

<sup>33</sup> *A Tarde*, 18/12/1916, p. 2. (grifos nossos).

<sup>34</sup> Idem. As coleções de jornais foram consultadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEBA) e na sala de microfilmes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA). Os Relatórios dos Chefes de Polícia, encontram-se no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA). Consultamos oito processos crimes tendo alguns desses enquadrado o réu no art. 303 (lesões corporais), por motivo de agressão física contra policiais. Essa documentação encontra-se na Seção Judiciária da APEB.



No dia 17 de dezembro de 1916, o soldado Aristide José de Sant' Ana, ao passar pela localidade denominada “carvão”, encontrou-se, para sua infelicidade, com Ignácio Loyola, que lhe dirigiu uma pilhéria. O soldado Aristide deu-lhe voz de prisão, possivelmente por desrespeito à autoridade, e na tentativa de efetuar o seu recolhimento, foi repellido por Loyola com uma “tão formidável cabeçada na região epigóstuca do referido policiador que o prostou logo por terra, sem vida”.<sup>35</sup> No depoimento de Loyola, publicado pelo jornal *A Tarde*, ele afirmou: “todos os soldados, diz elle, estavam intrigados comigo porque dias antes desarmara o “Dourado”, ao receber uma ordem de prisão”.<sup>36</sup>

Os capoeiras desafiavam as autoridades instituídas e com suas navalhadas e cabeçadas colocavam muitos por terra, às vezes sem vida. Casos como os dos capoeiras Inácio Loyola de Miranda, Pedro Mineiro, Nozinho e Caboclinho serão analisados nas próximas páginas, com o objetivo de reconstituir aspectos da vida de capoeiras que viveram nas três primeiras décadas do século XX, que participaram do cotidiano das ruas, constituindo territórios sociais e que, nos momentos de conflitos, eram facilmente identificados como desordeiros, vagabundos e valentes.

## **2. 2. “Aqui quem manda sou eu”: territórios sociais e conflitos**

Em 3 de agosto de 1909, na Cidade do Salvador, no endereço da Baixa dos Sapateiros, rua J. J. Seabra, nascia Daniel Coutinho, o mestre Noronha. Cresceu no ambiente da capoeiragem tornando-se um assíduo freqüentador das principais rodas de capoeira, período em que a sua prática, em sua maior parte, estava circunscrita a áreas identificadas como zonas de prostituição e desordens. Marcadas pelo cotidiano de seus agentes culturais, essas localidades configuraram-se no que denominamos de “território dos capoeiras”.

O Mestre Noronha desde muito jovem conviveu no universo descrito e presenciou muitos dos casos envolvendo capoeiras outros, ouviu os mais velhos narrarem e até mesmo cantarem em rodas de capoeira.<sup>37</sup> Essas informações foram registradas em seus manuscritos, e nos servem para identificar os capoeiras no cotidiano das ruas na Cidade do Salvador, nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>35</sup> *Diário de Notícias*, 19/12/1916, p. 2

<sup>36</sup> *A Tarde*, 18/12/1916, p. 2.

Na Praça da Sé cidade alta ande era a zona de mulherio da cidade. Na Sé porem izestia uma concentração de dizordeiro. Pedro Mineiro – Agemiro Olho de Pombo estivador – Nozinho da Caroagem – Samuel da Calcada – Beimol do Correio – Tibiri Fucinho de Porco – Chico Mi da Midar – Piedade – Fasto Grande – Antônio Boca de Porco – Vicente Pastinha – Cabocinho estivador – Chico 3 Pedaco – Macaco e Suriano – Istevinho Pequeno – 7 Mortes.<sup>38</sup>

São vários os nomes e lugares que o Mestre Noronha registrou. Os listados aqui não são os únicos, e aparecem em vários momentos do seu trabalho. As brigas em botequins, em zonas de prostituição, nas próprias rodas de capoeira, compõem o acervo de informações que contêm os seus manuscritos, os quais representam uma fonte histórica em potencial para o estudo do cotidiano das camadas populares na Cidade do Salvador. Ao final do texto, o Mestre Noronha apresenta os nomes dos valentes capoeiras que não fugiram à sua memória, associados às suas áreas de atuação.

A Praça da Sé, enquanto uma zona de capoeiragem e desordem, não era a única, como já vimos anteriormente. A zona do Julião, no Pilar, que envolve o Taboão, Caminho Novo e o Cais do Ouro são outras regiões que mereceram destaque:

No Julião como no Cás do Ouro como no Pilar como nos coqueiros de Água de Meninos todos os dia capoeira samba batuque i comdrombré e muito barulho por falta de entidimento dos capoeirista e sambista e batuqueiro e outras pesoua mais a policia teve muito trabalho e prnto socouro navalhada tiro e facada porque era uma concentração de dizordeiro trapiceiro e doceiro estivador e carregador de caminhão e carroceiro só a policia é quem podia acabar com este dizordeiro na violência salve quem poder.<sup>39</sup>

A zona do Julião é um dos lugares em que aparecem constantemente os capoeiras citados por Mestre Noronha. Dentre os citados encontram-se: “Antonio Boca de Porco estivador Julião”, “Cabocinho estivador Cás do Porto Julião”, “Liverpool estivador Cás do Porto Julião”. Assim como estes, outros que são citados como trabalhadores de localidades como a Praça da Sé e Baixa dos Sapateiros, aparecem atuando na zona do Julião. É o caso de “Pedro Mineiro carregador

---

<sup>37</sup> Muitas das cantigas remetiam a questões do cotidiano dos próprios capoeiras. Um grande exemplo são os conflitos com policiais, como vemos no trecho de uma cantiga lembrada ainda hoje nas rodas de capoeira: “...não nasci pra ser doutor/ Eu nasci pra capoeira/ Pra bater no inspetor (domínio público).

<sup>38</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 23.

<sup>39</sup> Idem, p. 36.

Praça da Sé”, “Chico Três Pedacos” e “Pedro Porreta”, esse último vendedor de peixe do “mercado Santa Bárbara Baixa dos Sapateiros”.<sup>40</sup>

A experiência cotidiana desses capoeiras construída entre o trabalho, o conflito e o lazer, constitui nestes espaços seus territórios. Espaço aqui é entendido enquanto um “sistema indiferenciado de definição de posições, onde qualquer corpo pode ocupar qualquer lugar”.<sup>41</sup> Até, é claro, que ele seja territorializado. É o território que “traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo à ação dos sujeitos”.<sup>42</sup>

O território, segundo Claude Raffestin, se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator que ao se apropriar de um determinado espaço, o territorializa. Assim, o território se apoia no espaço mas não é o espaço e sim a produção a partir deste.<sup>43</sup> Afirma, ainda, “que o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”.<sup>44</sup>

Pensar em território, ainda com base em Raffestin, é refletir sobre a noção de limites, a qual exprime uma relação que um grupo ou um indivíduo mantém com um espaço. A ação desse grupo ou indivíduo gera a delimitação espacial que implica na questão do exercício de poder. Portanto, a produção do território, em função das relações que experimenta, se inscreve num campo de poder.<sup>45</sup>

Para um esboço da noção de poder aqui considerada, o que discorre Norberto Bobbio sobre “O fundamento do poder” é esclarecedor e compartilha com as observações de Raffestin.<sup>46</sup> Afirma Bobbio que na filosofia política o problema do poder foi apresentado sob três aspectos a partir dos quais pode se distinguir as três teorias fundamentais do poder, a saber: a substancialista, a subjetivista e a relacional.

Citando Thomas Hobbes, Bobbio afirma que segundo a teoria substancialista “o poder de um homem consiste nos meios que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem

---

<sup>40</sup> Idem, p. 65. É listado um número de 47 nomes de capoeiras sendo que destes só encontramos pouco mais de 15, na documentação pesquisada. Alguns destes apenas ligeiras referências.

<sup>41</sup> SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988, p. 23

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 143, 144.

<sup>44</sup> Idem, p. 147.

<sup>45</sup> Idem, p. 144.

<sup>46</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p-p. 86-91.

futuro”.<sup>47</sup> Quer esses meios sejam dotes naturais (força física, inteligência, etc.) ou adquiridos (riqueza). Já na teoria subjetivista o poder é a capacidade do sujeito de obter certos efeitos: “o fogo tem o poder de fundir os metais” (John Locke).<sup>48</sup> Por fim, a teoria relacional, segundo Bobbio, é a mais aceita pelo discurso político contemporâneo, pois remete ao conceito relacional de poder e “estabelece que por poder se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria”.<sup>49</sup> Esta definição parte das elaborações de Robert Dahl sobre a teoria relacional, as quais também influenciaram a noção de poder apresentada por Claude Raffestin.<sup>50</sup>

Tanto Bobbio quanto Raffestin defendem a noção relacional de poder, com base nas definições de Robert Dahl, a partir da qual nos ajuda a pensar a ação dos capoeiras na Cidade do Salvador em sua relação cotidiana com seus pares, exercendo poder e transformando os espaços das ruas em territórios sociais, os quais denominamos “território dos capoeiras”. A seguir, reconstituímos alguns exemplos dessas experiências.

Mal se adentrava a uma das agitadas noites do mês de dezembro de 1920 quando se ouvia vozes anunciando um grande conflito nas proximidades do elevador do Taboão. Seu principal protagonista, Pedro Celestino dos Santos, notoriamente conhecido por “Pedro Porreta”, bradava: “Aqui quem manda sou eu”. Essas são palavras do capoeira e expressavam o exercício de sua autoridade, ou pelo menos autoridade que o mesmo acreditava ter no distrito do Pilar em sua relação social estabelecida cotidianamente entre o Taboão e a zona do Julião, territórios de muitas disputas. O elevador do Taboão situava-se, pelo acesso de cima, no Caminho Novo do Taboão, sendo o acesso de baixo à Rua do Taboão, próximo da Rua do Julião.

O conflito inicia-se quando Pedro Porreta repele os indivíduos Guruxinha e Rajado por estarem em trânsito no território do qual ele se sentia autoridade:

FOI UM ROLO FEIO NA BAIXINHA...

A navalha e a faca trabalharam

(..) João Batista ou “Guruxinha”, trabalhador das Docas, vinha com um companheiro de trabalho, João de tal, vulgo “Rajado”, quando ao chegar ao alto do elevador do Taboão, encontraram “Pedro Porreta” e “Piroca”, que estavam a beber numa taverna.

O primeiro destes, que é peixeiro no mercado da baixa dos sapateiros e antigo desafecto de “Guruxinha” chama “Rajado” a falar e indaga:

---

<sup>47</sup> Idem, 77.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem, p. 78.

<sup>50</sup> Sobre a definição de Poder em Robert Dahl, ver DAHL, Robert Alan. *Análise política moderna*. 2 ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UNB, 1988, Capítulo III.

— Que é que você vê fazer aqui nesta zona?  
— Viemos buscar uma roupa na casa de um alfaiate, na baixinha —, responde o “Rajado”.  
— Pois então os dois estão presos, por que aqui quem manda sou eu — grita o “Porreta”.  
A esta voz “Rajado” sai em disparada pela ladeira abaixo enquanto “Guruxinha” se revolta contra a esquisita prisão dizendo:  
— Não o conheço com autoridade de me prender.<sup>51</sup>

A autoridade de Pedro Porreta foi reconhecida por Rajado de tal maneira que este se ausentou imediatamente do local, após ter ouvido a voz de prisão. O que não aconteceu com Guruxinha, quem sabe por ter questionado sua autoridade em outra situação, visto que a notícia nos informa ser este um “antigo desafecto” daquele. Pedro Porreta não era um policiador, assim, não teria condições de decretar prisão a quem quer que seja.

O conflito poderia ter sido evitado se Guruxinha, assim como Rajado, tivesse saído em “disparada pela ladeira abaixo”. Não o fazendo, questionou a autoridade de “Pedro Porreta” naquela zona. O que os levou a se digladiarem, sendo que o único a sair ileso de ferimentos foi o próprio Pedro Porreta.

Ao interpelar Rajado, sugerindo a sua retirada, Pedro Porreta foi questionado pelas manifestações de protesto de Guruxinha, quando Pedro de Alcântara, vulgo Piroca, irmão de Porreta, investiu contra Guruxinha e foi golpeado a faca. Naquele momento “Pedro Porreta” sacou de sua inestimável navalha e partiu em defesa do irmão, assim “começa a retalhar o seu inimigo”. No desenrolar da luta corporal “eles se golpeavam mutuamente, quando chegou a policia e effectuou as prisões”.<sup>52</sup>

Pedro Porreta é considerado na galeria dos capoeiras baianos como uma das principais figuras nas rodas de capoeiragem de seu tempo, espaço que exigia habilidades nas contendas corporais. Essa pode ter sido a razão que o possibilitou sair ileso não só deste conflito, como também de outros mais. Este exímio capoeira ficou famoso por enfrentar patrulhas inteiras de policiais e por suas várias desordens nas zonas de prostituição na Cidade do Salvador, principalmente nas décadas de 1910 e 1920. Suas proezas tornaram-se mitos populares, como lembra Waldeloir Rego: “*Pedro Porreta* ficou como símbolo da desordem, da valentia. Quando garôto ouvi muito as pessoas idosas falarem desse capoeira e quando a criança era traquina e gostava de bater nas demais, ao repreendê-la, perguntava se era Pedro Porreta”.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> *A Tarde*, 14/12/1920, p. 3.

<sup>52</sup> *Idem*.

<sup>53</sup> REGO, Waldeloir. *Capoeira angola...* Op. cit., p. 266.

São várias as notícias policiais que informam conflitos tendo como protagonista o referido capoeira, como a que ocorreu na noite de terça-feira do dia 16 de junho de 1925 quando “Pedro Porreta meteu o cacete no guarda civil”.<sup>54</sup> A notícia começa informando que seria Pedro “um desordeiro terrível e bastante conhecido no cadastro policial”. O referido capoeira promovia desordens na Ladeira da Praça quando o guarda civil Mathias de Araújo Góes Bittencourt, na tentativa de efetuar sua prisão, foi agredido com uma cacetada.

Exatamente um mês antes deste evento, o mesmo periódico começava uma de suas crônicas policiais da seguinte forma: “Pedro Celestino dos Santos, vulgo ‘Pedro Porreta’ é um desordeiro por demais conhecido nas rodas policiais”.<sup>55</sup> Ser desordeiro conhecido da polícia parecia ser sua principal referência. Desta vez ele foi preso pelo guarda civil de nº 322 em pleno estado de embriaguez, em conflito na rua Saldanha.<sup>56</sup> È justamente a bebedeira (o álcool) o responsabilizado pelo amofinamento do notório valente. Em matéria publicada pelo jornal *O Estado da Bahia*, em 29 de agosto de 1935, Pedro Porreta foi acusado de não ser mais o destemido brigador e sim um alcoólatra, doente de epilepsia. Ao noticiar que Pedro foi espancado por Francisca dos Santos, vulgo “Chicão”, o jornal afirmava que “antigamente elle sempre saia vencedor nas luctas, não acontecendo o mesmo nestes últimos tempos”.<sup>57</sup>

O “antigamente” aferido pelo articulista do jornal refere-se ao período de 4 anos. Exatamente no ano 1931, Pedro Porreta ainda era considerado um desordeiro e exímio espancador. Como vemos em um processo que ele respondeu por ter agredido sua companheira:

Aos seis dias do mez de Maio de mil novecentos e trinta e um, nesta capital do Estado da Bahia, na delegacia da Primeira Circumscrição Policial onde se achava o Doutor Tancredo Teixeira da Silva (...) pelo Doutor delegado lhe foi perguntada.

Como deu-se o facto do qual resultou o ferimento que apresenta. Respondeu que amasiada com Pedro Celestino dos Santos, conhecido por “Pedro Porreta”, há mais de dois annos ao chegar a respondente na venda para comprar cem reis de (ileg.), cerca de dezoito horas, onde este já estava, reclamou porque ella não tinha entregue a roupa lavada e ella respondendo que depois entregava, elle deu-lhe uma bofetada e ella cahindo foi com a cara sobre as pedras ferindo-a; que o seu offensor é conhecido como desordeiro e tem sido preso diversas vezes;<sup>58</sup>

O trecho foi retirado dos autos de perguntas feitas a Josepha Alves de Araújo, vítima de espancamento de Pedro Porreta. Nele há o reconhecimento de que o “offensor é conhecido como

---

<sup>54</sup> *A Noite*, 16/06/1925, p. 02.

<sup>55</sup> *A Noite*, 17/04/1925, p. 02.

<sup>56</sup> A Saldanha era conhecida como uma das principais zonas de prostituição do distrito da Sé.

<sup>57</sup> In ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba: a capoeira no ringue*. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999, p. 15.

desordeiro e tem sido preso diversas vezes pela policia”. Em nenhum momento da acusação e dos autos de perguntas do processo, ele foi acusado de ser doente epilético e fragilizado pelo alcoolismo. Entretanto o termo de resposta do júri que o absorveu utilizou a seguinte argumentação: “o réu no acto de commetter o crime achava-se em estado de completa perturbação de sentido e de inteligência”.<sup>59</sup>

O advogado de defesa, o rábula Cosme de Farias, livrou Pedro Porreta da acusação de crime de lesão corporal, previsto no artigo 303 do Código Penal em vigência. A negação da legitimidade do crime pela acusação de insanidade mental do réu era uma marca de Cosme de Farias. Essa questão será tratada no Capítulo III.

Enquanto Josepha Alves de Araújo era encaminhada para a enfermaria da Assistência Pública, Pedro Porreta era absolvido por não poder responder por sua razão e acreditava-se que ele não representava mais o perigo de tempos passados.<sup>60</sup> Há quem acredite que se encerraria aí a saga de Pedro Porreta. Segundo José Frederico de Abreu, “o amofinamento de Pedro Porreta, tomando porrada de Chicão, uma mulher, serve como sinal do recolhimento histórico dos valentões — capoeiras que fizeram nome e glória na Bahia durante as duas primeiras décadas deste século”.<sup>61</sup>

De fato muitos capoeiras agindo como valentões nas ruas de Salvador “fizeram nome e glória na Bahia”, ou melhor, na Cidade da Bahia, como também é conhecida a Cidade do Salvador. Para se afirmar essa referência que faz Frederico de Abreu aos capoeiras baianos, queremos voltar ao “território” de Pedro Porreta sendo que, desta vez, o valente é outro.

Era 1913, final de tarde de um dos cansativos dias do mês de outubro, em frente ao já citado elevador do Taboão, onde se encontrava grande movimento dos populares, pois, o dia de trabalho ainda estava por findar-se naquela localidade, constava um grande movimento de pessoas descendo e subindo a ladeira do Taboão, muitas vezes utilizando o recurso do elevador. Depois de alguns “bate-bocas” um policial investiu contra um indivíduo. Porém, este que poderia ser uma fácil presa para o policiador, que logo em seguida contou com a ajuda do seu

---

<sup>58</sup> APEB: Processo crime de Pedro Celestino dos Santos, vulgo “Pedro Porreta”. Seção Judiciária, est. 210, cx. 220, doc. 1, p. 5.

<sup>59</sup> Idem, p. 7.

<sup>60</sup> Cosme de Farias defendeu vários capoeiras da acusação de crimes de lesões e homicídios. Além de Pedro Porreta foram defendidos pelo rábula dos pobres os capoeiras Samuel da Calçada, Chico Três Pedacos e outros. Ver o Capítulo III.

<sup>61</sup> ABREU, Frederico José de. “*Bimba é bamba*”... Op. cit., p. 17.

companheiro de farda, se mostrou bastante habilidoso e adversário quase que invencível. Na luta tombaram por terra os soldados, tendo um destes o seu sabre subtraído pelo contendor.

Continuando o embate, o indivíduo, que neste momento já era notado por quem assistia ao conflito, deu uma “bofetada noutro soldado já ao meio de grande massa popular, que reclamava do guarda civil uma providencia”.<sup>62</sup> Este indivíduo, o qual já desperta curiosidade, chamava-se Alfredo Martins Teixeira, o famoso Caboclinho, que não escapou à memória do Mestre Noronha, como vimos anteriormente: “Cabocinho estivador Cás do Porto Julião”.

Os casos que encontramos envolvendo o referido capoeira ocorreram em sua maior parte nessa localidade, caracterizando seu espaço de atuação. Dos conflitos que identificamos nos quais ocorreram prisões, nenhuma dessas foi efetuada sem resistência, pois se tratava do território onde Caboclinho era respeitado pelo seu exercício de poder social. Suas relações cotidianas com os indivíduos daquela localidade legitimavam tal exercício: o “Poder de um homem sobre um outro homem”.<sup>63</sup> A noção relacional de poder nos permite entender a força ou influência desse capoeira no território do Pilar. Evidências apontam a possibilidade de ser Caboclinho um tipo de chefe ou líder, algo semelhante ao que ocorreu com as maltas no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.<sup>64</sup>

A saga de Caboclinho nesta “zona” se iniciou alguns anos antes do recorte que privilegiamos para a investigação (1912-1937). Antônio Liberac Pires, estudando os conflitos entre capoeiras e a Polícia em Salvador, localizou um processo criminal contra Caboclinho, no ano de 1909. O inquérito tratava do crime de resistência à prisão e lesões corporais, tendo como vítima um policiador, como consta do próprio documento:

O cabo José Pereira da Silva acaba de prender, aos oito dias de maio de 1909 em flagrante delito, a ladeira do Taboão, quando de patrulha com outros praças, Alfredo Martins Teixeira que juntamente com diversos indivíduos agrediram a força policial que por ali passava, atirando pedras e sendo que o referido (...) também conhecido como Caboclinho.<sup>65</sup>

Caboclinho era um desordeiro de alcunha bastante conhecida. Destacava-se também pelos seus confrontos com a Polícia. No caso citado ele atuou em companhia de outros. Antônio

---

<sup>62</sup> *Diário de Notícias*, 09/10/1913, p. 1.

<sup>63</sup> BOBBIO, Noberto et. al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 934.

<sup>64</sup> Sobre as maltas no Rio de Janeiro ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição...* Op. cit.

<sup>65</sup> Processo crime de Alfredo Martins Teixeira (réu) ano de 1909. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira....* Op. cit., p. 172.



Liberac Pires afirma que o valente capoeira, depois de ser abandonado pelos seus companheiros, teve de enfrentar dois policiais, conseguindo ferir “Emílio Messias de Souza, cabo da esquadra do regimento policial, após desferir uma facada”.<sup>66</sup>

Segundo a versão dos policiais, o conflito surgiu depois de uma provocação feita por Caboclinho e seus companheiros à esquadra policial. Entretanto este argumento não convenceu a Antônio Liberac Pires, pois o autor acredita “que já existia uma rixa, uma disputa de poder pela área”. Afirma ainda, que Caboclinho seria um dos líderes e “cabia a ele sair à frente, derrubar os praças policiais, mostrar ser um exemplo de ‘valentão’”.<sup>67</sup>

Compartilhamos com Antônio Liberac Pires a crença na “disputa de poder pela área”. O famoso capoeira era um indivíduo protagonista de muitos conflitos de rua, atuando, principalmente, na região do Pilar. Por causa dessas ações, Caboclinho era considerado um turbulento, empecilho da ordem estabelecida nesta localidade, como um símbolo da desordem e da vagabundagem, que impedia o exercício da autoridade local. Na verdade o citado capoeira representava a própria autoridade, daí a preocupação da polícia com ele e seu grupo no distrito do Pilar.

A situação retratada no processo crime que respondeu Caboclinho em 1909, repetiu-se seis anos depois. Em 1915, foi novamente preso por policiais na rua do Julião e, ao ser conduzido para o posto policial, seus companheiros apedrejaram a patrulha dos mantenedores oficiais da ordem, possivelmente na tentativa de o soltarem:

#### AGRESSÃO A POLICIA

O desrespeito que reina no districto do Pilar ainda hotem se manifestou de modo saliente.

Ás 20½ horas, quando alli, no Julião, em lucta corporal se esmurraram os desordeiros Caboclinho e um seu irmão, foram ambos presos pela policia e quando esta o conduzia pára o posto policial, um grupo de desocupados desordeiros que por alli perambulavam agrediu a patrulha a pedradas, que feriram a praça de nome Paulino.

Convem que a policia empregue os meios para fazer que desse districto desapareçam esses grupos de capadócios, que de tantos crimes tem sido causa, deixando-se o estorvo do patronato livre a acção da autoridade local para agir dentro da lei.<sup>68</sup>

A notícia denunciava a ação de “grupos de capadócios, que de tantos crimes tem sido causa”, e que promoviam desordens no distrito do Pilar, desta vez a vítima foi o soldado Paulino.

---

<sup>66</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira...* Op. cit., 171.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> *Diário de Notícias*, 05/02/1915, p. 1

Aparece no texto da matéria, mais uma vez, a Rua do Julião e a ação de Caboclinho e seus companheiros. Esta rua, somando ao Taboão, era, segundo a documentação, a área mais agitada do distrito do Pilar. A maior parte dos conflitos quando não ocorriam na Julião, o endereço era a Ladeira do Taboão ou o Caminho Novo do Taboão. Como vimos no Mapa 1, ambas desembocavam na rua Julião.

A semelhança dos fatos é facilmente notada. Grupos de capadócios apedrejando policiais, a fragilidade do policiamento da referida zona, a defesa de limites espaciais: o território de Caboclinho, famoso capoeira da rua do Julião. Suas proezas teriam ainda no ano de 1915 um mórbido fim.

#### CONFLICTOS, FERIMENTOS E MORTE

Na rua do Julião

Hontem, cerca de 2 horas da tarde, no prédio n. 14, á rua do Julião, desenrolou-se uma scena de sangue, alarmando a população, com a notícia da morte de um homem, sendo autor um guarda civil.<sup>69</sup>

A vítima de morte que se refere a notícia era o próprio capoeira Caboclinho. A morte de Caboclinho é conseqüente de um acirrado conflito com guardas civis e que tem origem na desavença com uma prostituta que lhe parecia familiar. O fim deste valente capoeira era esperado por muitos, uma vez que os leitores dos principais jornais de Salvador deste período já o conheciam das pequenas notas publicadas por esses periódicos, informando de suas arruaças e prisões.

Desta vez tratava-se de uma matéria de primeira página que ocupava uma grande coluna onde o articulista teve o cuidado de narrar o ocorrido desde a identificação da rua, até a descrição minuciosa do fato relatando a prisão, a resistência, a morte, a remoção do cadáver, até a identificação da vítima (para não ficar dúvidas de que se tratava, de fato, de Caboclinho!) e o inquérito policial.

Segundo a notícia, Caboclinho teria declarado a sua paixão a Maria de tal, “mulher de vida fácil (...) muito conhecida por indivíduos que alli, freqüentemente, appareciam”.<sup>70</sup> Para sua surpresa e infelicidade, a declaração de amor foi mal sucedida, tendo Caboclinho em seguida agredido violentamente Maria com um golpe de facão no pescoço.

---

<sup>69</sup> *Jornal de Notícias*, 17/12/1915, p. 1

<sup>70</sup> *Idem*.

Ao serem acionados pelas pessoas que acompanhavam o conflito, os policiais conduziram o agressor e o entregaram aos guardas civis que estavam de prontidão às portas do elevador do Taboão, quando surgiu um novo conflito, desta vez Caboclinho resistindo à prisão. O valente do Julião sacou de seu inestimável facão e agrediu o guarda civil de nome Eloy Fernandes, que o repeliu “sacando do revolver, detonou duas vezes para o ar”.<sup>71</sup>

A tentativa de resistência do capoeira não se esgotou aí, insistiu “para ferir o guarda. Este defendendo-se desfechou novo tiro, que alcançou o desordeiro, na cabeça, matando-o”.<sup>72</sup> Assim terminou a saga de Caboclinho, o famoso capoeira da zona do Julião que entrou para a galeria da capoeiragem baiana. Sua história encontra-se nos processos criminais e nas páginas dos periódicos locais. Suas contendas com policiais e com outros indivíduos no universo das ruas, assim como as de outros capoeiras são lembradas nas cantigas de capoeiragem:

Ê, ê, ê, ê olha o homem que eu matei  
Ê, ê, ê, ê era um fino desordeiro  
Era um fino matador  
Pra cadeia eu não vou...<sup>73</sup>

A resistência à cadeia utilizando-se do seu inestimável facão foi a última ação de Alfredo Martins Teixeira, ou, utilizando as palavras do mestre Noronha, “Cabocinho estivador” do “Cás do Porto Julião”. Todavia as sagas dos capoeiras que conviviam com e no universo da criminalidade da capital baiana nas primeiras décadas republicanas não se encerram por aqui. A notoriedade por valentia no universo social dos capoeiras também foi experimentada por mulheres. Cattú, Chicão e outras “marias” e “franciscas”, como veremos a seguir, foram também notórias valentes, navalhistas, arruaceiras e quem sabe, capoeiras!

### **2. 3. “Mulheres de pá virada”: o feminino no universo dos capoeiras**

A prática da capoeira nas primeiras décadas do século XX na Bahia, remete à valentia e habilidades corporais nas contendas entre indivíduos que inspiraram as crônicas urbanas, como vimos com Antônio Vianna, e que foram registradas nas páginas dos periódicos locais. Uma

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Idem.

prática diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos da masculinidade, a exemplo do biótipo e ações de violência física. Porém, alguns registros existem sobre a presença de mulheres neste universo:

Adão, Adão  
Ôi cadê Salomé, Adão  
Ôi cadê Salomé, Adão  
Salomé foi passear<sup>74</sup>

Na cantiga registrada por Waldeloir Rego, na Cidade do Salvador, na década de 1960, a Salomé que aparece na referida composição seria, segundo o Mestre Atenilo, o nome de uma mulher famosa por freqüentar rodas de capoeira.<sup>75</sup> Ao lembrar da capoeiragem das décadas de 1920 e 1930, afirmava que Salomé “cantava no samba e jogava capoeira”.<sup>76</sup> O mestre era enfático ao salientar a bravura da valente mulher: “você encostava ela passava a rasteira e te botava de pernas pro ar. Entrava no Batuque e lhe derrubava duas três vezes. E era valente!”<sup>77</sup>

São poucos os registros de memória que identificam mulheres capoeiras neste período, além de representarem as únicas fontes encontradas. Há uma vasta documentação que identifica mulheres portadoras de características semelhantes à Salomé, a exemplo da valentia, e que talvez muitos desses casos tratam-se de mulheres capoeiras.<sup>78</sup> Sendo elas capoeiras ou não, o que as fontes indicam é que essas mulheres disputavam seus espaços sociais a golpes de navalhas, cacetadas e pontapés contra quem lhes representasse uma ameaça. Eram essas as “mulheres de pá virada” que viviam no universo masculinizado das ruas de Salvador, território dos capoeiras.

As ruas, pelo que já vimos, eram espaços hostis, considerados perigosos, lugar da violência, do crime. Era um espaço privilegiado dos homens, todavia, as mulheres também ocupavam esses espaços com suas atividades produtivas, como as ganhadeiras, cuja atividade econômica de venda de seus produtos dependia quase que exclusivamente, da sua circulação pelas ruas da cidade em busca dos compradores de suas mercadorias. Outras mulheres também

---

<sup>73</sup> A referida cantiga, de domínio público, faz referência aos conflitos que envolviam os capoeiras nas ruas e sua resistência à prisão.

<sup>74</sup> In: REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola...* Op. cit., p. 104.

<sup>75</sup> O Mestre Atenilo chamava-se Altenísio dos Santos, nascido em 16 de junho de 1918 em Oliveira, distrito de Santo Amaro, Estado da Bahia. Seus depoimentos que aqui fazemos referência encontram-se em ALMEIDA, Raimundo César Alves de. *Mestre “Atenilo”: o relâmpago da capoeira regional. (depoimentos)*. Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1988.

<sup>76</sup> Idem, p. 50.

<sup>77</sup> Idem.

circulavam pelas ruas em busca de seus afazeres, outras ainda, para o oferecimento de seus serviços, como era o caso das prostitutas.

Entretanto, não podemos deixar de lembrar que a rua é considerada um espaço eminentemente masculino, e com ele são tecidas relações que buscam a supremacia deste gênero sobre o feminino, em um contínuo processo de legitimidade do “poder do macho”.<sup>79</sup> Segundo Eleieth Saffioth “o sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira”.<sup>80</sup> Afirma a autora que “há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens”.<sup>81</sup> Ainda assim, nesta sociedade há a determinação de lugares sociais reservados às diferentes categorias de gênero: espaços os quais as mulheres deveriam ocupar.

Dentre esses espaços conquistados pela mulher estava também a rua, mas a sua presença deveria se dar de forma discreta, quase uma extensão do ambiente doméstico, sendo que, no caso de mulheres de elite, as regras envolviam aspectos diferenciados daqueles das mulheres pertencentes às camadas populares. Todavia, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres brancas de elite ampliaram suas presenças na rua, causando um certo desconforto pela convivência que se daria com as outras mulheres, as expostas, e com os homens de uma forma geral.<sup>82</sup>

As mulheres trabalhadoras não tiveram boa parte de suas ocupações contempladas no Censo de 1920, por isso, não podemos deixar de chamar a atenção para a grande massa de trabalhadoras ocupadas com os serviços domésticos, as costuras e bordados, as chapeleiras, capelistas, floristas, modistas, rendeiras, além daquelas que circulavam pelas ruas vendendo os seus doces, quitutes, refrescos, etc. Muitas outras possuíam suas bancas nas feiras e mercados, como também em pontos estratégicos nas principais vias de circulação. Elas eram também responsáveis por atividades complementares nos açougues, na limpeza dos fatos e na venda dos

---

<sup>78</sup> São poucas as cantigas que remetem a mulheres capoeiras. Há em algumas a presença da figura feminina mas sem nenhuma referência à prática de valentia e/ou capoeiragem.

<sup>79</sup> Sobre a “supremacia masculina” ver SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 41-60.

<sup>80</sup> Idem, p. 16.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres...* Op. cit.

miúdos.<sup>83</sup> A disputa dessas mulheres por espaço no pequeno comércio das ruas foi responsável por muitas contendas, como retrata a gravura de Gabriel Ferreira.



Gabriel Ferreira. *As donas dos capos*. Acrílica s/ tela, 50x40, 2003.

A gravura mostra duas mulheres que, com cestos em suas cabeças, disputavam o espaço de vendas de suas mercadorias. Esta gravura reproduz e representa situações que marcavam o cotidiano das mulheres trabalhadoras das ruas na Cidade do Salvador nas primeiras décadas do século XX.

Alberto Heráclito chama a atenção para a ocupação dos espaços das ruas pelas mulheres: “Na conquista do espaço público, as mulheres pobres tiveram um papel fundamental. Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, as libertas foram, no contexto da cidade, os exemplares mais significativos dos que venceram o desafio da rua”.<sup>84</sup>

Para o período republicano esses grupos de mulheres viram suas fileiras engrossadas pelas despossuídas, que buscaram também nas ruas suas diversas formas de sustento: “... a imprensa teve olhares atentos para o comportamento moral das mulheres. Protagonizando brigas por galinhas, discussões banais e bate-bocas de ruas, elas ocupavam costumeiramente as páginas dos periódicos locais”.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> Sobre o pequeno comércio das ruas e outras ocupações na Primeira República em Salvador, ver SANTOS, Mario Augusto da Silva. *A República do povo...* Op. cit.

<sup>84</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres...* Op. cit., p. 99.

<sup>85</sup> idem, p. 100

Não é de se estranhar a evidência de acontecimentos envolvendo mulheres de diversas categorias profissionais, sendo estas, nas primeiras décadas do século XX, protagonistas das mais diferentes formas de violência, e, portanto, merecedoras de uma rigorosa repressão policial, como pode ser constatado nas notícias de jornais e, em outros registros documentais, como veremos adiante.

A ação da Polícia deveria atingir as diversas categorias sociais expostas nas ruas: “O capitão subdelegado da Sé deve mandar patrulhar constantemente um beco á rua da Oração, visto as queixas que se levantam contra umas mulheres alli residentes e cuja conduta precisa reprimenda”.<sup>86</sup>

No corpo policial criado pelo decreto de 1912, do qual já fizemos referência, estavam engajadas algumas pessoas de duvidoso caráter acusadas pela imprensa local como responsáveis pelas desordens e motins nas ruas de Salvador. Há indícios ainda de que o novo chefe de polícia contratava para serviços de “capangagem” sujeitos apontados como valentes capoeiras.<sup>87</sup> Este universo de valentia, desordem e prática de capoeiragem não estava restrito ao homem, também pertencia a ele as “mulheres valentes”. Essas questões foram evidenciadas também em outras regiões do Brasil, em momentos históricos distintos, principalmente nas capitais que eram alvos primordiais do discurso civilizador. Citamos aqui dois exemplos: a cidade do Rio de Janeiro e Belém do Pará.<sup>88</sup>

O *Jornal do Comércio*, periódico da Cidade do Rio de Janeiro, em sua edição de 29 de janeiro de 1878, informou para seus leitores que “Até o belo sexo (...) quando empenham qualquer luta mostram ser peritas em capoeiragem”.<sup>89</sup> A notícia divulgava a prisão de algumas mulheres que brigavam nas ruas da Capital Federal. No calor da informação, o articulista ironizava os comentários dos policiais que efetuaram a prisão, ao afirmarem que as referidas mulheres “merecem o título de destemidas”.<sup>90</sup>

Semelhante a este foi o artigo publicado pelo jornal *A Constituição*, em edição de 21 de novembro de 1876, intitulado “Que mulher capoeira!”, desta vez na cidade de Belém do Pará.<sup>91</sup> O periódico

---

<sup>86</sup> *Jornal de Notícias*, 07/01/1913. p. 3.

<sup>87</sup> COUTINO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit, p. 61-63. Segundo Antônio Liberaque C. S. Pires, “os capoeiras participavam ativamente de eventos eleitorais, defendendo à mão armada as áreas de influencias dos representantes políticos”. In: *Movimentos da cultura afro-brasileira...*, p. 178. Essa questão é investigada a partir de análises da documentação policial e jornalística.

<sup>88</sup> Ver os seguintes trabalhos: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição...* Op. cit.; PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira...* Op. cit.; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. ‘*Deixai a política da capoeiragem gritar*’... Op. cit.

<sup>89</sup> Extraído de SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição...* Op. cit. p. 303.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> In: LEAL, Luiz Augusto Pinheiro e PANTOJA, Letícia Souto. “Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX.” In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira (org.). *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: Cejup, 1997, p. 69.

informava da prisão de Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos, autuada por transgressão da ordem pública, na prática de capoeiragem.<sup>92</sup> Outras notícias sobre mulheres capoeiras em Belém apresentavam atos de violência onde essas mulheres utilizavam como armas, em suas ações, navalhas, facas e cacetes.<sup>93</sup> Estas armas representam, para nossa investigação, a possibilidade da presença de mulheres no universo da capoeiragem baiana aqui estudada.

As notícias sobre atos de violência cometidos por mulheres são bem menos freqüentes do que os cometidos pelos homens. Este fato não significa que esses atos não sejam cometidos, mas que eles foram registrados em menor número pela documentação judiciária e pelos meios de comunicação no período em estudo.<sup>94</sup>

No transcorrer da pesquisa identificamos fatos que revelam práticas femininas de violência que se aproximam daquelas utilizadas pelos homens, inclusive os capoeiras, desta forma, as notícias são vinculadas ao universo masculino. Nas páginas dos principais jornais de Salvador, no período enfocado, não são poucos os casos que envolvem mulheres, entre estes, aqueles em que elas são protagonistas da cena. O ato de valentia não estava restrito ao universo masculino, era um valor atribuído a mulheres e homens, atores que constituíam o cotidiano das ruas da “civilizada” cidade da *belle époque* baiana.

Muitas dessas mulheres, que em sua vida privada eram mães de família, donas de casa, mulheres da vida, enfim, pessoas comuns das camadas populares tornavam-se personagens construídas a partir das crônicas policiais jornalísticas. Alguns casos ilustram esta situação. Antônio Vianna lembra de “Adelaide Presepeira”, uma “desordeira” que durante as comemorações do 2 de Julho promovia arruaças com uma navalha em punho<sup>95</sup>. A memória de Vianna registra casos, como alguns que encontramos em 1914, que envolviam a “desordeira” Anna Angélica, a qual aparecia nas manchetes dos jornais sob o vulgo de “Angélica Endiabrada”.<sup>96</sup>

Nas brigas entre vizinhos, entre marido e mulher e nos desentendimentos nas ruas, que tinham como protagonistas as mulheres, era muito comum o personagem do cotidiano da casa ser automaticamente

---

<sup>92</sup> Lembremos que a capoeiragem só foi criminalizada no Código Penal de 1890, até então os capoeiras eram enquadrados nos artigos referentes a crimes contra a ordem pública, lesões corporais e porte de arma.

<sup>93</sup> LEAL e PANTOJA. “Das bulhas e vozerias”... Op.cit. p. 79-81.

<sup>94</sup> Muitos casos em que o homem era vítima da mulher e que não foram registrados judicialmente têm como razão mais convincente assegurar a sua masculinidade com a não denúncia do ocorrido pelo mesmo.

<sup>95</sup> VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia...* Op. cit., p. 91. Ver também a esse respeito ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas...* Op. cit. Precisamente o Capítulo intitulado: “Festejos populares, festejos cívicos”.

<sup>96</sup> *Jornal de Notícias* 28/02/1914, p. 7 e 02/03/1914, p. 2.



substituído pelo personagem do espaço público: a valente da rua. Quando alguma mulher se destacava na luta corporal durante estes conflitos, a “valentona” tomava o lugar da mulher comum.

Em caso de extrema valentia, por exemplo, quando uma mulher chegava a enfrentar uma ou mais pessoas na luta corporal, o adjetivo “endiabrada” era o que comumente lhe atribuíam. No caso da referida “Angélica Endiabrada”, esta chegou a enfrentar o guarda civil número 27 e “resistindo a prisão, Anna [Angélica] ainda chegou a bater no guarda n. 15, fazendo pequena escoriação nos lábios”.<sup>97</sup> Algumas notícias informavam sobre mulheres desordeiras, apontando as várias formas de transgressão da ordem. Entre elas estavam as desavenças ocorridas nas ruas, onde essas mulheres proferiam termos “indecorosos” agredindo a moral pública.

Outras notícias anunciavam mulheres como arruaceiras por estarem promovendo “desatinos” no espaço público: a quebra de garrafas nas ruas em estado de embriaguez, a destruição de estabelecimentos públicos e privados, assim como o porte de navalhas, ameaçando a vida dos cidadãos e desacatando as autoridades. Dois exemplos são o de Maria Isabel e Zeferina de tal. A primeira foi presa em 1914 “por está promovendo desordem com uma navalha em punho” e a segunda presa em 1917, por brigar com sua companheira Idalina Maria do Sacramento, “encontraram-se as desafectas e foram ao duello a murro e pontapé”.<sup>98</sup>

O Jornal de Notícias de 10 de fevereiro de 1914 informou a seus leitores:

#### CONFLITO E NAVALHADAS

Hontem, às 7 horas da noite, na ladeira da Praça, Estevam Durvalino dos Santos e Regina Gomes de Carvalho travaram-se razões e entraram em luta.

Regina, munida de uma navalha, cortou seu adversário, que arrepeliu a murros.

O guarda civil, que estava de serviço na Independência, sendo avisado, dirigiu-se ao local prendendo-os.<sup>99</sup>

O fato envolveu um homem e uma mulher que entraram em luta corporal. O uso da navalha foi de domínio da mulher, que “cortou” o seu desafeto. A violência perpetrada pela mulher revela-nos o universo das ruas da cidade, especialmente na área do centro tradicional de Salvador, entendida por nós como a cartografia da capoeiragem; neste período, a violência ocorreu em área considerada marginal e incivilizada.

---

<sup>97</sup> Idem, 28/02/1914, p. 7.

<sup>98</sup> *Gazeta do Povo*, 02/12/1914, p. 2 e *Jornal de Notícias*, 09/08/1917, p. 2. O pontapé é um elemento indiciário da capoeiragem mas não o bastante para inferirmos ser Idalina do Sacramento uma mulher capoeira. Entretanto, não podemos negar traços da cultura da capoeiragem na valente mulher.

<sup>99</sup> *Jornal de Notícias*, 10/02/1914, p. 2.

A motivação para o uso da força apresenta-se de caráter variado, podendo figurar como pivô nas disputas amorosas entre os capoeiras. No caso a seguir relatado trata-se de um problema amoroso.

#### MULHER ARRELIENTA

A doceira Rosa de Oliveira apaixonou-se pelo engraxate Vitorino Pereira dos Santos, que tem caixa em frente ao elevador, na praça Rio Branco. Há tempos Rosa, que é ciumenta, azedosse com o engraxate e prometeu esbordoal-o. Ante-hontem a doceira encontrou o antigo apaixonado e em plena praça Rio Branco, deu-lhe de chinello.

O Sr. 3<sup>o</sup> Delegado Auxiliar que passava no momento effectuou a prisão a mulhersinha, entregando-a aos guardas civis 295 e 135 que a conduziram para o posto policial da Sé.<sup>100</sup>

A notícia, ao revelar as atividades dos envolvidos no conflito, identifica as suas atuações profissionais, afastando a possibilidade de qualificá-los como vadios na sociedade soteropolitana. A forma de agressão efetivada pela doceira Rosa de Oliveira foram chineladas no engraxate Vitorino Pereira dos Santos, tal ação demandou a prisão da agressora, mas a motivação – o amor, aparentemente não correspondido, fôra demonstrado na via pública, em pleno centro da cidade, à luz do dia.

As mulheres também podiam atuar em grupo, assim como as maltas dos capoeiras cariocas. Foi o que aconteceu com “Almerinda, Menininha e Chica”, que unidas agrediram um cidadão.

#### QUE TRINDADE

Almerinda, Menininha e Chica, três mulheres de pá virada, que habitam a Baixa dos Sapateiros, bateram, hontem, pela manhã com os costados no xadrez do posto policial da Lapinha, a ordem do respectivo subdelegado em virtude de terem passado uma tremenda descompostura na família de um cidadão ali.

Este procurou a autoridade policial e narrou os abusos das atrevidas raparigas, pelo que foram ellas parar ao xilindró.<sup>101</sup>

A notícia revela que o dito cidadão recorreu às autoridades para queixar-se e buscar uma punição. Registre-se o fato de que as mulheres foram identificadas nominalmente pelo jornal a partir dos seus apelidos, enquanto o chamado “cidadão” nome silenciado, denotando uma preocupação em não revelar o indivíduo e sua condição social, fato que seria considerado para a sociedade da época como uma afronta moral ao ser masculino. As mulheres foram recolhidas à cadeia pública como forma de punição pelos atos praticados.

---

<sup>100</sup> *Jornal de Notícias*, 23/08/1917, p. 2.

<sup>101</sup> *Jornal de Notícias*, 24/04/1920, p. 2.

As colunas dos jornais que noticiavam sobre os atos de desordens e policiamento das ruas, publicavam manchetes em destaque quando se tratava de casos com grande repercussão, a exemplo da manchete “Mulher Valente”. Este é o título que noticia um conflito onde uma mulher, que se desentendeu com uma outra, criou uma situação e entrou em luta corporal contra nove soldados de polícia e a sua rival.

O referido caso, registrado pelo *Jornal de Notícias* de 10 de fevereiro de 1914, teve como protagonista Antônia de tal, apelidada por Cattú. A valente mulher era moradora da rua do Polytheama, e, segundo o Jornal, estava freqüentemente envolvida com algum tipo de conflito. Na tarde do dia nove se desentendia com uma outra. Quando esta conseguiu socorro de um guarda civil, morador da localidade, não adiantou muito, pois este seria apenas mais um candidato a ser vítima da valente Cattú. A notícia a seguir trata desse acontecimento que marcou época em função das proporções tomada na imprensa:

#### SARILHO NO POLYTHEAMA

##### Mulher Perigosa

Antonia de tal muito conhecida por Cattú, residente na rua do Polytheama, é uma mulher de cabellino na venta.

Já por diversas vezes tem sido chamada á policia e não comparece.

Hontem, as 3hs. De tarde, “azedou-sse” e desandou forte descompostura em uma outra.

O civil n. 119, que reside nas imediações, fez ver o seu procedimento incorrecto sendo aggreido. Cattú, avançando para o guarda arrancou-lhe os botões da túnica, rompe-lhe a camisa, que ficou em tiras. Travou-se forte lucta.

O guarda pediu socorro, comparecendo os de ns.64, 4, 14, 203, um musico do regimento policial, 2 praças e 1 sargento, e a perigosa mulher luctou com todos, sendo a muito custo conduzida á secretaria.

Na lucta alguns guardas sahiram feridos, inclusive o 119, que tomou uma dentada na mão e desmentiu um dedo.<sup>102</sup>

O tom da notícia indica uma certa ironia em torno da agressora, ao qualificá-la como portadora de “cabellino na venta”, referindo-se às características emocionais da agressora, uma mulher reincidente na prática da agressão conforme a notícia. O fato tomou grandes proporções, pois Cattú, em mais um momento de agressividade, atacou diversos guardas, sendo, por fim, dominada a “muito custo” e levada à Secretaria de Segurança Pública.

Muito nos chama a atenção Cattú ter enfrentado em um mesmo conflito, uma dezena de pessoas, segundo o cálculo do articulista do *Jornal de Notícias*. Ao enfrentar um grande número de pessoas em luta corporal, Cattú quebrou com a norma de comportamento imposto à mulher, permeado por uma cultura de passividade feminina, onde brigar com muitas pessoas era um

comportamento reservado ao homem, um atributo de extrema masculinidade. Inclusive em situações de combates corporais como a que envolveu Cattú, o protagonista era, geralmente, o famoso capadócio, arruaceiro, conhecido pelas suas habilidades de capoeiragem, o que era comum nas ruas de Salvador no período estudado.

Assim como Cattú existiram outras mulheres que romperam com a normatização do espaço masculinizado e que nos enfrentamentos do cotidiano da rua viviam e sobreviviam no universo codificado pela cultura masculina, a exemplo das zonas de prostituição onde ganharam notoriedade como “mulheres vagabundas”, “cuja conduta precisa reprimenda”.<sup>103</sup>

Na documentação da Secretaria de Segurança Pública, depositada na Seção Republicana do APEB, encontramos um maço de Portarias do Departamento de Polícia Preventiva referente aos anos de 1927 a 1931. Nele identificamos um número considerável de prisões por crimes comumente associados a mulheres pobres.<sup>104</sup>

Segundo comentário de Oscar de Macedo Soares, esses delitos poderiam ser evitados se combatido de forma eficiente o elemento causador dessas transgressões: a vagabundagem.<sup>105</sup> Eram essas mulheres consideradas vagabundas, um caso de polícia, reflexo da compreensão que tinha a sociedade da época sobre as mulheres pobres que viviam do labor das ruas; eram elas consideradas produto de uma degradação social.

Essas mulheres disputavam com os próprios capoeiras seu espaço de poder. Como o conflito que envolveu o famoso capoeira Pedro Porreta e a prostituta Chicão, que passaremos a relatar. Pedro Porreta, já o conhecemos como um famoso capoeira freqüentador das zonas de prostituição, mas também da Casa de Detenção. Quem já o testemunhou proferir frases como: “quem manda aqui sou eu”, não imaginava que um dia ouvisse do valente capoeira o seguinte desabafo: ‘Não seja ‘obreira’. O dr. Tancredo vae dar uma lição em você. Bater em homem não é da atribuição de mulher de sua marca’”.<sup>106</sup>

O caso é que Pedro Porreta, famoso por afugentar patrulhas inteiras de policiais e exercer autoridade na zona que morava, por uma questão de valentia e bravura, encontrou-se com alguém

---

<sup>102</sup> *Jornal de Notícias*, 10/02/1914, p. 2.

<sup>103</sup> A documentação aponta as zonas de prostituição como locais de atuação dos capoeiras, seja freqüentando as rodas de capoeiragem ou exercendo suas ocupações profissionais, inclusive como cafetões.

<sup>104</sup> A documentação da Secretaria de Segurança Pública permite a pesquisa durante todo o período da Primeira República, pois os Mapas de Prisões e outros documentos estatísticos quando não encontrados na Seção Republicana do Arquivo Público do Estado, podem ser identificados nos Relatórios Anuais de Polícia que se encontram no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

<sup>105</sup> Os comentários do referido jurista, sobre a vagabundagem, encontram-se em Anexo.

de “porte alto, com grande desenvolvimento physico, é do mesmo quilate do Pedro. Não é costumada levar desafôros para casa”.<sup>107</sup> A protagonista do caso, que ora nos ocupamos, chamava-se Francisca Albino dos Santos, conhecida por “Chicão”.

O conflito surgiu quando Pedro Porreta entrou na casa de Chicão para apanhar os pertences de Maria do Socorro, sua inquilina, e a encontrou em “trajes menores” quando aquela não se agradando, pois não tinha relações íntimas com o capoeira, deu-lhe uma pancada ferindo a cabeça do destemido valente.

O fato ocorreu na rua 28 de setembro, “onde estava localizado o meretrício, e sede constante de desordens”.<sup>108</sup> Os dois foram recolhidos à Casa de Detenção. Chicão era um nome bastante conhecido na Casa de Detenção e também nas zonas de prostituição. O caso que acabamos de narrar nos oferece evidências que apontam ser Chicão uma prostituta, e, pelo que se pode inferir, dirigia casas de prostituição. Nosso argumento de que Francisca Albino dos Santos era do ramo do meretrício é reforçado com um fato ocorrido em 23 de abril de 1930, onde ela foi recolhida à Casa de Detenção por espancar uma sua companheira de casa:

O Senhor administrador da Casa de Detenção:

Recolha a esse presídio a minha ordem e disposição a decahida Francisca Albino, (vulgo Chicão) por motivo da mesma haver espancado a uma sua companheira de casa, a rua Carlos Gomes, 24, neste districto.<sup>109</sup>

Neste documento temos duas evidências que reforçam o argumento. A primeira questão que nos chama a atenção é que Chicão foi indiciada por ter espancado uma pessoa identificada como sendo “sua companheira de casa”. Poderia ser esta uma das mulheres que trabalhavam em casas de prostituição.<sup>110</sup> Casa, neste documento pode ser entendida não simplesmente como local familiar, residência, moradia, mas sim enquanto estabelecimento profissional, ou seja, Casa de Prostituição.

---

<sup>106</sup> *O Estado da Bahia*, 29/08/1935. In: ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba...* Op. cit., p. 15.

<sup>107</sup> *Idem*.

<sup>108</sup> *O Estado da Bahia*. Op. cit. O estudo de Jéferson Bacelar sobre a prostituição em Salvador na década de 1970 identifica a rua 28 de Setembro ainda como uma localidade de tráfico de drogas e casas de prostituição. BACELAR, Jéferson. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>109</sup> APEB: *Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Seção Republicana, cx. 43, pac. 3.*

<sup>110</sup> Alguns capoeiras a exemplo de Pedro Mineiro e Pedro Porreta, são identificados pela documentação como *Cafetões* nas zonas de prostituição. Em Belém do Pará muitas das mulheres capoeiras eram identificadas como vagabundas e prostitutas, situação semelhante ocorreu na Cidade do Salvador no período estudado.

Uma segunda questão é a alcunha “decahida”. Este era mais um dos vários adjetivos utilizados pelo discurso moral da época para identificar mulheres prostitutas que viviam do trabalho da rua, e, porque não dizer, da zona. Seria mais um dos vários sinônimos de vagabunda, como observamos na portaria de Soltura de Maria Severianna, em 20 de março de 1927:

O Senhor administrador da Casa de Correção, ao ver esta, ponha em liberdade a vagabunda Maria Severianna (“vulgo Catutum”[!]), ahi presa a minha ordem e disposição.<sup>111</sup>

O vulgo “Catutum” serve como indicativo da notoriedade de Maria no meio policial. O documento não indica de forma mais direta qual a razão da prisão, poderia ter sido por vagabundagem, como já vimos alguns exemplos, mas também poderia ter sido em uma dessas operações de “limpezas das ruas”, onde a polícia fazia recolhimento das pessoas suspeitas, pois deveria prevenir os pequenos delitos nas ruas da Cidade. Estas eram recolhidas à Casa de Correção até que chegasse o momento de serem enviados para as Colônias Correcionais.<sup>112</sup>

Muitas mulheres eram presas em grupo. Às vezes por estarem em luta corporal umas com as outras. Mas também ocorria de serem presas simplesmente por estarem juntas em determinada localidade, desempenhando comportamentos reprovados pela sociedade da época, os quais eram considerados crimes de desrespeito à moral pública.<sup>113</sup>

Na documentação do Departamento de Polícia Preventiva, entre os anos 1927 e 1931, em 218 documentos pesquisados, 47 eram relacionados a mulheres, sendo 14 Portarias de Recolhimento e 33 de Soltura. Dos Recolhimentos, 6 por crime de desordem, 4 por desrespeito à moral pública, 1 por desrespeito à autoridade, 1 por gatunagem, 1 por espancamento e 1 estava ilegível, não podendo ser identificado.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> APEB: *Portarias de Recolhimento e Soltura*. Op. cit..

<sup>112</sup> Em matéria de 20 de abril de 1920, p. 3, o Jornal de Notícias informou que o delegado Dr. Pedro de Azevedo Gordilho enviou o gatuno Affonso Pereira da Silva “para a Casa de Correção até que haja condução para levar o grande larapio para o [ilegível] Amazonas”. No referido Amazonas ficavam as Colônias Correcionais, criadas “para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na Capital Federal” (Decreto n. 145 de 12 de julho de 1893 do Código Penal da República do Brasil). Na Bahia, o responsável pela criação de uma dessas Colônias foi o Chefe de Polícia Dr. José Álvaro Cova, como consta em suas próprias palavras: “Sou advogado fervoroso da criação de uma colônia correcional, industrial e agrícola, para o aproveitamento das energias e possível regeneração do grande exército dos desocupados, vagabundos, desordeiros, contraventores, vigaristas, etc..., hospedes habituais dos xadrezes, dos postos policiais”. IGHBA: *Relatório apresentado...*, op. cit., p. 48.

<sup>113</sup> Em 1917 o “Subdelegado do distrito da Rua do Passo intimou a maior parte das inquilinas do predio n. 73, á rua Silva Jardim [Taboão] a mudarem-se até o fim do mez, visto terem máos precedentes registrados na policia, e actualmente continuam a proceder máo”. *Jornal de Notícias*, 22/09/1917, p. 2. Essa prática da polícia continuou nas décadas posteriores.

<sup>114</sup> APEB: *Portarias de Recolhimento e Soltura*. Op. cit.

O crime de desordem poderia se dá por brigas, ameaças a mão armada, quebras de estabelecimentos, etc. Tudo isso transgredia a moral pública. Assim, muitos casos de desordens poderiam ser enquadrados como transgressão à moral pública e vice-versa. Mesmo não sabendo as razões das prisões daquelas mulheres que encontramos nas Portarias de Soltura, em número de 33, podemos considerar que a maior parte das autuações eram por desordens.

Foi o que aconteceu com Maria Moura, Maria Gomes, Odelina de tal, Esther e Carmem que foram presas por crime de desordem em 22 de julho de 1927, no distrito da Sé, região onde se situava grande parte das zonas de prostituição da Cidade.<sup>115</sup> Infelizmente o documento não é muito rico em descrição, dificultando algumas informações que nos permitiria argumentar melhor sobre o comportamento dessas mulheres.<sup>116</sup>

Elas não ficaram pouco tempo na Casa de Correção ou foram presas várias vezes. Em 24 de janeiro de 1929, no distrito da Sé, foi registrada a soltura de Esther Souza da Silva. Carmem Barbosa foi solta em 12 de maio de 1930, no distrito da Conceição da Praia. Temos aí algumas hipóteses. Estas poderiam não ser as mesmas Esther e Carmem, presas juntas em Julho de 1927, no distrito da Sé, em companhia de três outras mulheres. Mas também poderiam ser as mesmas, sendo que se trata de outras prisões principalmente no caso de Carmem uma vez que o documento encontrado indica o distrito da Conceição da Praia e não a Sé.

As zonas indicadas na documentação como de prostituição eram também reincidentes nos casos de desordens e outras formas de contravenção, como conflitos que produziam em suas vítimas lesões corporais e, às vezes, até homicídio. Portanto, as casas de prostituição eram ambientes instigadores desses conflitos por várias razões, desde as mais fúteis como bebedeiras, até as mais qualificadas como a disputa de poder nas zonas.

Muitas mulheres eram proprietárias das casas e não escapariam às prisões quando das batidas policiais nas zonas. Um exemplo é Maria de Lourdes, da qual encontramos duas Portarias de Soltura. Uma datada de 24 de janeiro de 1931 e outra de 17 de julho do mesmo ano, todas na Conceição da Praia.

Cabe aqui considerar que nas zonas não só havia casas de prostituição, mas também residenciais; assim abre a possibilidade de muitas das “decahidas” e “vagabundas” presas nessas

---

<sup>115</sup> BACELAR, Jéferson. *A família da prostituta*. Op. cit.

<sup>116</sup> O documento cita apenas o nome, às vezes incompleto, a data, o crime e o distrito onde a prisão foi efetuada. Sobre as mulheres que destacamos na documentação a maior parte das prisões foi realizada no distrito da Conceição da Praia.

localidades não serem prostitutas, mas autuadas por outros crimes, como por exemplo, lesões conseqüentes de conflitos, muitas vezes contra seus próprios companheiros.<sup>117</sup> Esses adjetivos terminavam se estendendo a um universo maior no qual viviam e sobreviviam as mulheres pobres na Cidade do Salvador.

No universo da capoeiragem registra-se a presença de mulheres.<sup>118</sup> Seriam Cattú e Chicão mulheres capoeiras? Infelizmente a documentação não nos permite tirar determinadas conclusões. Ainda assim, é indicativo de prática de capoeiragem por “simples mulheres” ao enfrentarem em luta corporal homens considerados valentes e desordeiros, como foi o caso do capoeira Pedro Porreta, “vítima” de Chicão, assim como soldados do regimento policial, “vítimas” de Cattú, os quais eram preparados para conterem a desordem que ocorria nas ruas de Salvador.

Os acontecimentos evidenciados nas ruas de Salvador, ao tempo em que pontuam a presença de setores femininos no espaço público, ressaltam também formas de enfrentamento dos problemas cotidianos pelas mulheres, com o uso da violência. Aquelas mulheres que utilizaram a navalha como arma eram imediatamente hostilizadas e vinculadas aos desordeiros (e capoeiras) e, como tal, deveriam passar pelo processo de criminalização. A história dessas mulheres não representa simplesmente um recorte de gênero na historiografia baiana e, sim, o reconhecimento de suas experiências enquanto elemento agenciador do processo histórico.<sup>119</sup>

A não identificação de mulheres capoeiras na documentação policial e jornalística não descarta a possibilidade de sua existência. Ao contrário, uma vez identificada a presença dessas mulheres no universo social da capoeiragem, a partir das referidas fontes, reforça as informações deixadas pela tradição oral nos registros de memória, a exemplo das cantigas e dos manuscritos dos mestres capoeiras.

Os capoeiras baianos do período estudado não são como evidenciamos, facilmente identificados na documentação consultada, principalmente tratando-se das mulheres. Entretanto, ao encontrarmos em outras fontes os nomes e fatos que aparecem nos referidos registros de memória, abriu-se a possibilidade de identificação desses capoeiras e suas tramas sociais.

---

<sup>117</sup> São muitas as notícias sobre mulheres que em desavenças com seus companheiros, os agrediam com navalhadas e cacetadas. Sobre essa questão ver: ARAS, Lina M. B. de e OLIVERA, Josivaldo P. de. “Mulheres Perigosas’...”. Op. cit.

<sup>118</sup> Mestre Pastinha lembra de duas mulheres que se destacaram entre os valentes capoeiras do início do século XX: “Júlia Fogareira” e “Maria Homem”. In: PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola*. Op. cit, p.25.

<sup>119</sup> Nos Estados Unidos, na década de 1970, houve grande mobilização de historiadoras que reivindicavam uma releitura da historiografia para incluir nesta a presença das mulheres. Sobre essa questão ver SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: EDUSP, 1992.



Portanto, o cotidiano da rua tornou-se o *locus* preferencial para a investigação e a conseqüente descoberta dos “esconderijos” dos agentes da capoeiragem.

Aspectos da vida de muitos capoeiras, os quais são lembrados, ao menos em seus nomes, ainda hoje, foram revelados a partir da observação dessas ruas. A vagabundagem, as zonas de prostituição, os sangrentos conflitos e os territórios socialmente demarcados, assim como a masculinização de comportamentos femininos, são elementos produzidos nas relações estabelecidas entre esses indivíduos no espaço público, tecendo assim o seu cotidiano.

Também foram espaços de experiências dessas pessoas suas relações com figurões da política baiana, como casos que envolveram Pedro Mineiro, Samuel da Calçada, Inocêncio Sete Mortes, Duquinha e Scalvino. Esses indivíduos foram também atores culturais que agenciaram um intenso processo de resistência negociada no universo cultural baiano, driblando as marcas da marginalidade impressas pela considerada inerência entre os capoeiras e a criminalidade, reelaborando o espaço da delinqüência, territorializando-o culturalmente. Deixariam estes indivíduos de serem os turbulentos e desordeiros para tornarem-se os mestres da capoeira baiana. O próximo capítulo se encarregará de discutir essas questões.

### CAPÍTULO III

## *DE “CAPADÓCIOS DAS RUAS” A AGENTES CULTURAIS*



Gabriel Ferreira. *Boa noite*. Acrílica s/ tela, 40x40, 2003.

A leitura de jornais das primeiras décadas republicanas, no Rio de Janeiro, pode evidenciar, segundo Maria Clementina Pereira Cunha, a relação de setores letrados da Corte com o universo popular. Ao citar um texto de um jornal sugestivamente intitulado de *O Capadócio*, em edição de 18 de agosto de 1835, afirma que se trata de “um jornal satírico e político todo escrito em linguagem de capoeira, cifrada por gírias e expressões próprias a esse mundo”, periódicos como este sobreviveram até os primeiros anos da República.<sup>1</sup> Não encontramos na Salvador republicana um periódico de tamanha sugestão. Entretanto, podem-se constatar nos artigos das gazetas baianas, que circulavam na Cidade do Salvador nas três primeiras décadas do século XX, a relação, não menos estreita que a dos letrados da Corte, dos políticos baianos com o universo popular.

No mundo das disputas políticas um personagem se fazia necessário: o capanga, dentre este o capoeira. Mas este capoeira não era apenas e simplesmente o capanga, ele era também o agente cultural que demarcava seu território não apenas nas pugnas eleitorais, mas também nas rodas de capoeira.<sup>2</sup> Entre os indivíduos que agiam nas ruas de Salvador sob a insígnia de “capadócio das ruas” encontramos nomes que remetem às memórias da história da capoeira na Bahia.

É sobre este universo de contradições que iremos tratar neste capítulo. A presença dos capoeiras no universo político partidário baiano, inclusive, influenciando a seu modo, nos resultados eleitorais, o ambiente de repressão aos capoeiras, suas relações com personagens da cultura cívica baiana, como o rábula Cosme de Farias e os bastidores de sua vida política conturbada.

Por fim, as estratégias de resistência dos capoeiras no universo cultural baiano. O objetivo central deste capítulo é, portanto, investigar a dinâmica histórica da mudança experimentada pelos capoeiras no universo social e político da Cidade do Salvador, nas três primeiras décadas republicanas.

### **3. 1. De capadócios e capoeiras: a capangagem política em Salvador**

Os primeiros anos da República na Bahia, assim como em outras regiões do país, foram marcados por ebulições sociais e políticas. O processo de consolidação republicana custou caro às lideranças políticas e à sociedade civil como todo, pois registram-se nas duas

---

<sup>1</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 370, 371.

<sup>2</sup> Ver COUTINO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit.

primeiras décadas republicanas revoltas urbanas e rebeliões no campo comprometendo assim a estabilidade política do novo regime.<sup>3</sup>

Neste período o cenário da política nacional foi marcado por acirradas disputas eleitorais com grande participação de políticos baianos e a formação de blocos partidários a exemplo dos *civilistas*, *ruístas*, *marcelinistas*, *severinistas* e *seabristas*. Este último, liderado por J. J. Seabra, foi responsável pela campanha que garantiu a candidatura de Hermes da Fonseca, tendo como vice-presidente o Dr. Wenceslau Braz.<sup>4</sup>

Em 1º de março de 1910 foi eleito para presidente da República do Brasil, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca com a obtenção de 403.867 votos contra 222.822 obtidos pelo seu adversário.<sup>5</sup> O derrotado neste resultado eleitoral foi nada mais que o político baiano Rui Barbosa, uma das principais figuras dos blocos *ruísta* e *civilista*. A junta baiana pró-Hermes-Wenceslau tinha como principal liderança José Joaquim de Seabra, líder *seabrista* que, em 1912, assumiu o governo do Estado da Bahia.

Este período, não diferente do regime sepultado, foi marcado por falcatruas e extrema violência nas campanhas eleitorais. No trecho seguinte tomamos como exemplo a campanha *hermista* e *civilista*, onde concorriam à presidência da República Rui Barbosa e Hermes da Fonseca:

O desenvolver da campanha *hermista* e da *civilista* foi marcado por *meetings* concorridos, tanto na Capital como no interior, e por excursões através do Estado, nas quais as paixões revelavam-se mais acirradas, tornando inevitável a presença de *pistolas* e *cacetes*, que, em poucos instantes, desfaziam os *préstitos* organizados pelos adeptos de ambos os candidatos<sup>6</sup>

O resultado da campanha eleitoral foi a vitória dos *hermistas*, como já conferimos. Segundo Consuelo Novais Sampaio, tanto os *hermistas* quanto os *civilistas* “lançaram mão dos mesmos recursos tradicionais de fraude eleitoral e de pressão sobre o eleitorado, para serem vencedores”.<sup>7</sup> No tocante ao grupo *seabrista-hermista*, não se encerrariam nas campanhas para as eleições presidenciais as fraudes eleitorais e as pressões sobre o eleitorado. Seabra tornar-se-ia a partir de então um típico coronel urbano, contratando para seus serviços notórios capadócios, arruaceiros da Cidade do Salvador, oriundos da Capital ou trazidos de outras regiões do Estado, para servirem como cabos eleitorais.

---

<sup>3</sup> Dentre os principais conflitos sociais e políticos ocorridos na Bahia deste período, temos a *Guerra de Canudos (1897)*, o *Bombardeio de Salvador (1912)*, as *Greves de 1918 e 1919* e a *Revolta sertaneja (1919)*, para citar apenas as duas primeiras décadas republicanas.

<sup>4</sup> Sobre esses blocos partidários ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia....* Op. cit.

<sup>5</sup> Idem, p. 102.

<sup>6</sup> Idem, p. 101.

<sup>7</sup> Idem.

Do ponto de vista histórico o coronel, principal agente do coronelismo, é geralmente situado como chefe político oriundo da aristocracia rural, um poderoso fazendeiro que influenciava as decisões políticas locais. Segundo Wilson Lins, este fenômeno sócio-político, com implicações econômicas, não é uma particularidade da vida sertaneja.<sup>8</sup> Sobre suas considerações acrescentamos ainda que as características do coronelismo podem ser encontradas em chefes políticos dos grandes centros urbanos. Victor Nunes Leal concebe o coronelismo “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.<sup>9</sup> Ou seja, o coronel é fruto de situações históricas específicas em uma sociedade, inclusive em sociedades urbanas, a exemplo de Salvador na Primeira República.

Partindo das questões apresentadas sobre o coronel enquanto a personificação do poder no chefe político, J. J. Seabra pode ser entendido como um coronel urbano, com seu poder de decisão e influência sobre outras lideranças políticas. Exemplo disso foi sua articulação para se manter no poder posterior a sua primeira gestão:

Introduzindo inovações substanciais no plano político-administrativo, já na fase final do quadriênio, Seabra deixou evidente seu objetivo de retornar ao governo do estado. É verdade que dispositivo constitucional (Art. 48) impedia-o de ser reeleito. Contudo, consolidada sua influência pessoal, através da atuação abrangente do P. R. D., apontaria um ‘candidato de bolso de colete’ para sucedê-lo, através do qual continuaria a conduzir a política baiana, garantindo a sua volta à chefia do Executivo quatro anos mais tarde”.<sup>10</sup>

Seu candidato de “bolso de colete” chamava-se Antônio Moniz. Para legitimidade de seu poder, inclusive nas campanhas eleitorais, Seabra manteve ainda seu chefe de polícia José Álvaro Cova e, assim, como um coronel, o poderoso chefe político e seus militantes *seabristas* contavam com cabos eleitorais (em substituição aos jagunços), capangas políticos conhecidos pelas suas capadoçagens e arruaças na Cidade do Salvador. Nesse contexto, era comum a utilização de cabos eleitorais de questionável conduta, por parte de figurões políticos. Além dos já citados encontramos referência, também neste sentido, a Ernesto Simões Filho, importante liderança da política baiana deste período.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> LINS, Wilson. “Mandonismo e obediência”. In: LINS, Wilson et.al. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Ianamá, 1988, p. 7.

<sup>9</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, p. 20.

<sup>10</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia...* Op. cit., p. 131.

<sup>11</sup> Simões Filho rompeu com Seabra em 1912 por questões de discordâncias políticas e aos poucos foi assumindo posição contrária à dos *seabristas*, chegando a liderar as oposições coligadas em 1919. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Bahia...* Op. cit., p. 117.

Muitos dos indivíduos contratados para serviços de capangagem eram conhecidos como exímios na prática da capoeiragem. Podemos citar, dentre outros, os irmãos Duquinha e Escalvino, Pedro Mineiro, Inocêncio Sete Mortes, Samuel da Calçada e Beimol do Correio.

Nos manuscritos do Mestre Noronha encontra-se uma lista de nomes intitulada: “Os grande mestre de capoeira de origem angola do Estado da Bahia que são falecido”.<sup>12</sup> Nesta lista aparecem os nomes dos citados capoeiras e outros mais que ainda iremos fazer referência. Noronha teve o cuidado de indicar a ocupação de cada um deles, inclusive, os que trabalhavam também como capanga e/ou cabo eleitoral. A lista começa exatamente com os nomes dos capoeiras Escalvino e Duquinha, os quais são apresentados como cabos eleitorais e capangas do chefe de polícia José Álvaro Cova, “padrinho” dos capoeiras.

#### NOSSO PADRINHO

D<sup>f</sup> Alv[a]ro Cova grande chefe político no Estado da Bahia tinha seu cabo eleitoral que hera um dus mahores valentões e dizordeiro da Bahia mu[i]to respeitado este homem hera o cabo eleitoral de D<sup>f</sup> Álv[a]ro Cova Escavino e Ducinha os dois irmão dos mais bamba da Bahia e as ordem de Escavino e Docinha hera cumpre aquele que não cumpriçe as ordem seria escurasado da zona vivia tudo em paz hera a origem D<sup>f</sup> Alv[a]ro Cova protegia Escavino e Ducinha os dois irmão tinha confiança nelle dois porque hera os dois mais respeitado D<sup>f</sup> Álv[a]ro Cova hera compradre dois de mais confiança e mais nenhum dois valentãis e dizordeiro e protegia todos porque hera seus eleitores controlado por Escavino e Docinha os dois cabo eleitoral<sup>13</sup>

A narrativa do Mestre Noronha é rica em informações sobre os mecanismos utilizados pelos candidatos para obter o voto de seu eleitorado. Mais do que isto, a presença de capoeiras neste universo. O caso do envolvimento do Chefe de Polícia com o capoeira Duquinha, não escapou à imprensa local. Em fevereiro de 1920, portanto início da gestão do governador *seabrista* Antônio Moniz, o Diário de Notícias publicou em nota de editorial uma matéria intitulada: “MATEM PARA DEANTE, BANDIDOS!”. Neste artigo o jornal comentava sobre polêmicas em torno da prisão do estivador Duquinha, como registra o próprio articulista:

#### A prisão do estivador Duquinha

Era um dos mais exaltados dos que tinham atirado sobre o povo, mas o soldado de polícia que o deteve pelo cóz, ignorava que os estivadores gozam de imunidades extraordinárias, aqui na Bahia, muito mais ainda que os deputados, porque estes podem ser presos em flagrante e aquelles em nenhuma das hippotheses, sendo-lhes ainda facultado o direito de disporem da vida alheia, como bem lhes convier.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> COUTINO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 65.

<sup>13</sup> Idem, 61.

<sup>14</sup> *Diário de Notícias*, 10/02/1920, p. 1.

O editorial noticia o massacre de populares, em fevereiro de 1920, nas ruas de Salvador, em mais um dos violentos conflitos político-partidários nas ruas que se banhavam em sangue de inocentes vítimas e em que os secretas (acusados como *seabristas*) cumpriam à risca os seus papéis. No caso aqui analisado Duquinha era um dos “que tinham atirado mais sobre o povo”.

A polêmica é que, uma vez efetuada a prisão de Duquinha, os soldados receberam ordens superiores para o libertar. A indignação do articulista não era menor que a dos soldados que tiveram que cumprir as ordens a eles delegadas. Afirmava o autor do artigo que os estivadores tinham mais imunidade que os próprios deputados, porque estes podiam ser presos em flagrante enquanto aqueles gozavam de todos os direitos, inclusive, de disporem da vida alheia, e porque não acrescentar, da morte.

As ordens para libertar o estivador Duquinha vieram do subdelegado Raul de tal.<sup>15</sup> Entretanto, passados alguns momentos da agitação, rondava pela localidade um automóvel conduzindo o próprio chefe de polícia Álvaro Cova e o tenente Lustosa de Aragão. A libertação de Duquinha era um evidente caso de proteção, envolvendo o nome de Álvaro Cova e, conseqüentemente, Antônio Moniz e J. J. Seabra.

Duquinha era, sem sombra de dúvida, uma peça indispensável nos pleitos eleitorais. Mas não era o único, agia juntamente com ele seu irmão Escalvino, o qual era considerado como possuidor de um maior grau de periculosidade. Os irmãos Duquinha e Escalvino são lembrados nos registros de memória como exímios capoeiras. Além dos manuscritos do Mestre Noronha, no trabalho do Mestre Pastinha, intitulado *Capoeira Angola*, os irmãos são listados entre os capoeiras que “foram, em seu tempo, motivos de terror”.<sup>16</sup> Este terror também tinha como espaço de configuração as disputas políticas, os pleitos eleitorais, os acirrados conflitos nas praças públicas, onde a navalhas, cacetes e armas de fogo, muitos comícios acabavam em tragédias sangrentas promovidas por capangas, entre estes muitos capoeiras.

A utilização de capangas, temíveis cabos eleitorais, não era uma prática recente, mas uma das mazelas herdadas do antigo regime das “Combucas Eleitorais”. Segundo Manuel Querino, tomava o nome de “Combuca Eleitoral” a casa que reunia os eleitores e lhes oferecia toda uma estrutura, antes de depositarem nas urnas o voto prontamente orientado. Afirmo o referido memorialista que o capoeira sempre teve sua importância nestas situações:

---

<sup>15</sup> Não foi divulgado na notícia o nome completo do subdelegado.

<sup>16</sup> PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola*. Op. cit. p. 23. Além de citar Escalvino nessa mesma lista, Pastinha ainda lembra de um irmão de Duquinha de nome Veneno, do qual não encontramos referência em nenhum outro documento.

O capoeira sempre fora figura indispensável nos pleitos eleitorais, fazendo respeitar a opinião do correligionário, provocando a desordem, sempre que se fazia necessário; espancando o adversário e contribuindo desse modo para a formação da *Camara dos Fagundes*.<sup>17</sup>

Os *seabristas*, não diferentemente de outros grupos políticos, se utilizaram dessas práticas. Mesmo na República os capoeiras não escaparam ao universo da capangagem política. Informações sobre essa questão são encontradas em quantidade considerável nos jornais, principalmente nas décadas de 1910 e 1920 quando os periódicos tinham uma função partidária explícita, a exemplo do *Jornal de Notícias e Gazeta do Povo* de tendências *seabrista* e o *Jornal A Tarde*, propriedade de Simões Filho, um dos principais opositores do grupo *seabrista*.<sup>18</sup> Neste período um dos nomes que mais aparecia como protetor de vagabundos e contratante de capangas era o de José Álvaro Cova, chefe de polícia nos governos de J. J. Seabra e Antônio Moniz.

Alguns capoeiras eram, contudo, protegidos por figuras importantes da sociedade, tinham seus padrinhos, como era o caso de Samuel da Calçada, Tibirico Focinho de Porco, Sete Mortes, Luís Escalvino, Mansú Valente, temível capoeira, que com a ponta do seu afiado “espadim”, fez correr um destacamento policial no Cais do Ouro, hoje Praça Deodoro, e Pedro Mineiro, este último apontado como capanga do Sr. Álvaro Cova, Chefe de Polícia, e protegido do Ex-governador José Joaquim Seabra.<sup>19</sup>

Ainda na primeira gestão do referido chefe de polícia ocorreu um grande conflito na Cidade do Salvador envolvendo marinheiros e secretas apontados como seus informantes, chegando a criar uma crise administrativa na Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, a qual tinha como secretário o próprio Álvaro Cova. Este era mais um dos casos de conflitos de rua envolvendo questões políticas e a presença de capoeiras.

Em 1915 a mensagem apresentada pelo então Governador J. J. Seabra à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia afirmava que nenhuma grave alteração havia ocorrido em todo o Estado, assim não tendo o que lamentar sobre a ordem pública durante o ano de 1914.<sup>20</sup> O texto da referida mensagem deixa escapar algumas ocorrências do ponto de vista da ordem pública, sobre as quais não faltaram as notícias de jornais e a memória a registrar o que foi ocultado nas linhas da fala do governador:

---

<sup>17</sup> QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora...* Op. cit. p. 143.

<sup>18</sup> No início da República na Bahia podemos constatar a seguinte relação: *Diário da Bahia*/órgão dos liberais de tendência *ruísta* (apoio a Rui Barbosa); *Gazeta da Bahia*/órgão dos conservadores, foi substituído pelo jornal *Estado da Bahia*, que então começou circular como órgão oficial do Partido. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos na Bahia...* Op. cit., p. 62.;

<sup>19</sup> MOURA, Jair. *Mestre Bimba...* Op. cit. p. 60.

<sup>20</sup> APEB: *Mensagem Apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia*. Op. cit., p. 52.



Praz-me salientar, mais uma vez, a boa índole do nosso povo, avesso por tendência do character, aos distúrbios de rua que, por motivos frívolos ou sem justa causa que os explique, geram em outros logares, ao só impulso de uma qualquer contenda, os grandes motins, ás vezes perigosos e funestos. Basta saber que sucedem, entre nós, aglomerações festivas, numerosas, extensas, duradoiras, sem que fique de sua lembrança o mais ligeiro echo de desordens.<sup>21</sup>

O trecho destaca que a “boa índole do nosso povo”, o baiano, é avesso por “tendência do character” aos distúrbios de rua. Os grandes motins só ocorriam em outros lugares. Afirmava ainda o governador que o que acontecia “entre nós” eram apenas aglomerações festivas numerosas e duradouras e que não ficava delas nenhuma lembrança do “mais ligeiro echo de desordens”. Ao contrário do que afirmou o governador, identificamos um grande conflito ocorrido em Salvador, no ano do qual se refere a mensagem, levando à morte três indivíduos, envolvendo diretamente autoridades do governo do Estado e que escapando à mensagem do governador, o mesmo não ocorreu com a memória nos relatos e cantigas dos capoeira:

Está no porto da Bahia/Couraçado ‘Idaban’/E **‘Torpedeira Piauí’**/Marinheiro insubordinado/Saltou pintando arrelia/O **botequim de Galinho**/Era no **Largo da Sé/Pedro Mineiro** matou marinheiro/Por causa de **Maria José**/Mandarô matar **Pedro Mineiro/Dentro da delegacia...**<sup>22</sup>

Apresentamos em seguida mais uma versão para termos idéia do significado deste acontecimento no universo dos capoeiras:

**Topedêra Piauí**/Coraçado in Bahia/Marinheiro absoluto/Chegô pintando arrelia/Quando vê cobra assanhada/Não mete o pé na ródia/Se a cobra assanhada morde/Que fôsse a cobra eu mordia/Mataro **Pedro Mineiro/Dentro da Secretaria...**<sup>23</sup>

As duas cantigas foram extraídas, respectivamente, de *Capoeiragem – Arte & malandragem*, de Jair Moura, experiente pesquisador e ex-praticante da capoeira, e *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*, de Waldeloir Rego, bastante requisitado pelos pesquisadores e agentes da capoeiragem, mas poderíamos utilizar outra das várias versões que os capoeiras lembram em suas cantigas até os dias de hoje:

Contaro minha mulhé/Que a policia me entimô/**Dentro da delegacia**/Pra dar depoimento, meu bem, de um caso que eu não sabia/Quem me dé também apanha/Outro remédio não há/Na igreja bate o sino, o meu bem/Lá na mata deu o sinal/Mataro **Pedro Mineiro**, o meu

---

<sup>21</sup> Idem, p. 53.

<sup>22</sup> Extraído de MOURA, Jair. *Capoeiragem - Arte & Malandragem*. Salvador: Bureau, 1980, p. 24-25. (grifos nossos).

<sup>23</sup> Extraído de REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola...* Op. cit., p. 122. (grifos nossos).

bem/**Dentro da delegacia**/Delegado me entimô/Para dar depoimento, o meu bem/De um caso que eu não sabia/Ê, viva a Bahia...<sup>24</sup>

O que foi retratado pelas cantigas foi um grande conflito ocorrido na Rua Saldanha, a qual já conhecemos como zona de prostituição e desordens, em dezembro de 1914, envolvendo o capoeira Pedro Mineiro, seus companheiros e alguns marinheiros, como relataram as notícias publicadas pelos periódicos locais:

Disse-nos um marinheiro do *destroyer Piauí*, surto em nosso porto, que se achava na rua do Saldanha, com outros companheiros, conversando com umas mulheres, allí residentes, quando se aproximaram do grupo os individuos *Pedro Mineiro, Sebastião de tal e Fuão Branco*, os quaes, depois de ligeira troca de palavras, sacaram dos revolvers, disparando contra elles.

Foram rapidos os movimentos.

Sahiram alcançados pelos projectios os marinheiros José Domingos da Silva e Francisco Orlando Wanderley, os quaes, sentindo-se feridos, correram cahindo o primeiro na porta do prédio n. 6 a rua do Saldanha, e o segundo na porta da “Pharmacia Independência”, á rua Dr. Seabra.

O marujo José Domingos da Silva faleceu, momentos depois, em consequência do ferimento recebido.<sup>25</sup>

Segundo a primeira fonte (as cantigas), o conflito foi resultado do confronto entre um capoeira e dois marinheiros, onde o primeiro habilmente saiu vencedor de seus contendores, mas não teve a mesma sorte na delegacia de polícia onde fora assassinado. Acompanhando o caso pelos noticiários de jornais, podemos observar que a questão é mais complexa; podemos começar, por exemplo, com a identificação dos capoeiras envolvidos no conflito. São citados os nomes de Pedro Mineiro, Sebastião de tal e Fuão Branco. Eram os envolvidos todos capoeiras. Entretanto, em referência aos dois últimos são poucas as informações. Na lista de nomes dos antigos capoeiras baianos, organizada pelo Mestre Pastinha e publicada em trabalho já citado, encontramos acompanhando Pedro Mineiro e outros mais, dois nomes que nos chamam a atenção em relação aos aqui citados: trata-se dos capoeiras Bastião e Branco.<sup>26</sup> O autor não faz outra referência a eles, mas poderiam ser estes os mesmos Sebastião de tal e Fuão Branco, os quais foram citados em várias notícias sobre o conflito em questão.<sup>27</sup> Assim, os principais envolvidos no conflito do Saldanha eram todos capoeiras.

---

<sup>24</sup> Extraído do CD: *Capoeira – Mestre Cangiquinha e Mestre Waldemar*. São Paulo: MCK,s/d. (edição original, 1986). (grifos nossos).

<sup>25</sup> *Jornal de Notícias*, 28/12/1914, p. 2.

<sup>26</sup> PASTINHA, Mestre. *Capoeira angola*. Op. cit. p. 24.

<sup>27</sup> Acompanhamos este caso pelos seguintes periódicos: *Jornal de Notícias, Diário de Notícias e Gazeta do Povo*. Infelizmente não encontramos os autos criminais deste caso que como veremos ampliou o número de vítimas com o assassinato de Pedro Mineiro, mas os jornais publicaram documentos importantes a exemplo dos officios do comandante de corveta do Torpedeiro Pyaú e do chefe de polícia Álvaro Cova, os quais nos serviram como fontes para analisarmos o caso.

Quanto a Pedro Mineiro, acompanhamos uma boa parte de sua trajetória, o que nos permitiu esclarecer aspectos do cotidiano de famosos capoeiras, inclusive sua relação com a capangagem política em Salvador deste período. Este conflito representa mais uma possibilidade de interpretação do universo social no qual viveram esses capoeiras.

Oriundo do Estado de Minas Gerais, Pedro José Vieira, conhecido popularmente por Pedro Mineiro, aparece na memória da capoeira baiana como um dos valentões que causavam terror nas ruas de Salvador nas primeiras décadas republicanas. Na maior parte dos registros de memória que se tem sobre esse capoeira a referência feita é ao citado conflito, até mesmo porque está relacionado com a sua morte. Sobre este caso encontramos nos manuscritos do Mestre Noronha a seguinte versão:

Largo da Sé na zona tinha um buticinho de propriedade de Galinho no Largo da Sé tinha no buticinho uma garsonnete de nome Maria José que hera amante de Pedro Mineiro que o marinheiro pegou a gostar della ella aceitou o convite e foi adendé o marinheiro foi qundo Pedro Mineiro mator 1 marinheiro e jogou outro pela janela do 1 andar foi reculido a delegacia na Av 7 Rosario chefe de policia na ocasião hera D<sup>f</sup> Álvaro Cova que protigia esta allas de dizordeiro na Bahia o capitão de mar e gerra mandou uma mensage au chefe de policia que hia fuzilar P. Mineiro dentro da secretaria.<sup>28</sup>

A memória do Mestre Noronha, mais uma vez, se mostra fiel aos casos envolvendo capoeiras no tempo em que o mesmo ainda era criança. Ele acreditava que a morte dos marinheiros estava relacionada com o impulso de ciúmes de Pedro Mineiro, quando este agrediu dois marinheiros por causa de Maria José. Entretanto, as razões do conflito são bem mais profundas do que imaginava Noronha. Sobre a localidade ele afirma ter ocorrido em um botequim de “propiedade de Galinho no Largo da Sé”.

Galinho aparece juntamente com Pedro Mineiro na lista organizada por Mestre Pastinha com nomes de antigos capoeiras desordeiros. Chamava-se, na verdade, Martiniano Gallo e foi ouvido como testemunha no processo judicial juntamente com os indivíduos “Virgilio Favella e Mário Dias Ribeiro, estes freqüentadores do botequim, e que assistiram o facto”.<sup>29</sup>

Noronha identificou ainda o chefe de polícia que atuava neste período, Dr. Álvaro Cova, o qual foi acusado por ele de proteger “estas allas de desordeiro na Bahia”. Não faltou à sua memória o tiroteio ocorrido na Secretaria de Polícia, que teve como consequência a morte de Pedro Mineiro. Sobre esse incidente o Jornal de Notícias publicou:

---

<sup>28</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 24

<sup>29</sup> *Jornal de Notícias*, 28/12/1914, p. 3

Terminado o depoimento do marinheiro Candido, que disse não poder escrever, foi chamado o seu companheiro João dos Santos, para assignar, a rogo, nos autos. Santos aproximou-se do escrivão Góes Tourinho e, sacando rapidamente de um revolver, alvejou a *Pedro Mineiro* ferindo-o no peito. Mineiro agarrou-se ao escrivão e o marinheiro descarregou mais 4 tiros, sobre elle, dois dos quaes o atingiram no hombro e na perna. Ferido correu até ao gabinete de identificação, onde cahiu.<sup>30</sup>

Pedro Mineiro foi acusado de ter sido o principal protagonista do crime de que foram vítimas os marinheiros. Por essa razão, foi a principal vítima do atentado ocorrido na Secretaria de Polícia, sendo atingido por vários tiros deflagrados pelo marinheiro João dos Santos. Não escapou também a este atentado o companheiro de Mineiro, Sebastião Pereira de Almeida, o provável capoeira de nome Bastião.<sup>31</sup> Este foi apunhalado dentro do mesmo estabelecimento por um outro marinheiro. Este atentado incomodou por demais as autoridades do Estado, sendo manifestado no inflamado officio endereçado ao comandante do Torpedeiro Piauí e assinado pelo Chefe de Polícia e Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, José Álvaro Cova:

É com vivo desgosto que, deixando, aqui mesmo, o meu protesto, vos communico o gravissimo attentado praticado por marinheiros do destroyer sob o vosso commando, na Repartição Central de policia, em audiencia publica do delegado de policia do 1ª circumscripção desta capital.

Foi esse attentado á bala e a punhal, levada a effeito contra presos, funcionários e assistentes, presentes á alludida audiência, por quatro dos ditos marinheiros requisitados a esse comando para deporem no processo o que respondem os indigitados auctores das mortes resultantes do conflicto, de ante-hontem, occorrido no botequim do Galo a rua do Saldanha, districto da Sé, e do qual, resultou, como consequências, além do desacato a auctoridade constituída no pleno exercicio de suas funcções, os ferimentos de que foram victimas dois dos aggredidos, um dos quaes está agonisante e o outro em grave risco de vida.<sup>32</sup>

Fica evidente que uma das principais preocupações de Álvaro Cova fora o “desacato a auctoridade constituída no pleno exercicio de suas funcções”, quando acusa os marinheiros não só de tentativa de homicídio, mas de um crime talvez considerado por ele muito maior: o desacato ao seu poder e autoridade de chefe de polícia. Inicia-se aí um debate entre os representantes do poder instituído. Atentemos para a resposta do comandante do Torpedeira Piauí, Carlos Alves de Souza:

Ao sr. Chefe de policia do estado da Bahia.

Recebendo às 20 horas e 40 minutos vosso officio desta data, tive o profundo desgosto de ser notificado de greve facto sucedido em audiência publica da delegacia de policia da 1ª circumscripção desta capital, com marinheiros da guarnição deste C. Torpedeiro, os quais, á

---

<sup>30</sup> Idem, 29/12/1914, p. 1.

<sup>31</sup> O nome “Bastião” é comumente utilizado como diminutivo de Sebastião, ou seja, é geralmente atribuído como apelido de quem tem nome de Sebastião.

<sup>32</sup> Officio publicado no jornal *Gazeta do Povo* em edição de 29/12/1914, p. 1-2.

requisição da mesma autoridade, fiz comparecer a sua presença, afim de deporem como testemunhas dos bárbaros e frios assassinatos praticados, ante-hontem, por indivíduos apontados pela voz publica e imprensa desta capital como agentes da policia secreta.<sup>33</sup>

Ao comentar o ofício do chefe de polícia, o comandante do Torpedeiro não mediu esforços para justificar a ação dos marinheiros, não de forma direta, mas indiretamente, quando lembra que o fato ocorreu em audiência pública durante o julgamento de indivíduos, apontados como agentes da policia secreta e acusados de serem autores do assassinato de dois marinheiros.

Foram várias as notícias publicadas pelos jornais locais que apontavam Pedro Mineiro acusado de ser o principal homicida, como secreta da polícia estadual. Esse capoeira teria relações com Álvaro Cova e J. J. Seabra, como registrado anteriormente. O referido caso deixou de ser um simples distúrbio de rua e passou a afetar as mais altas autoridades do governo estadual inclusive em suas relações com o governo federal, como foi noticiado pelo jornal *Gazeta do Povo*:

De referencia aos lamentáveis acontecimentos que se deram entre insubordinados praças de marinha e populares e que tiveram como epílogo o grave atentado do abusivo desrespeito de marinheiros da nossa armada as autoridades estaduaes, o exm. Sr. Governador do Estado recebeu do presidente da Republica o seguinte telegrama:

Dr. J. J. Seabra, Governador Bahia.De Palácio da presidência Republica, 30 – 12 – 914.Tenho a honra de comunicar a V. ex. que recebi e transmitto ao senhor ministro da Marinha o telegrama n. 340.200 de V. ex., afim de serem tomadas as providencias precisas.

Cordiaes saudações – Wenceslau Braz.<sup>34</sup>

Daí depreende-se que Seabra enviou um comunicado para o presidente da República justificando o ocorrido e solicitando “providencias precisas” sobre o caso. Era, portanto, uma questão envolvendo nomes de autoridades do Estado e do próprio partido de Seabra, a exemplo do delegado Álvaro Cova, que chegou a ponto de pedir demissão do cargo da chefatura de polícia.

#### DEMISSÃO NEGADA

Diante do ocorrido na delegacia da 1ª Circumscrição, o sr. Dr. José Álvaro Cova, digno chefe de policia escreveu ao sr. Dr. J. J. Seabra, governador do Estado, atenciosa carta, depondo em suas mão aquele cargo. Immediatamente, o sr. Dr. governador encarregou o sr. Arlindo Fragoso, secretário geral do Estado, de levar ao dr. Cova a recusa formal ao seu pedido e assegurar-lhe as afirmativas da confiança que continua a merecer do governo no desempenho de tão espinhosa missão.

À residência do dr. Cova compareceram os principais parceiros da política situacionista, conseguindo-se, após grande relutância, que aquela auctoridade retirasse o seu pedido de exoneração.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Idem, 30/12/1914, p. 1-2.

<sup>34</sup> In: *Gazeta do Povo*, 01/01/1915, p. 01.

<sup>35</sup> *Jornal de Notícias*, 29/12/1914, p. 1.

Seabra não aceitou o pedido de demissão de Cova. Não encontramos informações mais precisas que nos revelassem as razões que justificassem o chefe de polícia pedir exoneração, a não ser seus vínculos com Pedro Mineiro. Entretanto, o fato dele receber em sua casa uma comitiva da política situacionista buscando convencê-lo, aponta para a possibilidade de ser este caso muito mais complexo do que o que nós conseguimos evidenciar. Cova, com o seu afastamento, também quis livrar-se de comprometimentos maiores e, até mesmo, ao governador Seabra e essa reunião em sua casa não representou simplesmente reconciliação com o governo e sim uma forma de “abafar o caso”.

Em 1920 o *Diário de Notícias* publicou uma matéria sobre Álvaro Cova com uma série de acusações contra o delegado. O articulista lembrava de uma série de casos polêmicos ocorridos na Cidade do Salvador e acusava Covas de ser o principal responsável, apelidando-o de facínora e assassino. O caso de Pedro Mineiro não escapou à memória do articulista:

Pode ter a coragem de falar de movimentos sediciosos a pessoa que preparou a chacina do Conselho Municipal e depois conseguiu que Pedro Mineiro morresse no hospital, quando melhorava e ia confessar quais os mandantes daquela mortandade?<sup>36</sup>

A associação do delegado Covas a indivíduos apontados como capangas violentos e notórios criminosos, sendo alguns destes identificados como capoeiras, na Cidade do Salvador, a exemplo de Pedro Mineiro, ocorreu durante todo o período dos governos *seabristas*, ou seja, tanto na gestão de Antônio Moniz (1916-1920) quanto nas duas administrações de J. J. Seabra (1912-1916 e 1920-1924).

Na última gestão de Seabra, grande polêmica gerou-se em torno do estranho assassinato do ex-guarda civil Inocêncio Firmino de Souza, conhecido por Inocêncio Sete Mortes e apontado também pela imprensa local como capanga de Antonio Moniz, durante o seu governo. Era Sete Mortes também registrado, pela memória da capoeiragem baiana, como um indivíduo pertencente ao rol dos valentes capoeiras da Salvador republicana.

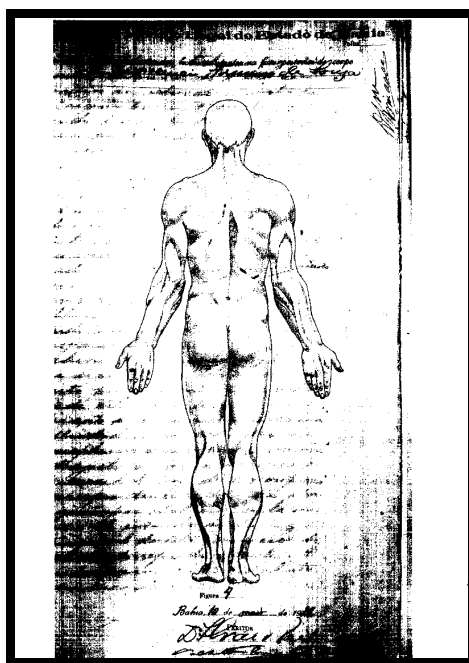
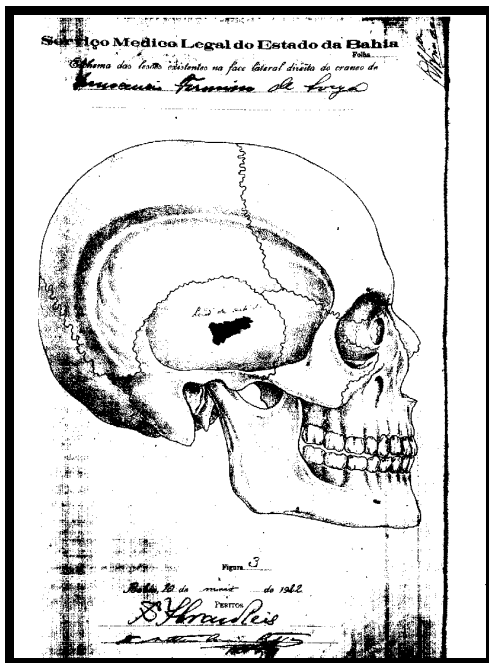
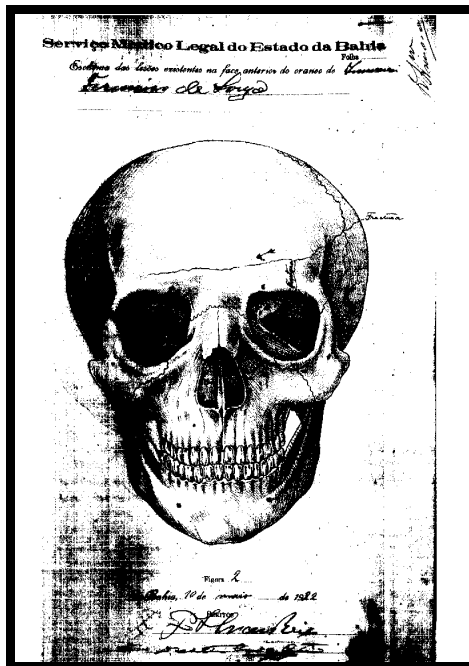
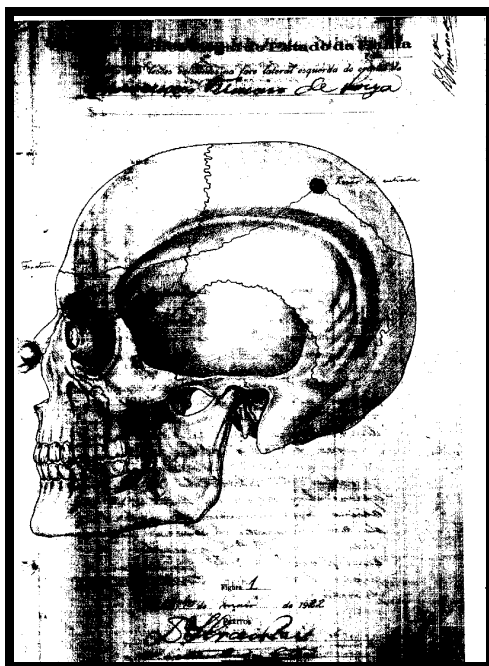
Era maio de 1922, no bairro Mont Serrat, Cidade do Salvador. Sobre o chão estava depositado um cadáver como sendo de um indivíduo de constituição forte, sua altura media 1, 79 cm. Com o peso de 91 quilos, mestiço de cabelo preto encaracolado, olhos pequenos e dentes amarelos, o mesmo vestia calça de brim pardo e camisa de algodão branco. Com uma perfuração na cabeça e duas nas costas, sendo a primeira originária de arma de fogo e as

---

<sup>36</sup> *Diário de Notícias*, 03/01/1920, p. 01.

outras duas conseqüentes de arma branca, ali estava o capoeira Inocêncio Sete Mortes.<sup>37</sup> A violência de seu assassinato pode ser conferida com o laudo elaborado pelo Instituto Médico Legal, como vemos a seguir:

**SERVIÇO MÉDICO LEGAL DO ESTADO DA BAHIA**  
Esquema das lesões existentes no cadáver de Inocêncio Sete Mortes<sup>38</sup>



<sup>37</sup> Laudo do Exame de Corpo de Delito anexado às peças do processo crime de Inocêncio Firmino de Souza, vulgo “Sete Mortes” em 1922 (vítima). APEB: Seção Judiciária, Est. 195, cax. 2. doc. 5.

<sup>38</sup> Esquema das lesões: f. 1: lesões existentes na face lateral esquerda do crânio; f. 2: lesões existentes na face anterior do crânio; f. 3: lesões existentes na face lateral direita do crânio; f. 4: lesões existentes na face posterior do corpo. Essas identificações encontram-se transcritas no cabeçalho dos respectivos documentos.

Inocência Firmino de Souza, conhecido por Sete Mortes, foi um nome que não se ausentou das principais referências aos capoeiras que viveram em Salvador no período estudado. Os trabalhos citados de Mestre Pastinha, Mestre Noronha, Jorge Amado, Waldeloir Rego e Jair Moura dentre outros não deixaram de lembrar deste capoeira. Merecem destaque nessa questão os trabalhos de Jorge Amado e Noronha por detalharem informações sobre Sete Mortes.<sup>39</sup>

Nos manuscritos do Mestre Noronha, Sete Mortes aparece em vários momentos quando o autor trata das zonas de desordem e capoeiragem na Cidade de Salvador, mas a informação mais precisa neste trabalho encontra-se em uma lista que o mesmo organiza, onde ele identifica o local de moradia e ocupação desse capoeira: “Inocência 7 Morte Boa Viagem cabo eleitoral”.<sup>40</sup>

No romance *Tenda dos Milagres* em algumas passagens que narram as peripécias dos secretas do delegado Pedrito, na “campanha civilizadora” contra o povo de santo, sambistas e capoeiras, aparece um personagem de nome Inocência Sete Mortes. Segundo Jorge Amado, ele seria membro da Guarda Civil e pertencia à “malta de facínoras, os assassinos a serviço do delegado auxiliar”.<sup>41</sup> Sete Mortes compõe o quadro de secretas do chefe de polícia:

Nas anti-salas de Polícia, reunidos a companheiros da mesma nobre estirpe — Beato Ferreira, Leite de Mãe, Inocência Sete Mortes, Ricardo Cotó, Zé Alma Grande —, os quatro heróis da batida vespertina, comentaram a prisão de Pombo e o fim de um reinado...<sup>42</sup>

Em um outro trecho, encontramos:

Na mesma tarde por volta de dezoito horas, em companhia de Zé Alma Grande, Inocência Sete Mortes, Mirandolino, Zacarias da Goméia, Ricardo Cotó, em risadas e ameaças, o secreta da delegacia auxiliar Samuel Cobra Coral, assassino preso em flagrante e entregue a polícia para ser posto à disposição da justiça, passou em frente ao Beco das Baronesas onde o corpo de Manuel de Praxedes estava sendo velado por companheiros e amigos.<sup>43</sup>

Ao cruzarmos a narrativa de Jorge Amado com a documentação consultada, encontramos evidências que apontam para a possibilidade do personagem fictício Inocência

---

<sup>39</sup> Nos outros trabalhos citados aparece apenas o seu apelido (Sete Mortes) listado junto aos de outros capoeiras.

<sup>40</sup> COUTINO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit. p. 65. Como veremos Sete Mortes é apontado como capanga político do grupo *seabrista*, mais especificamente do ex-governador Antônio Moniz.

<sup>41</sup> AMADO, Jorge. *Tendas dos Milagres*. Op. cit., p. 275.

<sup>42</sup> Idem, p. 244.

<sup>43</sup> Idem, p. 249.



Sete Mortes ter sido inspirado no Inocência da vida real, pois não escapou ao autor nem mesmo a participação deste na galeria histórica dos capoeiras baianos:

No recinto da Escola demonstraram valor e competência, todo o seu saber, os grandes mestres: Querido de Deus, Saverista, Chico da Barra, Antônio Maré, Zacaria Grande, Piroca Peixoto, Sete Mortes, Bigode de Seda, Pacífico do Rio Vermelho, Bom Cabelo, Vicente Pastinha, Doze Homens, Tiburcinho de Jaguaripe, Chico Me Dá, Nô da Empresa e Barroquinha.”<sup>44</sup>

Em nenhuma dessas referências faz alusão ao assassinato do capoeira Inocência Sete Mortes, nem mesmo na cantiga, como ocorreu com o conflito que resultou na morte de Pedro Mineiro. Encontramos tal fato registrado nos jornais e nos autos do inquérito que trata do homicídio do capoeira, como consta no texto de acusação do crime de morte que fez vítima o referido:

Chegando ao conhecimento desta delegacia ter sido assassinado hoje, pela manhã, no Alto do Monte-Serrate Inocência Firmino de Souza, o escrivão notifique aos Doutores Álvaro Borges dos Reis e Anthero Correia Cotias para procederem o exame cadavérico e intimar a Medrada Firmina da Rocha para ser ouvida em auto de perguntas e bem assim ás pessoas que tenham sabido do fato para prestarem os seus depoimentos.<sup>45</sup>

O assassinato de Inocência Sete Mortes despertou violentas críticas da oposição ao grupo político em gestão. Dentre as notas que preencheram páginas inteiras da imprensa oposicionista, uma das mais provocantes e acusadoras ao governo situacionista foi de autoria do *anti-seabrista* e famoso jornalista Ernesto Simões Filho:

Logo que soube do assassinato de Sete Mortes, eu recomendei á reportagem de “A Tarde” que trouxesse notas muito completas, principalmente sobre as homenagens que os seus correligionários sem dúvida alguma lhe prestariam. Bem conhecendo a ingratidão dos homens políticos, tinha por certo que ellas seriam menos pomposas, hoje, que os seus préstimos não eram tão solicitados, doque a dois annos passados, quando elle ostentava o seu porte athletico rigorosamente envolvido em sobrecasaca negra, chapéo alto e luvas *griperle* (depois do dr. Seabra, que é incontestavelmente um janota, Sete Mortes era quem melhor se vestia no seu partido), ás janelas do palacio da Aclamação e Rio Branco, da residência particular do seu chefe na Victoria ou, ao lado deste, de *landaulet*, como a Bahia inteira testemunhou, quando o sr. Seabra veio tomar posse de seu segundo quadriênio (...). De facto quando a cidade foi em romaria a N. S. do Bofim ouvir a missa de acção de graças por ter o conselheiro Rui Barbosa regressado do sertão em paz (...) o sr. Antônio Muniz (era confissão de Sete Mortes) mandou-o de sobrecasaca negra, chapéo de pelo e luvas *gris-perle* postar-se á porta central do templo. A sua figura lombrosiana chamou a attenção do augusto brasileiro. Disse-lhe quem era. O conselheiro encarou-o bem...<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Idem, p. 14. Mesmo não fazendo referência a Sete Mortes como capoeira no decorrer do romance, este não ficou de fora da galeria dos inesquecíveis capoeiras da Bahia, como se vê no trecho referido, extraído do citado romance.

<sup>45</sup> Processo crime de Inocência Firmino de Souza. Op. cit., p. 2.

<sup>46</sup> *A Tarde*, 11/05/1922, p. 1.

O trecho foi escrito pelo proprietário do jornal *A Tarde*, neste período, um dos principais e mais poderosos periódicos *anti-seabrista* que circulava em todo Estado da Bahia. Nele são registradas sérias e irônicas críticas ao grupo *seabrista* e a duas de suas principais lideranças, J. J. Seabra e Antônio Moniz.

Simões Filho insinuava pertencer Sete Mortes ao partido *seabrista*, associando-o ao líder partidário J. J. Seabra, inclusive, comparando suas vestes como estratégia de personificação entre eles. O capoeira Sete Mortes é apresentado pelo autor do artigo como um capanga *seabrista*, tendo inclusive prestado serviço de segurança pessoal ao próprio conselheiro Rui Barbosa, acusando Antônio Moniz de mandante dos sicários serviços. Entretanto, Simões Filho não deixa de acusar Sete Mortes de notório criminoso, intitulando-o de “figura lombroseana”.<sup>47</sup>

Afirma ainda o jornalista que, com certeza, seus correligionários prestariam homenagens à vítima de tal cruel assassinato. Tais homenagens não seriam tão pomposas já que seus serviços há algum tempo não eram solicitados por esses homens políticos e por conta da ingratidão dos mesmos. Sensibilizado pelo desprezo dispensado ao cadáver de Sete Mortes: “lá estava jogado á lage do necrotério como um defunto vulgar”, Simões Filho resolveu reparar a ingratidão (claro que se trata de uma irônica provocação) dos “amigos” de Sete Mortes e, assim como fez, segundo ele, com “todas as vítimas do governo Moniz em praça publica”, providenciou uma “modesta, mas decente capela” e a mandou colocar aos pés do desprezado cadáver. Mas não foi por menos este ato de caridade do proprietário de *A Tarde*, pois fixou na referida capela uma legenda com os seguintes dizeres: “Ao herói do meu governo em 28 de Maio de 1918 e 25 de Março de 1919, gratidão de Antônio Moniz”.<sup>48</sup>

As provocações de Simões Filho acusando os *seabristas* de utilizarem os sicários serviços de Sete Mortes não se resumem ao que foi aqui exposto, são várias as notícias em que o jornalista faz referência a desregramentos políticos por parte do referido grupo partidário. Ressalte-se que nem todas as matérias veiculadas por esse periódico conta com sua assinatura. Entretanto, estas são consentidas por ele uma vez que é o proprietário deste órgão e declarado inimigo político do referido grupo.

Sobre o atentado de 25 de março de 1919, referido por Simões Filho na irônica legenda citada anteriormente, do qual foi ele próprio uma das vítimas baleadas por policiais

---

<sup>47</sup> Essa expressão é uma referência à Cesare Lombroso, criador da criminologia . Este teórico preocupava-se em entender o criminoso para resolver o problema do crime, o qual era considerado por ele um fenômeno espontaneamente natural. Assim sendo, a alusão feita a Inocêncio Sete Mortes era de um típico criminoso. Ainda neste capítulo teceremos algumas considerações sobre as teorias *lombrosianas*.

<sup>48</sup> *A Tarde*. Op. cit.

em praça pública, afirma o professor Luis Henrique Dias Tavares, ao falar da vinda de Rui Barbosa à Bahia:

Sua vinda à Bahia motivou concorridas manifestações, apesar do temor da repetição das violências policiais cometidas dias antes de sua chegada no comício em que Simões Filho e Medeiros Neto foram baleados.<sup>49</sup>

A violência era uma prática recorrente nos comícios públicos. Neste, Inocêncio Sete Mortes era um dos policiais apontados como autor dos disparos, como foi enfatizado em notícia publicada por *A Tarde* com o sugestivo título: “O fim de um facínora”:

Já criminoso afamado e temido, várias vezes inutilmente processado, porque sempre o protegiam os mandões que se utilizavam de seus serviços, a sua maior celebridade data, porém, do governo do sr. Antônio Moniz, cuja objecção chegou ao ponto de chamar para junto de se os mais notórios profissionais do crime, fazendo-os colaboradores íntimos e preciosos agentes das chacinas que ordenava contra o povo, dos assaltos aos jornaes que o combatiam, dos fuzilamentos na praça pública, de vultos em evidência na política oposicionista, como aconteceu a 25 de março de 1919.

Inocêncio Sete Mortes deixou a cadeia de Juazeiro, onde respondeu a jury por homicídio e foi absolvido sobre a pressão da política situacionista, para ser nomeado guarda civil, (...) foi elle o instrumento armado contra o diretor *d'A Tarde*, por exemplo cujo chauffeur veio a ferir de morte no assalto da polícia ao Diário da Bahia.<sup>50</sup>

O assassinato de Inocêncio Sete Mortes foi um mistério assim como outros ocorridos paralelamente e que tinham como vítimas indivíduos apontados como capangas políticos. Este foi o caso de “Ângelo Zacharias da Luz, que tambem accudia ao vulgo de ‘Zacharias Preto’, tinha 37 annos, era solteiro e morava na avenida S. Domingos, no Tanque da Conceição”.<sup>51</sup>

O crime ocorreu na madrugada do dia 9 para o dia 10 de maio no Bom Gosto da Calçada, a vítima era conhecida no distrito de Mares como desordeiro perigoso.<sup>52</sup> Na verdade pertencia Zacarias ao grupo de capangas do qual muitos eram capoeiras, inclusive o principal acusado de ser o autor de seu assassinato:

O desordeiro assassinado á meia noite era companheiro mais ou menos inseparável do conhecido agente de desordens Samuel, também designado por “Samuel do Cova”, por ser um dos mais graduados capangas da guarda negra organizada durante o governo Moniz, que disso encarregou o próprio chefe de polícia, sr. Álvaro Cova, enquanto o deputado Lauro Lopes arregimentava especialmente os estivadores.

Pois bem, Zacharias e Samuel, ultimamente andavam ruscados, rusga que chegara a se constituir inimizade figadol.

---

<sup>49</sup> TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Op. cit.

<sup>50</sup> *A Tarde*, 10/05/1922, p. 1.

<sup>51</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>52</sup> Vale destacar que o endereço citado onde ocorreu o assassinato de Zacarias situava-se nas localidades da residência de Inocêncio Sete Mortes, assim como do próprio acusado de ter assassinado Zacarias, o capoeira Samuel da Calçada. Acreditamos tratar-se do capoeira Zacarias Grande, pois este aparece nas listas de nomes já referidas juntamente com Samuel da Calçada e outros capoeiras. Como veremos adiante era Zacarias amigo de Samuel.

Não estaria por aí a boa pista 7.  
Parece...<sup>53</sup>

O Samuel citado na notícia tratava-se do capoeira Samuel da Calçada, o qual, como já discutimos anteriormente, compunha a lista dos capoeiras que gozava da proteção de figurões políticos da Cidade do Salvador, como já atestara o Mestre Noronha e Jair Moura.<sup>54</sup> O sugestivo apelido “Samuel do Cova” é uma referência ao chefe de polícia Álvaro Cova, também citado na notícia, em torno do qual muitos desses indivíduos atuavam, inclusive o próprio Zacarias, como informou a referida notícia. Era ele amigo de Samuel e juntamente com este pertencia à guarda negra criada pelo Dr. Álvaro Cova no governo de Antônio Moniz. Com isso, o assassinato de Zacarias Preto não passou de mais um crime misterioso envolvendo capangas dos citados políticos na capital baiana no ano de 1922.<sup>55</sup>

A proteção que usufruía Samuel da Calçada ou o seu exercício de poder social pode ser constatado em um crime de que o mesmo foi o principal acusado, ocorrido na Rua Saldanha, em 1917, tendo como vítima o senhor Manoel Fabiano da Conceição. A consequência do inquérito instaurado foi o arquivamento do processo.

Ex<sup>mo</sup> Snr. D<sup>r</sup> Juiz de Direito da 1 Vara Crime

O Promotor Publico da 1<sup>a</sup> Circumscrição Criminal, uzando das atribuições que a lei lhe confere, vem perante V. E<sup>xa</sup> denunciar Samuel Luiz da França, com 42 anos de idade, solteiro, natural deste Estado e residente ao Bom Gosto da Calçada, pelo facto delictuoso que passo a relatar.

Do inquérito junto procedido pela auctoridade policial do districto da Sé, sobre o facto de ter cahido a rua de uma janela do prédio n. 17, do Saldanha, na madrugada de 26 de maço do corrente anno o individuo Manoel Fabiano da Conceição que alli se achava, numa festa, em companhia de muitas outras pessôas, colhem-se indícios de que o denunciado, depois de ter partido o candieiro que alumiaava a sala da festa, aproveitou-se da escuridão e precipitou da janela sobre o solo o offendido, recebendo este, na queda, as lesões descriptas no auto de exame de corpo de delicto de fls. 20 e 21, em consequência das quais vem a soffrer de serias perturbações mentaes, sendo recolhido ao Asylo de São João de Deus, onde faleceu a 29 de Abril. Embora de moléstia extranha ás lesões recebidas . E como assim, procedendo, haja o denunciado commetido o crime previsto no art. 304 do Código Penal, esta Promotoria offerece a presente denuncia para que julgada provada, seja o denunciado punido com as formas da lei.<sup>56</sup>

A denúncia feita contra Samuel da Calçada trata de um crime de morte. A vítima Manuel Fabiano da Conceição, depois de lançado pela janela pelo acusado, não suportou a

---

<sup>53</sup> *A Tarde*, 10/05/1922, p. 2.

<sup>54</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 61; MOURA, Jair. *Mestre Bimba...* Op. cit. p. 60.

<sup>55</sup> O ano de 1922 suscita uma investigação mais precisa no universo social dos capoeiras em Salvador, pois o Mestre Noronha se refere a este período com a sugestiva expressão: “os bambas da hera de 22”. COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cot., p. 31.

<sup>56</sup> Processo crime movido contra Samuel Luiz da França, em 1917. APEB: Seção Republicana: Est. 191, cax. 2, doc. 22, p. 2.

queda vindo a falecer a 29 de abril daquele ano. Muitos dos que presenciaram o crime não tiveram coragem de denunciá-lo às autoridades policiais. Inclusive, um destes era um inspetor policial que atuava naquele distrito. No Auto de Perguntas feitas a Esmeraldo Eleutério dos Santos, irmão da vítima, sobre o porque não denunciaram Samuel, ele afirma o seguinte:

Perguntado: o motivo de todos esconderem o crime, inclusive, o senhor João Baptista de Santa Isabel, que como inspetor policial no distrito alli esteve por ter sido chamado por Misael José Ernesto? – Respondeo: que a Samuel de tal, e todos terem medo d'elle. Perguntado: poque elle respondente não compareceo á auctoridade competente para dar queixa, visto tratar-se de seo irmão? – Respondeo: que todos que conhecem o senhor Samuel aconselhavam-n'õ a que elle nada dissesse.<sup>57</sup>

Fica evidente a razão pela qual um inspetor de polícia e o irmão da própria vítima não se manifestaram em denunciar Samuel no momento em que praticou a ação, mas apenas confirmaram a acusação em Autos de Perguntas. Era Samuel, e a comunidade sabia disso, protegido de pessoas poderosas, inclusive, do próprio chefe de polícia Dr. Álvaro Cova pertencente ao grupo de Seabra.

A denúncia de capangagem política entre os *seabristas* exercida pelos capoeiras é algo que desde o primeiro governo Seabra evidenciamos. Simões Filho, o ferrenho opositor dos *seabristas* não escapou do objeto de suas acusações: o serviço de capangagem. Atentemos para o que informou o jornal *Gazeta do Povo*, em notícias publicadas no ano de 1915:

O desordeiro *Beimol*, capanga do sr. Simões Filho, administrador do Correio e diretor do *A Tarde*, hontem, á noite, praticou desatinos no Pilar, dando em seguida as de *Villa-Diogo* sem que a polícia conseguisse prendel-o.

*Beimol* já tem sido presos diversas vezes como faquista e barulhento.

Agora, anda a serviço do moralista Simões Filho, como seu “Guarda-Costas”.<sup>58</sup>

Era mais um caso do serviço de capangagem política exercida por capoeiras na Cidade de Salvador. Segundo Mestre Noronha, *Beimol* era funcionário do Correio Federal e marinheiro do Ministério da Guerra, talvez por essa razão se tornou notório no meio da capoeiragem como *Beimol do Correio*.<sup>59</sup>

O *Gazeta do Povo* continua no encalço do “capanga do sr. Simões Filho”, ou melhor, no encalço do próprio jornalista. Em 21 de janeiro de 1915 este periódico divulgou uma nota

---

<sup>57</sup> Idem, p. 6 (frente e verso).

<sup>58</sup> *Gazeta do Povo*, 20/01/1915, p. 1.

<sup>59</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola: os manuscritos do Mestre Noronha*. Op. cit., p. 65. Na lista de nomes elaborada por Noronha acompanha *Beimol* um outro capoeira que também é apontado como funcionário dos Correios é o famoso Fucinho de Porco, sobre o qual só encontramos referências nas listas de nomes elaboradas pelos mestres capoeiras que referimos ao longo deste trabalho. Sobre *Beimol do Correio* ver também: BOLA SETE, Mestre. *A capoeira Angola na Bahia*. Op. cit., p. 25 e PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola*. Op. cit., p. 25.

onde citava, mais uma vez, o “celebre desordeiro Beimol”.<sup>60</sup> Nesta notícia o articulista acusa Simões Filho de não reconhecê-lo como seu capanga. A matéria não informa em qual situação encontrava-se Beimol, para reclamar o reconhecimento por parte do seu provável protetor. Entretanto, o teor da notícia oferece indícios que criam a possibilidade de ter sido Beimol preso e solicitado o auxílio de seu “chefe”, o que era comum entre políticos e seus capangas.

Ernesto Simões Filho, José Joaquim de Seabra, Antônio Moniz e Álvaro José Cova são grandes nomes da história política da Bahia da Primeira República, e, alguns desses compõem o panteão da cultura cívica baiana. A capangagem política na Bahia desse, período não foi uma prática circunscrita apenas ao universo coronelista do interior do Estado. Na vida urbana da capital baiana, associados à experiência cotidiana e política desses “figurões” estavam os capangas, os sicários, os temíveis capadócios e entre esses estavam os capoeiras.

À sombra dos capoeiras, muitos políticos importantes assumiram o poder na Bahia da Primeira República. Famosos capoeiras registrados pela memória na cantiga, na crônica e na literatura, tiveram consciente ou inconscientemente participação no processo político-partidário que compõe um importante capítulo da história social da Bahia. Para isso muitos morreram, outros mataram e outros até responderam a processos criminais aí, compondo um outro capítulo dessa mesma história: a história de Cosme de Farias, “o advogado dos pobres”.

### **3. 2. “O advogado dos pobres”: Cosme de Farias e os capoeiras**

A coleção *Memórias da Bahia*, obra composta por 12 revistas formadas de pequenas biografias de personalidades da história e cultura da sociedade baiana, traz no seu primeiro volume, em um de seus artigos, uma história que ora passamos a relatar.<sup>61</sup>

Em uma das várias seções do Tribunal do Grande Júri na Cidade do Salvador no ano de 1895, um juiz de nome Vicente Tourinho perguntou à platéia quem poderia defender um negro acusado de ter roubado a importância de 500 réis e que fora abandonado pelo seu advogado à beira do Júri. Quando “um rapazola mulato, traços grosseiros e cara de menino” se pronunciou aceitando o desafio, sem ao menos conhecer as peças do processo e o acusado. Depois de uma rápida leitura nos autos, o réu Abel Nascimento foi absolvido. O argumento da defesa foi nada mais que: “a falta de oportunidade na vida o conduziu ao crime”.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> *Gazeta do Povo*, 21/01/1915, p. 1.

<sup>61</sup> CELESTINO, Mônica. “Cosme de Farias: advogado dos pobres”. In: *Memórias da Bahia*. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo S. A., 2002, v. 1.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 10.

O citado “rapazola mulato” de “traços grosseiros” era Cosme de Farias, considerado o último rábula da Bahia e um dos advogados interinos (o mesmo tinha apenas o curso primário) que mais ganhou causa considerada perdida. Atuou durante sua trajetória de vida em mais de 30 mil processos judiciais, foi “apontado como o campeão de *habeas-corporis* da Bahia, quiçá do país”.<sup>63</sup>

Nascido em São Tomé de Paripe, subúrbio de Salvador, em 1875, ingressou em uma escola situada na freguesia da Conceição da Praia em 1881, onde cursou apenas o primário. Seria o bastante para se tornar vereador, deputado estadual, importante ativista social tendo, como rábula, defendido “mais de 30 mil ladrões, prostitutas, bicheiros, homicidas, homens e mulheres caluniados, pobres que mofariam na cadeia sem dar a sua versão dos fatos”.<sup>64</sup> Muitos desses “criminosos” ou ludibriados réus defendidos por Cosme de Farias eram capoeiras, dos quais selecionamos alguns casos.

#### IMPRONUNCIA E SOLTURA

Anti-hontem, á tarde, foi posto em liberdade Sebastião Pereira de Almeida, visto ter sido impronunciado pelo dr. Vergne de Abreu, ilustre juiz de direito da 1ª Circunscrição Criminal.

Este indivíduo que se achava recolhido á Casa de Correção e teve como defensor o major Cosme de Farias, era apontado como um dos auctores do assassinio de dois marujos do caçatorpedeiro *Piauhy*, factio que teve logar há cerca de 3 mezes, na rua Saldanha.

Aquelle digno juiz assim procedeu devido á inesistencia absoluta de provas, nos autos, que denunciasses a criminalidade do accusado.<sup>65</sup>

Sebastião Pereira de Almeida era o nome do capoeira Bastião, companheiro de Pedro Mineiro, juntamente com o qual se envolveu no conflito referido na notícia, questão discutida anteriormente. O que nos interessa em retomar o caso do Saldanha é na verdade, o recurso utilizado por Cosme de Farias para conseguir a liberdade judicial de Bastião.<sup>66</sup>

A inexistência absoluta de provas que denunciasses o crime do qual o réu era acusado foi o seu argumento. Bastião foi denunciado pelo dr. Clóvis Spínola, promotor público da Primeira Circunscrição Criminal, como incurso no art. 294 § 2º do Código Penal, o qual pune o crime de morte. A penalidade do parágrafo segundo é de “prizão cellular de seis a 24

---

<sup>63</sup> Idem, p. 10-11.

<sup>64</sup> Idem, p. 8.

<sup>65</sup> *Gazeta do Povo*, 24/03/1915, p. 2.

<sup>66</sup> Além da defesa de Bastião, Cosme de Farias conseguiu ainda uma ordem de *habeas corpus* em “favor de Conrado José dos Santos, preso na correção e indigitado como um dos personagens que tomara parte no conflito da rua do Saldanha e que teve como resultado a morte de 2 marinheiros do caça-torpedeiro *Piauhy*.” *Gazeta do Povo*, 14/02/1915.

annos”.<sup>67</sup> Assim, escapou o capoeira Bastião de cumprir uma árdua pena, graças ao pedido de *habeas-corporis* emitido pelo “advogado dos pobres”.

Uma das peculiaridades do rábula baiano era o “componente emocional”, “preferia o abalo psicológico dos acusadores, do réu, dos jurados e da audiência, ao aparato jurídico, da lógica forense e dos preceitos legais”.<sup>68</sup> Um outro elemento muito recorrente em suas elaborações era a negação da razão do indivíduo no momento em que cometeu o crime, inclusive, este foi o argumento que utilizou em defesa de Pedro Celestino dos Santos, o capoeira Pedro Porreta, em um conflito anteriormente citado, mas que retomaremos para algumas reflexões.

No dia 6 de maio de 1931, Pedro Porreta se desentendeu com sua companheira Josepha Alves de Araújo à porta de um pequeno armazém situado nas proximidades da rua da Assembléia, no distrito da Sé. Perdendo o controle (ou com bastante consciência do que fazia!), Pedro Porreta agrediu a sua companheira que tombando ao chão teve o rosto seriamente machucado. Efetuada a prisão do agressor, o mesmo foi denunciado pelo promotor público da Primeira Circunscrição Criminal, incurso no art. 303 do Código Penal, por crime de lesões corporais.

As razões que levaram a este conflito, já conhecemos. Interessa-nos aqui analisar o argumento de defesa de Cosme de Farias e absolvição do réu frente às acusações da promotoria, segundo peças do inquérito. O documento consultado sugere não haver dúvidas da responsabilidade do crime cometido pelo notório capoeira, como bem registra o auto de prisão em flagrante delito:

Compareceu Milchiade Correia de Almeida (...). Compromissado na forma da lei, disse que as dezoito horas e poucos minutos procedeu em flagrante delicto o individuo de nome Pedro Celestino dos Santos, vulgo “Pedro Porreta”, na ocasião em que acabava de ferir uma mulher de nome Josepha Alves de Araújo, na rua da Assembléia, districto da Sé, dentro do armazém número trinta e oito, logo, sendo testemunhas os seus collegas de número cento e vinte e nove e cento e cessenta e cinco, não sabendo pela offendida que assim tenha procedido porque ella sendo sua amasia não tinha preparado a comida, durante o dia, sendo a offendida conduzida para a assistência Publica (...). Passando o Doutor Delegado a interrogar o condenado Pedro Celestino dos Santos, conhecido por “Pedro Porreta”, com vinte e seis annos de idade, solteiro, natural deste Estado, carregador, residente a rua do Saboeiro em número vinte e quatro, do districto da Sé; não sabendo ler nem escrever, disse que sua amasia Josepha estava bebendo na venda á rua da ajuda em vez de cuidar de lavar a sua roupa e depois da discussão deu-lhe um murro e esta caindo bateu com a cara nas pedras ferindo-se, sendo logo preso por guardas civis e conduzido para esta Delegacia.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> CODIGO PENAL... Op. cit. p. 439-440.

<sup>68</sup> CELESTINO, Mônica. “Cosme de Farias...”. Op. cit., p. 11.

<sup>69</sup> Processo crime movido contra Pedro Celestino dos Santos, vulgo “Pedro Porreta”, em 1931. APEB: Seção Judiciária: Est. 210, cx. 220, doc. 1, p.6.



Milchiade Correia de Almeida foi o guarda civil responsável pela autuação e prisão de Pedro Porreta (contando com a ajuda de outros policiais). O policial autuou o capoeira em flagrante delito e confirmou na “forma da lei” a agressão exercida pelo acusado. Este por sua vez, em depoimento, confirmou ter agredido a sua companheira com “um murro e esta caindo bateu com a cara nas pedras ferindo-se”. Portanto, seria ele um réu confesso.

Pedro Porreta acusou sua companheira de estar “bebendo na venda” ao invés de “lavar a sua roupa”. Em seu depoimento, a acusação muda de foco e o mesmo tenta justificar a sua ação. Pedro passou a ser vítima e Josepha ré, pois, não é digno de uma “mulher de bem” beber na venda e não cumprir com o seu papel de dona de casa: fazer a comida e lavar a roupa de seu companheiro. Identificamos aí a legitimação dos papéis sociais. Josepha quebrou com a norma de comportamento feminino. A mulher deveria obedecer ao marido e se limitar ao espaço doméstico. Não está em discussão se Pedro Porreta tinha razão em relação às acusações que fez a Josepha. O certo é que não foi Josepha a acusada de espancamento e incurso no art. 303 do Código Penal, e sim, Pedro Porreta. Entretanto o agressor da pobre mulher foi absolvido e em menos de um mês estava em liberdade.

Pelo Denunciado

Não agem, no caso em que apreço, o denunciado com intenção de linquir.

O seu gesto foi impulsivo. Não houve, assim, o duelo, que caracterize a figura judiciária do artigo 303 do código Penal Brasileiro.

Nestas condições, por tanto, espero que o, meretíssimo e illustrado Dr. Juiz sumariante que é, sem haver uma brilhante inteligência e uma glória da magistratura bahiana decrete a impronuncia do denunciado, por ser a mesma de inteira justiça.

Bahia 1 de junho de 1931

Cosme de Farias<sup>70</sup>

O argumento de Cosme de Farias, “pelo denunciado”, foi a não caracterização da figura jurídica do art. 303 do Código Penal, ou seja, o acusado não tinha a intenção de ferir a vítima. Entretanto, em documento endereçado ao juiz da referida Circunscrição Criminal, o rábula utilizou um recurso eficiente, enalteceu exacerbadamente a pessoa do magistrado insinuando ser ela um símbolo da justiça baiana. Foi o bastante. Pedro Celestino dos Santos, vulgo Pedro Porreta, acusado do crime de lesões corporais, foi absolvido enquanto sobre a sua vítima, não sabemos em que situação de saúde ficou.

O termo de resposta do júri que absolveu Pedro Porreta dizia que “o réu no acto de commetter o crime achava-se em estado de completa perturbação de sentido e de inteligência”.<sup>71</sup> Como já vimos essa era uma característica peculiar de Cosme de Farias. Ele

---

<sup>70</sup> Idem, p. 30.

<sup>71</sup> Idem, p.7. Já fizemos referência a essa questão no Capítulo II.

pode ter influenciado o júri a tal decisão. Para reforçarmos essa questão selecionamos um outro caso onde o rábula defende da acusação de crime de lesão corporal, o capoeira Chico Três Pedacos, como passamos a relatar.

Na noite de 23 de julho de 1927, à Rua das Flores, distrito da Rua do Paço, foi preso em flagrante delito o indivíduo João Francisco Pires, conhecido por Três Pedacos, acusado de ferir com uma cabeçada a José Raymundo dos Santos.<sup>72</sup> Na versão da provável vítima, Três Pedacos teria entrado no estabelecimento comercial de nome “Café Para Todos”, situado àquela localidade, e pedido um pouco de café, o que lhe foi servido. Logo em seguida o referido capoeira teria proferido obscenidades, o que não foi do agrado de José Raymundo dos Santos, servidor daquele estabelecimento.

Ao repelir, segundo ele, o comportamento de Três Pedacos, foi agredido pelo mesmo, tendo seus lábios atingidos por uma violenta cabeçada. Naquele instante teria comparecido uma praça de polícia e conduzido o agressor à Delegacia da Segunda Circunscrição.<sup>73</sup>

A versão do acusado foi outra completamente diferente. Três Pedacos negou a agressão a ele atribuída.

O acusado declarou que a noite de 23 de julho entrou no “Café Para Todos”, a rua das Flores, afim de tomar café e que ao encontrar-se ali com um seu conhecido de nome “Matta Escura” com este teve uma discussão, ultimada com a retirada do mesmo Matta Escura; que, quando se achava fora do “Café Para Todos” foi preso e conduzido para esta delegacia; que absolutamente não offendeu a José Raymundo dos Santos.

Nos autos foram ouvidos três testemunhas que a João Francisco Pires dão a autoria do ferimento que José Raymundo dos Santos apresentou.<sup>74</sup>

O depoimento não informa o tipo de discussão que ocorreu entre Três Pedacos e o seu conhecido Mata Escura, seria importante, pois este era também um famoso capoeira da “velha Bahia” e poderia oferecer outros elementos para melhor entendermos o que de fato ocorreu naquela noite de 23 de julho de 1927.<sup>75</sup>

Por mais que o capoeira Três Pedacos tenha negado as ofensas físicas ao espanhol José Raymundo dos Santos, nos autos foram ouvidos três testemunhas que a ele deram a autoria. Entretanto, o exame de corpo de delito realizado na pessoa do espanhol negou todas as acusações feitas ao réu, livrando-o, inclusive, de ser incurso no art. 303 do Código Penal, que punia o crime de ferimento:

---

<sup>72</sup> Contam que o apelido “Três Pedacos” tem origem em um conflito entre Chico e um outro capoeira de nome “Matatu”, quando este armou-lhe uma emboscada e ao feri-lo com uma facada no peito, essa quebrou-se em três, daí o apelido Chico Três Pedacos. Sobre este caso ver REGO, Waldeloir. *Capoeira angola...* Op. cit. p. 266.

<sup>73</sup> Processo crime movido contra João Francisco Pires, vulgo “Três Pedacos” em 1927. APEB: Seção Judiciária, est. 39, cax.1402, doc.3, 1927, p. 12.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Ver REGO, Waldeloir. *Capoeira angola...* Op. cit.

Não encontro nos autos caracterizado o delicto capitulado no artigo 303 do código penal. Por isso deixo de oferecer denúncia contra o indiciado de nome João Francisco Pires. Assim procedo, porque, não há prova directa do crime previsto no artigo 303. Submettido o paciente de nome José Raymundo dos Santos a exame medico legal (...). “Verificaram os peritos tratar-se de um” “rapaz de boa constituição, sem vícios” “apparentes de conformação esquelética”, “accusando ter recebido forte traumatismo na região dorsal, não encontrando, entretanto, os peritos nessa ou n’outra qualquer parte do corpo, o menor signal traumático pathologico”. (...). Em resposta ao primeiro quesito do laudo de exame medico legal: si ouve ferimento ou offensa phísica responderam os legistas – negativamente – offender produzindo dôr, ou offender produzindo lesão são os dois modos pelos quais se extrema o delicto capitulado no artigo 303. A dor, no caso em apreço, é o próprio crime, e o crime não se presume – Ora o corpo de delicto directo affirma que não houve “ferimento nem offensa physica”, logo penso que não há acto delictuoso a punir. (...) assim sendo, opino pelo archivamento destes autos.<sup>76</sup>

Neste período a polícia técnica tinha um dos mais, senão, o mais importante papel no processo investigativo do crime. O laudo médico era o documento que geralmente definia um inquérito que tratava de crime de lesão corporal, portanto era anexado aos autos do processo. Foi justamente este documento que inocentou Chico Três Pedacos. Assim, em 29 de agosto de 1927, a promotoria decidiu arquivar o processo movido contra o capoeira. Entretanto, o absolvido réu continuou preso por mais algum tempo, até que o Major Cosme de Farias intercedesse por ele. Entra em cena o rábula, advogado dos pobres e capoeiras.

Illm. S<sup>nr</sup> D<sup>r</sup> Juiz Substituto da 1<sup>a</sup> Vara Crime.

Cosme de Farias, defensor de João Francisco Pires, preso na Casa de Detenção, desde julho ultimo, á disposição de v. s., sabendo que o processo instaurado contra o paciente fora mandado archivar pelo representante da Justiça Publica requer assim, que v. s. ordene a soltura do paciente, visto ser illegal o constrangimento que o mesmo soffre. Soliscito dispensa de sella por se tratar de um desvalido e confiado na rectidão da justiça de v. s.

P. deferimento  
Bahia, 30 de Setembro de 1927.  
Cosme de Farias<sup>77</sup>

A interferência de Cosme de Farias garantiu a liberdade de João Francisco Pires. Dentre os vários recursos de retórica utilizados pelo rábula, como já referimos, eis aqui um exemplo, onde o defensor sensibilizou o “representante da Justiça Publica”, lembrando que o réu já havia sido absolvido e que continuando preso sofria constrangimento por parte da lei e da justiça. Assim como, o mesmo já não representava perigo algum uma vez que se tratava de um “desvalido e confiado na rectidão da justiça” daquela autoridade. Sobre este capoeira

<sup>76</sup> Processo crime movido contra João Francisco Pires, vulgo “Três Pedacos” em 1927. Op. cit., p.13. O excesso de aspas e as palavras grifadas constam no documento.

<sup>77</sup> Offício encontrado em anexo ao referido processo movido contra o capoeira ChicoTrês Pedacos, em 1927.

encontramos no Arquivo Público do Estado da Bahia 4 processos, sendo um por furto e os três restantes por lesões. Além do que aqui analisamos, o Major Cosme de Farias é citado em um outro movido contra Três Pedacos no ano de 1923. O capoeira foi denunciado pelo promotor público da 2ª Circunscrição Criminal por ter ferido a navalha o praça de polícia Ludgero Alves de Sant' Anna.<sup>78</sup>

Neste processo Três Pedacos é identificado como tendo vinte e um anos de idade e por trabalhar como carregador. Entretanto, sua saga de desordeiro no universo das ruas de Salvador era antiga. Em 1914 já era notório por tal apelido e faquista perigoso: “Foi preso hontem, á noite, no 1º districto de Brotas, armado de faca de ponta, o individuo João Francisco Pires, vulgo Tres Pedacos. O faquista é desordeiro conhecido da policia e foi recolhido a estação policial do districto”.<sup>79</sup>

Muitos outros capoeiras foram defendidos por Cosme de Farias. Nos limites de nossa pesquisa, encontramos associados ao rábula baiano, nomes como Bastião, Pedro Porreta, Scalvino, Chico Três Pedacos dentre outros. Alguns desses envolvidos em questões que direta ou indiretamente estavam relacionadas com o líder político J. J. Seabra e seus parceiros, como vimos anteriormente.

Em grande parte da vida política de Cosme de Farias, sua principal aliança era com os *seabristas*. Segundo Mônica Celestino “Cosme seguia a decisão do ex-governador José Joaquim Seabra (1912-16, 1920-24) e do seu grupo de não apoiar os jovens Calmon, Octávio Mangabeira e Simões Filho, fundadores do movimento autonomista”.<sup>80</sup>

Em uma pesquisa mais minuciosa poder-se-ia encontrar informações mais precisas sobre qual de fato era a relação entre o rábula, os referidos capoeiras (e/ou capangas), por ele defendidos, e o grupo *seabrista*. Alguns dos beneficiados réus, aqui citados, tinham relações estreitas com importantes políticos do grupo de Seabra, inclusive o seu próprio líder, sendo freqüentemente acusados de serem capangas e sicários deste grupo político.

### 3. 3. Os capoeiras e o universo da repressão

Em uma noite não datada da década de 1920, um grupo de secretas, formado por capangas de um temido e bastante conhecido delegado de polícia, resolveu em nome da

---

<sup>78</sup> Processo crime movido contra João Francisco Pires, em 1923. APEB: Seção Judiciária, est. 214, cx. 48, doc. 10.

<sup>79</sup> *Diário de Notícias*, 04/07/1914, p. 3. Por faquista entende-se “pessoa que usa de *faca* como arma ofensiva”. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Pequeno dicionário da língua portuguesa – ilustrado*. Op. Cit.

<sup>80</sup> CELESTINO, Mônica. “Cosme de Farias...”. Op. cit., p. 19. Sobre os referidos políticos e o movimento “autonomista” ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia ...* Op. cit.

“civilização”, acabar com uma grande festa de candomblé nos limites da velha Cidade de Salvador. Ao adentrarem no Barracão onde estavam ocorrendo as manifestações do festejo, o Ogã de sala, responsável pela ordem da festa e pelo conforto dos convidados, repeliu os secretas ao ouvir comentários depreciativos e ameaçadores ao culto do candomblé.

Iniciou-se, então, um acirrado conflito, quando um intruso secreta, na tentativa de acabar a festa, foi atingido por um tapa proferido pelo referido Ogã e logo em seguida, atirado em cima de seu companheiro, também intruso. O Ogã em sua mão de estivador empunhava um malionete, arma semelhante à navalha tipicamente usada pelos capoeiras.

O caso narrado faz parte da ficção amadiana. Trata do conflito envolvendo os secretas do delegado Pedrito Gordo e um dos “heróis” do povo de santo do romance *Tenda dos Milagres*, Manuel de Praxedes, freqüentador das rodas de capoeira dos mestres Waldeloir e Budião. Esses personagens juntos a outros como Pedro Archanjo e Lídio Corró ilustram uma ficção que reconstitui a perseguição policial aos capoeiras em Salvador na Primeira República, mas que infelizmente a experiência da perseguição foi pouco documentada.<sup>81</sup>

Importantes contribuições para entender a repressão aos capoeiras em Salvador foram deixadas por Jorge Amado em seu romance *Tenda dos Milagres*.

O delegado mantinha-se disposto a acabar com as tradições populares, a porrete e a facão, a bala se preciso. (...). As escolas de capoeira fecharam suas portas quase todas. Budião andou uns tempos escondido, Waldeloir comeu da banda podre. Com os capoeiristas, a coisa fiava mais fino, os secretas não os enfrentavam de peito aberto, tinham medo. De longe e pelas costas, era mais seguro. De quando em vez o corpo de um capoeirista aparecia crivado de balas na madrugada, tiro de tocaia, obra da malta de facínoras. Assim morreram Neco Dendê, Porco Espinho, João Grauçá, Caciano do Boné.<sup>82</sup>

Assim como esses capoeiras, foi o caso de Manoel de Praxedes, todos assassinados em tocaia pela fictícia, e não menos real polícia no período da repressão. Jorge Amado fazia menção à perseguição policial à prática da capoeira na Cidade do Salvador, tomando como referência a gestão do delegado Dr. Pedro de Azevedo Gordilho, o qual inspirou a criação do personagem “Pedrito Gordo”, delegado responsável pela repressão às escolas de capoeira entre 1920 e 1926.<sup>83</sup>

Em pesquisa realizada sobre as “batidas” ao candomblé em Salvador, entre 1920 e 1942, Ângela Luhning reuniu uma série de artigos publicados em periódicos de grande

---

<sup>81</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. Op. cit. p. 247-249. Neste romance Jorge Amado reconstitui, como vimos no primeiro capítulo, a repressão ao povo de santo e aos capoeiras na Cidade de Salvador. O autor não deixa escapar as formas de resistências por parte desses agentes culturais.

<sup>82</sup> Idem, Op. cit., p. 273.

<sup>83</sup> Idem. A relação entre o personagem fictício e a pessoa do delegado Gordilho era evidente. Tanto é que o apelido do Dr. Gordilho era Pedrito.

circulação na capital baiana no período recortado. Nesses artigos a autora conseguiu acompanhar momentos importantes da gestão administrativa de Pedrito e mesmo encontrando controvérsia nas informações sobre esse delegado, que se tornou mito da história da repressão ao povo de santo e aos capoeiras, apresenta como tempo de gestão o mesmo período registrado por Jorge Amado. Por outro lado, Luhning não encontrou nestes periódicos nenhuma referência direta à repressão à capoeiragem.<sup>84</sup>

Na documentação da Secretaria de Segurança Pública, depositada no Arquivo Público do Estado da Bahia, não identificamos uma só fonte que relacionasse Pedrito à repressão aos capoeiras. Luhning também não o encontrou nem mesmo em relação às batidas ao candomblé, com exceção de apenas dois processos, como a autora afirma:

É necessário acrescentar que os documentos policiais – queixas, relatórios de batidas, autos de perguntas, processos de *habeas-corpus* e outros mais – mencionados em muitos dos artigos pesquisados até o presente momento não foram encontrados no Arquivo Público da Bahia (com exceção de dois), sem que se possa explicar tal fato – a não ser que todos documentos tenham ficado sob a guarda da própria polícia ou tenham sido destruídos.<sup>85</sup>

Compartilhamos com a autora o estranhamento à não existência desses documentos no Arquivo Público do Estado da Bahia. Entretanto, o caso da repressão à capoeira apresenta uma complexidade maior, pois não encontramos informações sobre essa questão nem mesmo nos periódicos em circulação no período pesquisado.

Na ausência de informações na documentação judiciária e nos periódicos locais, um importante ponto de partida para evidenciarmos a repressão aos capoeiras na Cidade do Salvador, inclusive sugerida pela leitura de *Tenda dos Milagres*, será reconstituirmos o pensamento político-racial do período, o qual engendrou o discurso das teorias raciais e criminológicas sobre as camadas populares considerando-as como perigosas, “escolas de criminalidade”, o que não escapou, mais uma vez, da criação literária do romancista Jorge Amado:

Pedrito Gordo (...) aprendera que negros e mestiços possuem natural tendência ao crime agravada pelas práticas bárbaras do candomblé, das rodas de sambas, da capoeira, escolas de criminalidade a aperfeiçoar quem já nascera assassino, ladrão, canalha.<sup>86</sup>

Bacharel em direito, o personagem do delegado Pedrito Gordo era um letrado estudioso da criminologia lombrosiana e, como tal, acreditava na degenerescência racial,

---

<sup>84</sup> LUHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí...’: mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942”. In: *Revista USP: Dossiê Povo Negro – 300 Anos*, nº 28, 1995/96, p. 194 – 220.

<sup>85</sup> Idem, p. 196.

<sup>86</sup> Idem, p. 345-346.

“negros e mestiços possuem natural tendência ao crime”, e criminal, “escolas de criminalidade a aperfeiçoar quem já nascera assassino”, tudo isso sob influência do pensamento racial naturalista que marcou a Primeira República na Bahia.

O pensamento positivista e naturalista que impregnou a sociedade baiana deste período tem uma história possivelmente datada no universo social e político brasileiro. A história das idéias no Brasil tem um marco inicial, seria a partir da década de 70 do século XIX. Segundo Lilia Swarcz, este período representa um momento de entrada de um conjunto de idéias positivistas e evolucionistas. A partir de então os modelos raciais de análises cumprem um papel fundamental na sociedade brasileira.<sup>87</sup> A emergência de uma nova elite letrada (econômica e política) nos grandes centros urbanos, principalmente capitais como Salvador, que começa a ganhar composição a partir daquele momento, passa a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social e é utilizado como um novo argumento para explicar as diferenças internas.<sup>88</sup>

Essas idéias se fazem sentir diretamente, segundo Swarcz, a partir da adoção de programas de higienização e saneamento nesses centros urbanos. Em tais programas ocorreu a implementação de projetos eugênicos que objetivavam a eliminação de doenças assim como, afirma a autora, “separar a loucura e a pobreza”.<sup>89</sup> Nesse sentido, doença, loucura e pobreza eram considerados elementos associáveis e ameaçadores à saúde da civilização. Somava-se a essas, a questão racial, uma vez que era tida como um problema a ser sanado da sociedade brasileira e, no caso específico, aqui estudado, baiana. Segundo esse pensamento científico, eram os negros condenados à bestialidade e ao crime, como apontou Renato da Silveira ao comentar sobre o conde Arthur de Gobineau, um dos eminentes pensadores desse período:

Segundo Gobineau, por si sós as raças amarelas e negras estariam condenadas à bestialidade eterna. A ‘variedade negra’, conforme a ‘lei natural’, pertenceria a ‘essas tribos humanas que não são aptas a se civilizar [porque] nutrem o mais profundo horror por todas as outras raças’; ‘sua suprema alegria é a preguiça, sua suprema razão é o assassinato’. Os ‘negros’ do Pacífico Sul, assimilados aos africanos, (...) dotados de um humor instável, onde se misturariam indiferentemente virtudes e vícios, pouca importância dando à vida dos outros, mataria por matar e, diante do sentimento humano, seria covarde e impassível.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> SCWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 14.

<sup>88</sup> Idem, p. 28.

<sup>89</sup> Idem, p. 34.

<sup>90</sup> SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. In: *Revista Afro-Ásia*. Salvador: CEAO/UFBA, nº 23, 2000, p. 110-111.

O pensamento gobineano sofreu a influência do darwinismo social quando propõe a ação de uma lei natural no processo de seleção entre as raças. Afirma ainda Gobineau que determinadas “raças negras” tem como “suprema razão” o assassinato. As questões apontadas por Gobineau e teorizadas pelo mesmo inauguram um ambiente responsável pela difusão de idéias e teorias voltadas para entender o criminoso das camadas populares e sua relação com a ordem social. Seria esse o objetivo da disciplina criminologia, como afirma o jurista Juarez Cirino dos Santos: “O objeto histórico da teoria criminológica é o comportamento criminoso”.<sup>91</sup>

Ao que diz respeito a essas idéias no universo da repressão aos capoeiras em Salvador na Primeira República, o escritor Jorge Amado fez uma lista das obras dessas escolas científicas, as quais teriam influenciado, segundo sua ficção, a opinião do chefe de polícia Pedrito Gordo, considerado pelo referido escritor como temível na perseguição aos capoeiras e ao povo de santo.

No gabinete de Pedrito Gordo, numa pequena estante, alinhavam-se livros e opúsculos, alguns do tempo de Faculdade, outros lidos depois da formatura, marcados a lápis vermelho, vários de publicação recente. *As Três Escolas Penais: Clássica, Antropológica e Crítica*, de Antônio Moniz Sodré de Aragão, adepto da Escola Antropológica Italiana: *Degenerados e Criminosos*, de Manuel Bernardo Calmon du Pin e Almeida: *Craniometria Comparada das Espécies Humanas na Bahia sob o Ponto de Vista Evolucionista e Médico-Legal* de João Batista de Sá Oliveira: *Germes do Crime*, de Aurelino Leal. (...) *A Criminalidade Negra; A Degenerescência Psíquica e Mental Entre os Povos Mestiços nos Países Tropicais; As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil; Antropologia Patológica — Os Mestiços*.<sup>92</sup>

Entre títulos ficcionais e outros que de fato existem, nota-se o interesse pela degenerescência criminal e a denominada “criminalidade negra”.<sup>93</sup> Esses não são os únicos títulos e nem autores citados por Jorge Amado ao longo do romance *Tenda dos Milagres*. Alguns desses são criados da ficção amadiana, outros, encontram-se à disposição do público em coleções de obras raras em bibliotecas na Cidade de Salvador. O fato é que a maior parte dos títulos referidos pelo o autor, são tratados de criminologia, ciência fundada no final do século XIX pelo italiano Cesare Lombroso.

Lombroso foi um dos principais representantes da “Escola positivista de direito penal” e que muito influenciou o pensamento social brasileiro a partir do final do século XIX, tendo

---

<sup>91</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia da repressão: uma crítica ao positivismo em criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 29.

<sup>92</sup> AMADO, Jorge. *Tendas dos Milagres*. Op. cit., p. 245.

<sup>93</sup> Esse tema era de grande interesse de Nina Rodrigues um dos principais representantes da Antropologia Criminal na América. Sobre Nina Rodrigues e a “Escola Baiana” ver “As faculdades de medicina ou como sanar um país doente”. In: SCWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. cit.,



publicado em 1876 sua obra mais célebre, *L' uomo delinquente*.<sup>94</sup> Nesta obra teria resumido e atualizado importantes pesquisas realizadas na Europa sobre o tema da criminalidade, tendo suas elaborações sofrido influência de teorias como a craniologia de Paul Broca, o darwinismo de Ernst H. Haeckel e o evolucionismo de Herbet Spencer, para fundar uma nova disciplina científica, a criminologia.<sup>95</sup>

Essa ciência teve bastante respaldo na Bahia da Primeira República, inclusive, com grande contribuição da Faculdade de Medicina, que teve como maior referência o médico e etnólogo Nina Rodrigues. Afrânio Peixoto ao prefaciar *As Raças Humanas*, um dos principais livros do referido etnólogo, afirmou que Nina Rodrigues era considerado um dos maiores representantes das teorias lombrosianas ao qual “Lombroso sagrava-o Apóstolo da Antropologia Criminal no Novo-Mundo”.<sup>96</sup>

Em síntese, negros e mestiços teriam natural tendência ao crime tendo herdado a “criminalidade negra” de seus ancestrais. Para além do comportamento individual, as manifestações culturais, oriundas dos ajuntamentos populares, se caracterizariam como “escolas de criminalidade”. Tal fato demandaria não só o controle do indivíduo considerado desviado da ordem estabelecida, mas também de suas manifestações culturais.

Como vimos, se a documentação não aponta diretamente para uma perseguição sistemática contra a prática da capoeira, o discurso da degenerescência criminal que remete a questão racial, respaldado pela criminologia tradicional, não deixa dúvidas sobre a justificativa dessa repressão. A documentação pesquisada, com exceção da literatura e manuscritos dos capoeiras, não apresenta informações diretas sobre a repressão, mas encontramos fortes indícios, deixados nesta documentação, elementos que nos permitem elaborar, pelo menos, hipóteses em torno da repressão contra os capoeiras na capital baiana deste período. É necessário, assim como o fez Carlo Ginzburg em sua *História Noturna*, lançarmos mão das informações indiretas, sobre os casos de repressão aqui evidenciados.<sup>97</sup>

As lacunas entre uma informação e outra, encontradas nessa documentação, foram aos poucos sendo preenchidas com as crônicas de autores, muitos dos quais autônomos. “Trata-se de uma reconstrução conjectural, pois (...) não existem (...) provas documentais diretas – mas

---

<sup>94</sup> SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa...”. Op. cit., Segundo o autor, ainda hoje Cesare Lombroso “é figura destacada nas bibliografias das escolas de formação de oficiais da Polícia Militar”, p. 129.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> PEIXOTO, Afrânio. “A vida e a obra de Nina Rodrigues”. In: RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

<sup>97</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna...* Op. cit.

há um vestígio indireto”.<sup>98</sup> É justamente uma “reconstrução conjectural” que procuramos fazer na experiência aqui tratada, e muito nos vale a memória dos capoeiras que cristalizou importantes informações em pequenas folhas de papel, muitas delas transformadas em livro posteriormente, como é o caso dos manuscritos do mestre Noronha. É à repressão que esse memorialista da capoeiragem se refere quando diz ter sido a capoeira “esporte que era tão odiado pello governador (...) muito percigido pella policia”.<sup>99</sup>

Os capoeiras seriam, então, indivíduos desviantes e desviados da ordem estabelecida e que atuando nas ruas com suas armas em punho representavam um perigo que precisava ser controlado para o “bem da civilização”. A manutenção da ordem era uma responsabilidade das autoridades políticas e contava com o trabalho do policiamento, como bem apontou o Mestre Noronha: odiado pelo governador e pela polícia.

Assim, podemos afirmar que a repressão à capoeiragem em Salvador, foi resultante da perseguição aos agentes dessa prática cultural, mas que nem sempre estes eram os vagabundos apontados pelo discurso da ordem:

Todos jogador de capoeira angola não sabe o valor que ten um birinbão é uma arma de grande utilidade<sup>100</sup> para o capoeirista que anda pencando na mardade não é questão de valentia é questão de privinição da vida porque um assalto pode si da quarquer momento porque a vida está difícil para quem trabalha e para o marginal está face qundo ele encrontra um capoeirista recebe naife pela cara ahi ai intervinção da policia imediatamente não sei porque a policia toma logo esta delibaração dei alcunha navalhada porque fui acaltado por um marginal é esta a origem que o capoeirita anda na mardade para este fim não que ele ceija dizordeiro) Todos capoeirista são operário e não vagabundo.<sup>101</sup>

O Mestre Noronha estabelece uma distinção entre o capoeira e o “marginal”, quando autuados armados de navalha. Segundo ele, o marginal utilizava a navalha para cometer assaltos e o capoeira, contrário a este, teria um uso positivo: a defesa pessoal. Entretanto, eram os capoeiras acusados de valentes, desordeiros e navalhistas. Daniel Coutinho, conhecido na capoeiragem por Mestre Noronha, não deixa por menos. Insiste que o capoeira é trabalhador, um “operário” e não um “vagabundo”.

Os capoeiras foram, juridicamente, associados aos vadios, portanto, alvo das políticas disciplinares que marcaram a República no Brasil nas três primeiras décadas do século XX.

---

<sup>98</sup> Idem, p. 57. A leitura deste Capítulo nos permite entender o nexa que o autor faz com as variadas fontes para evidenciar determinados casos.

<sup>99</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 17.

<sup>100</sup> Sobre essa questão encontramos o seguinte depoimento do Mestre Pastinha: “o Berimbau é música, é instrumento. Também é instrumento ofensivo, e na ocasião de alegria é um instrumento, nós usamos como instrumento. E na ora da dor, ele deixa de ser um instrumento para ser uma foice de mão”. In: *Mestre Pastinha Eternamente: músicas originais remasterizadas*. CD integrante da edição especial da *Revista Praticando Capoeira*, nº 4, São Paulo: Editora D & T, 2001.

<sup>101</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 42.

As pesquisas realizadas até este momento têm apontado que os capoeiras têm ocupação, escapando ao enquadramento do artigo 399 do Código Penal vigente.<sup>102</sup> Em Salvador, eram trabalhadores da estiva, pescadores, carroceiros, funcionários da construção civil e, até mesmo, guardas policiais, portanto o capoeira era “operário” e não “vagabundo”, como sentenciou o mestre Noronha.

O universo da capoeiragem era complexo e contraditório, esses capoeiras que trabalhavam nas ocupações referidas, ao mesmo tempo se envolviam com delitos nas ruas de Salvador, como podemos acompanhar, nas seções policiais dos jornais, prisões de famosos capoeiras identificados por alcunhas depreciativas, a exemplo de capadócius, faquistas, desordeiros, etc. Além dos casos que já vimos no presente Capítulo e no anterior, apresentamos mais este, agora envolvendo o capoeira Antônio Boca de Porco, ocorrido em junho de 1925.

#### UMA PROEZA DO TEMÍVEL “BOCA DE PORCO”.

Antônio de Tal, alias, Antônio Boca de Porco, provocou, hontem grande reboliço na rua do Julião.

Conversava, às quatro horas e 45 minutos José Pereira de Souza com a (ileg.) Ferreira de Araújo quando ele apareceu na esquina.

E, seu querer, saber de conversas, Boca de Porco investiu contra o rapaz armado de um punhal.

Em auxilio de José Correia correu o negociante Pantalhão que a muito com[se]guiu desarmar o agressor.

Com a presença do guarda de serviço “Boca de Porco” deu as de Villa Diogo.

A arma foi apreendida e levada para a delegacia da segunda circunscrição.<sup>103</sup>

Boca de Porco era estivador no cais do Julião e essa não foi a primeira vez que o mesmo foi acusado de ter agredido alguém naquela localidade e em outras mais.<sup>104</sup> Além das notícias de jornais, encontramos um processo crime movido contra o referido capoeira em 1914, no porto de São João, em Pirajá, outra localidade de trabalho do estivador Boca de Porco, quando foi autuado armado de faca promovendo desordens em companhia de três outros e quando o cabo do regimento policial tentou desarmá-lo teve seu queixo arrebatado por uma cabeçada proferida pelo temível capoeira.<sup>105</sup>

---

<sup>102</sup> Os casos encontrados que envolvem capoeiras, tanto na Cidade do Salvador assim como no Rio de Janeiro e Belém do Pará foram enquadrados nos artigos 303 (lesões) e 402 (capoeiragem), respectivamente. Se em algum desses estudos foi encontrado algum capoeira enquadrado no 399, escapou à nossa atenção. Ainda assim a repressão à vagabundagem foi um caminho norteador que trouxe bons resultados de investigação.

<sup>103</sup> *A Tarde*, 18/06/1925, p. 4

<sup>104</sup> “Antonio Bouca de Porco estivador Julião”. É desta forma que aparece Boca de Porco listado entre outros capoeiras por Mestre Noronha em seus manuscritos. COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit., p. 65.

<sup>105</sup> Processo crime movido contra Antônio Américo dos Santos, vulgo “Boca de Porco” em 1914. APEB: Seção Judiciária, est. ?, cx. 245, doc. 19.

Vicente Ferreira Pastinha, o já referido Mestre Pastinha, em seu livro *Capoeira Angola*, tece considerações sobre este aspecto do universo da capoeiragem em Salvador. Ao comentar sobre “Capoeiristas e companheiros do passado”, o autor afirma que “alguns, cujos nomes aqui se encontram e que, por razões óbvias deixo sem destaque, foram, em seu tempo, motivos de terror”.<sup>106</sup> Infelizmente, ele não explora detalhes da vida desses capoeiras, por motivos que respeitamos, mas oferece um caminho. “Suas histórias”, continua Pastinha, “por muitos homens de idade avançada lembradas, devem estar registradas nos arquivos policiais”.<sup>107</sup>

A primeira edição de *Capoeira Angola* é 1964, período este em que os historiadores brasileiros ainda não contavam com suas pesquisas em arquivos policiais, muito menos para os estudos sobre a capoeira na Bahia. Sobre essa questão Mary Karasch, uma das precursoras em pesquisas nos arquivos históricos brasileiros, afirma:

Quando iniciei minha pesquisa sobre *A vida dos escravos*, no final da década de 1960, estudantes de pós-graduação estrangeiros, como eu, e homens grisalhos que pesquisavam a história de suas famílias pareciam ser as únicas pessoas a trabalhar em arquivos.<sup>108</sup>

Os pesquisadores acadêmicos infelizmente não foram despertados pela referência que fez o Mestre Pastinha à importância dos arquivos policiais para a pesquisa histórica sobre os capoeiras, tendo que aguardarem a década de 1980, quando surgiram as primeiras pesquisas sobre escravidão urbana, utilizando como fonte a documentação dos arquivos, apontando os capoeiras nessas fontes.<sup>109</sup>

Na vasta documentação judiciária encontrada pelos pesquisadores nos arquivos da cidade do Rio de Janeiro, os capoeiras aparecem autuados por crime de capoeiragem, previsto no artigo 402. Na Bahia não se produziu essa documentação ou, pelo menos, em sua capital, sendo os capoeiras autuados em conflitos de rua enquadrados no art. 303, isto é, por crime de lesões corporais, tornando difícil a identificação dos agentes da capoeiragem e da repressão explícita à prática da capoeira na Cidade do Salvador, assim como ocorreu na capital federal e na cidade de Belém do Pará, inclusive, no período da Primeira República.<sup>110</sup>

---

<sup>106</sup> PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola*. Op. cit., p. 23

<sup>107</sup> Idem, 23.

<sup>108</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...* Op. cit, p. 12.

<sup>109</sup> Tanto os trabalhos sobre escravidão urbana quanto sobre a capoeiragem no Rio de Janeiro que foram realizados a partir daquele momento, devem a Mary Karasch, em sua tese publicada em livro em 1982, a principal referência da documentação policial. Ver o prefácio à edição brasileira de *A vida dos escravos...* Op. cit.

<sup>110</sup> Nas cidades do Rio de Janeiro e Belém do Pará, como vimos, foi encontrada uma quantidade considerável de documentos sobre a deportação dos capoeiras, inclusive na produção literária. Em Salvador, nenhuma referência foi encontrada até esse momento.

Em Salvador, as marcas da repressão à capoeira foram registradas pela literatura, mas também, como já referimos, pela cantiga de capoeira. Nelas podemos evidenciar referências à conflitos que ocorriam entre os capoeiras e soldados de polícia.

Não estudei pra ser padre/Nem também pra ser douto/Estudei a capoeira/Pra bater no Inspetô.<sup>111</sup>

Também conhecido como “Inspetor de Quarteirão”, esse seria o policiador responsável pela ordem no espaço público, portanto encontrando muito trabalho com os capoeiras e sua “vadiação”.<sup>112</sup> Os conflitos entre Inspetores de Polícia e capoeiras na Cidade do Salvador, para além dos distúrbios de rua envolvendo capoeiras, como vimos anteriormente, configuravam também em repressão à prática cultural desses indivíduos, como bem remete a cantiga seguinte:

Bahia velha Bahia/No boteco da esquina/Entre o papo e o copo/E uma garrafa de pinga/O berimbau ia tocando/O toque cavalaria/Era sinal de alerta/Quando a polícia se via/Era faca, era navalha/Tudo se escondia/Todos ficavam alerta/Até que a polícia se ia<sup>113</sup>

Essa cantiga retrata muitas situações do universo social dos capoeiras na “Velha Bahia” e que foram evidenciadas em nossa pesquisa, a relação do capoeira com a bebida alcoólica, a faca e sua inseparável navalha. Como vimos no Capítulo II, muitos capoeiras eram presos pela polícia por estarem causando desordens embriagados e armados de navalha. Além dessas questões, a referida cantiga foi composta a partir das informações guardadas pela memória, dos próprios capoeiras, da repressão que atingiu não apenas essa prática cultural, mas também a manifestação religiosa do candomblé da qual pertenciam muitos capoeiras.

Waldeloir Rego em seu já referido *Capoeira Angola* faz importantes referências sobre a relação dos capoeiras com o candomblé. Ele afirma que muitos capoeiras eram “parentes de mãe ou pai de santo, ou foi desde criança criado em ambiente de casa de candomblé”.<sup>114</sup> Não escapa a Rego alguns nomes que eram de fato iniciados no culto, a exemplo de Antônio da Conceição Moraes, o Mestre Caiçara e Manoel Rozendo de Santana, conhecido como o capoeira Rozendo.

Sobre Rozendo encontramos um fato. No mês de agosto do ano de 1937, o citado capoeira envolveu-se em um acirrado conflito, ocorrido durante uma cerimônia religiosa no

---

<sup>111</sup> Extraído de BOLA SETE, Mestre. *Capoeira Angola na Bahia*. Op. cit., p. 95

<sup>112</sup> “Vadiação” era, e ainda hoje é, um termo utilizado para designar o brinquedo da capoeira, como registrou um dos primeiros estudiosos do tema: “Os capoeiras da Bahia denominam o seu jogo de vadiação – e não passa disto a capoeira, tal como se realiza nas festas populares da cidade”. In: CARNEIRO, Edison. “Capoeira”. *Cadernos de Folclore*. Op. cit. p. 9.

<sup>113</sup> Autoria do capoeirista Boa Voz, Rio de Janeiro, s/d.

<sup>114</sup> REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola...* Op. cit., p. 38.

terreiro de Mãe Virgínia do Paquetá, no Alto do Campo Formoso. Sobre o acontecido segue um trecho da notícia publicada pelo jornal *A Tarde* do dia 21 da referida data:

Ontem o “Candomblé” ia no auge. Conforme o ritual, a cachaça é indispensável. Foi chegando gente. Os “santos” também chegavam. Entre as pessoas presentes achavam-se um indivíduo que de há muito conhecido na zona de “Caboclo Eru”, devido ao nome do “irmão” que o acompanha e um outro Manoel chamado Rozendo.

Entre o “Caboclo Eru” (o imortal) e o Rozendo havia uma velha questão.

Ontem apareceu uma oportunidade para o acerto de conta. E escusado é dizer que a “branquinha” ajudou um pouco. “Ela” sempre ajuda para o mal. Pois bem. Durante o “exercício religioso” os dois, desafetos se olhavam de esguelha. Terminado este, um pouco próximo ao “terreiro”, os homens se defrontaram.

- Não tenho medo de você.

- Nem eu.

E foi o bastante. Atracaram-se. O Manoel Rozendo saciou a sua sede concentrada. Espancou o “Caboclo Eru” (o da terra) à vontade. O outro “Caboclo” parece que abandonou o “aparelho”, na hora das pancadas.

Por mais que procurássemos não nos foi possível cobrir “os valentes”.

O que é certo é que o fato se passou e, ao que nos parece, não chegou ao conhecimento da Polícia.<sup>115</sup>

Segundo a notícia Rozendo levou vantagem sobre o “Caboclo Eru”. Por mais hiperbólico que tenha sido o articulista do jornal, Rozendo teria, de fato, habilidades físicas para tal, pois era ele um pugilista dos ringues baianos, na modalidade *capoeiragem*, como bem nos informou o *Diário da Bahia* em junho de 1936: “Ótima noitada pugilística será realizada, hoje no Odeon. (...) Telles X Manoel Rosendo”.<sup>116</sup>

Assim notamos que as práticas culturais da capoeira e do candomblé compartilharam do mesmo universo social, além da matriz étnica, o que não seria diferente com o universo da repressão policial, pelas razões já referidas. O caso do capoeira Rozendo foi recuperado das velhas páginas de jornal pelo antropólogo Júlio Braga, interessado em discutir a contribuição dos jornalistas na campanha de repressão aos candomblés baianos. Caso o experiente antropólogo tivesse identificado Rozendo como capoeira com certeza teria sido atraído pela fascinante possibilidade de entender a relação entre os capoeiras e o povo de santo neste período. Questão esta que suscita maiores investigações.

A repressão à prática da capoeira em Salvador nas primeiras décadas da República serve-se da mesma justificativa atribuída pelo antropólogo Luiz Mott à perseguição policial ao culto do candomblé. É sua opinião que para os representantes do poder, elite representada pelos proprietários de jornais, autoridades civis, militares e religiosas, a modernização da capital baiana, para além da demolição de casarões e prédios coloniais, almejava a

<sup>115</sup> *A Tarde*, 21/08/1937. In: BRAGA, Júlio Santana. *Na gamela do feitiço...* Op. cit., p. 172-173.

<sup>116</sup> *Diário da Bahia*, 03/06/1936. In: ABREU, Frederico José de. “*Bimba é bamba*”.... Op. cit., p. 89.

“desafricanização” dessa sociedade marcadamente negra.<sup>117</sup> Esse argumento serve como síntese do que já tratamos até aqui em relação aos elementos impulsionadores e de justificação da perseguição policial e repressão da capoeira, em um sentido geral, uma vez que essa prática foi criminalizada não apenas na legislação, mas também na mentalidade de determinado seguimento da sociedade brasileira e baiana do período. Entretanto, essas questões não foram o bastante para eliminar com todas as possibilidades de reelaboração da prática e do próprio cotidiano do agente da capoeiragem.

Os indivíduos praticantes da capoeira tornaram-se agenciadores do processo de mudança do lugar social reservado, historicamente, a essa prática, o que foi refletido pela imprensa local e pelo próprio universo cultural da sociedade baiana, que ensaiava seus primeiros passos no processo de “reafricanização dos costumes”.

### 3. 4. As resistências na sociedade baiana

Em seu livro *Retrato em branco e negro*, Lilia Swarcz mapeou o espaço reservado para os negros nas colunas de jornais em São Paulo, no final do século XIX. Segundo ela, esses jornais não se resumiam na mistura entre curiosidades, remédios e debates partidários. “Neles, as questões mais polêmicas do momento eram debatidas de forma recorrente em local bastante reservado: os editoriais e as seções ‘científicas’”.<sup>118</sup> Eram nesses espaços que se discutiam sobre as problemáticas das camadas populares representadas majoritariamente por negros e mestiços e suas práticas culturais, a exemplo do entrudo, samba, candomblé e da própria capoeira.

Na Salvador republicana essa situação não foi diferente, apenas tinha suas especificidades. As práticas culturais em Salvador nas primeiras décadas republicanas, tinham como espaço reservado nos jornais baianos, as colunas policiais. O entrudo, como demonstrou Peter Fry, era considerado uma babárie que ameaçava a civilização e os bons costumes, portanto um caso de polícia.<sup>119</sup> Caso de polícia não deixaram de ser consideradas as práticas religiosas. Júlio Braga em seu livro *Na Gamela do feitiço*, apresenta uma série de situações nas quais o candomblé era alvo da repressão policial.<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> MOTT, Luiz. “Prefácio”. In: BRAGA, Júlio Santana. *Na gamela do feitiço*.. Op. cit.

<sup>118</sup> SCWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*... Op. cit., p. 100.

<sup>119</sup> FRY, Peter et. al. “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In REIS, João José (org.). *Escravidão & invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>120</sup> BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço*... Op. cit.

No caso da capoeira, não encontramos evidências diretas da repressão policial, entretanto, como já foi discutido, o agente dessa prática cultural aparece frequentemente nas colunas policiais, às vezes como vítima outras tantas como agressor, mas sempre nas manchetes que tratam da criminalidade das ruas. Essa era uma situação que permaneceu, pelo menos, até meados da década de 1930. A partir de então os agentes culturais da capoeira passaram a ocupar, também, outros espaços nos periódicos locais, como as manchetes desportivas e culturais.

Nas manchetes desportivas estavam as coberturas que os jornais locais faziam das lutas de ringues que ocorreram durante a década de 1930 na Cidade do Salvador e que delas participaram muitos capoeiras. Entre os campeões desses ringues, se destacou Manoel dos Reis Machado, o já referido capoeira Mestre Bimba, o qual aparece em matéria de primeira página do jornal *A Tarde* desafiando todos os “luctadores bahianos”, principalmente, da modalidade capoeiragem: “Fica assim lançado o desafio aos que praticam ou conhecem a capoeiragem, como também a qualquer outro luctador (jiu-jitsu, etc.). O que quiserem. Eu os enfrentarei com minha capoeira”.<sup>121</sup>

A expressão “eu os enfrentarei com minha capoeira” é de grande importância no processo de afirmação dessa prática cultural em meio a uma sociedade que primava por valores culturais que não tivessem relação com as culturas africanas. As vitórias realizadas pelos capoeiras nos ringues baianos, onde participavam também outras modalidades esportivas (não-negras), foi importante para a aceitação da capoeira, sob o jugo do esporte, pela sociedade da época. A capoeira passava a ser considerada também como esporte, mas com algumas ressalvas:

A ‘capoeira’, esporte exótico, mas interessante, com seu nostálgico, mas sagaz e atilado, de golpes felinos, ultimamente está sendo praticada na Bahia com manifesto interesse geral. Até a pouco tempo não era tão cobiçado o curioso espetáculo. De certa época a esta parte, entretanto, a ‘capoeira’ está sendo apreciada com entusiasmo, fazendo parte, como números obrigatórios, de festivaes esportivos.<sup>122</sup>

O articulista chamava a atenção para uma novidade: a prática da capoeira como modalidade esportiva que estava atraindo um grande público naquele momento. Entretanto, sua empolgação em informar tal novidade não escondeu os resquícios de uma mentalidade que desqualificava a capoeira a ponto de considerá-la “esporte exótico” não aceitando ser esta

---

<sup>121</sup> *A Tarde*, 16/03/1936, p. 1. In: ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba: a capoeira no ringue*. Op. cit., p. 7.

<sup>122</sup> Idem.



um produto cultural da “sociedade civilizada” informando ainda a utilização de “golpes felinos”, assim a associando a atitudes animais.<sup>123</sup>

O fato é que a capoeira não era mais, apenas, uma prática de “capadório das ruas” ou de “famosos desordeiros”, era ela, agora, número obrigatório nos festivais esportivos, seus praticantes passaram a esportistas e ser esportista no Brasil da década de 1930 era gozar de certo prestígio social. Esse prestígio fora experimentado pelos capoeiras no universo cultural baiano, inclusive, em atividades organizadas por intelectuais em parcerias com os próprios agentes culturais.<sup>124</sup>

Em 1936, Edison Carneiro em seu artigo “Capoeira de Angola”, apresentou para a sociedade baiana a capoeira como uma das mais belas práticas culturais de origem africana e que, segundo ele, não poderia mais continuar sendo reprimida pela polícia e pela própria sociedade.<sup>125</sup>

Neste mesmo ano, Jorge Amado publicou *Jubiabá*. Romance que tinha como tema principal a religiosidade afro-brasileira, mas que não escapou a ele os capoeiras enquanto heróis de sua ficção.<sup>126</sup> Naquela época a capoeira ainda era reprimida nas ruas de Salvador, conseqüente do processo de criminalização e controle social dos quais foram vítimas, na Bahia, os africanos, descendentes de africanos e suas práticas culturais. Questões como a discriminação e repressão às manifestações da cultura afro-brasileira motivaram intelectuais como Edison Carneiro e Jorge Amado a participarem da organização do 2º Congresso Afro-Brasileiro, espaço que além das comunicações de pesquisas sobre costumes africanos seria palco de denúncia e reivindicação em prol da comunidade negra e suas manifestações culturais. Esse evento ocorreu na Cidade do Salvador, em janeiro de 1937.<sup>127</sup>

A década de 1930 foi um período de consolidação do universo cultural afro-brasileiro na capital baiana. Teria início aí o processo de “reafricanização dos costumes” com grande contribuição desses intelectuais, mas principalmente dos agentes culturais, inclusive, dos capoeiras:

---

<sup>123</sup> Sobre a “esportização da capoeira” e o “discurso civilizador” ver REIS, Leticia Vidor de Souza. *O mundo de pernas para o ar...* Op. cit. Precisamente os capítulos I e II.

<sup>124</sup> O povo de santo colaborou de forma efetiva para a organização do evento: “Maria Bata, velha sabedora dos mistérios das seitas africanas, a saudosa ceguinha Maria do Calabetão, o babalaô Felisberto Sowzer (Benzinho), o estivador Expresso, prestaram inestimáveis serviços à Comissão Executiva”. CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos...* Op. cit., p. 99-100.

<sup>125</sup> *O Estado da Bahia*, 09/06/1936, p. 1. Posteriormente publicado em CARNEIRO, Edison. *Negros bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

<sup>126</sup> AMADO, Jorge. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 15.

<sup>127</sup> O I Congresso Afro-Brasileiro foi realizado em Recife em 1934, sob direção de Gilberto Freyre.

Dessa forma, quando, a partir da década de 1930, ocorreu um processo de revalorização da cultura africana na Bahia ela não se passou num vácuo: aqui já estava firmado um mundo negro-africano. Nos candomblés, no carnaval, nas festas religiosas e profanas, na medicina popular, na culinária, nos sambas e capoeiras, na matrifocalidade familiar e, nas variadas formas de associação.<sup>128</sup>

O 2º Congresso Afro-Brasileiro, realizado na capital baiana entre 11 e 20 de janeiro de 1937, tinha como pano de fundo o encontro de estudiosos que estavam de acordo com os propósitos políticos dos organizadores, assíduos defensores da cultura afro-brasileira, como bem retratou Waldir Freitas Oliveira: “a luta em prol de um melhor conhecimento sobre o negro brasileiro, bem como pela devolução do mesmo, da dignidade pessoal que lhe fora retirada no passado histórico do país”.<sup>129</sup>

Assim, o espaço da cultura constituiu-se, nesse Congresso, em instrumento de denúncia da forma pela qual a sociedade baiana (e brasileira) tratava o negro e suas práticas culturais. Neste evento agregaram-se diversos seguimentos da cultura afro-brasileira, entre esses a capoeira.<sup>130</sup>

A capoeira ou os capoeiras até o então, era considerada pelos letrados,<sup>131</sup> prática de desordeiros e capadócios, merecedora de intensa repressão policial, como já foi discutido.<sup>132</sup> Entretanto, no 2º Congresso Afro-brasileiro, essa foi uma das atividades culturais que recebeu os congressistas:

Durante toda uma manhã [no Club de Regatas Itapagipe], o melhor grupo de capoeiras da Bahia — chefiado por Samuel Querido de Deus e integrado pelo campeão Aberrê e por Bugaia, Onça Prêta, Barbosa, Zepelim, Juvenal, Polu e Ricardo<sup>133</sup> — exibiu tôdas as variedades da célebre luta dos negros de Angola.<sup>134</sup>

Os organizadores do Congresso objetivavam “reivindicar nova postura da sociedade baiana face à presença do negro e de sua cultura como elementos atuantes na formação de uma identidade culturalmente diferenciada”.<sup>135</sup> Assim, compreendemos esse Congresso como

---

<sup>128</sup> BACELAR, Jéferson. *A hierarquia das raças...* Op. cit., p. 128.

<sup>129</sup> Op. cit., p. 30.

<sup>130</sup> Em 1936, por conta da organização do 2º Congresso Afro-brasileiro, a imprensa local publicou uma série de matérias informando sobre as atividades culturais a serem apresentadas no referido evento. Entre elas, a roda de capoeira.

<sup>131</sup> Os letrados que aqui nos referimos eram os jornalistas, médicos e bacharéis de Direito, muitos dos quais representantes do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que tendo a “cultura européia” como parâmetro, consideravam os costumes das camadas populares baianas anticivilizados e merecedores de disciplinarização.

<sup>132</sup> Segundo Jéferson Bacelar, com o Congresso “teve início assim, na ‘cidade das letras’ e no âmbito oficial, a decadência da política de exclusão cultural da africanidade”. *A hierarquia das raças...* Op. cit. p. 128. Entretanto é importante ressaltar que a “decadência” não representou o fim da “política de exclusão cultural da africanidade”. Essas políticas são reelaboradas de acordo às especificidades históricas de cada período.

<sup>133</sup> Esses nomes são os de capoeiras que vivenciaram o universo de desordens e arruaça da “velha Bahia”.

<sup>134</sup> CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos...* Op. cit., p. 100.

<sup>135</sup> BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço...* Op. cit. p. 86.

espaço manipulado pelos agentes culturais, tornando-se campo de lutas sociais, manifestações de resistências, entre esses agentes faziam-se presentes os capoeiras.<sup>136</sup>

O rumo tomado pela capoeira em momento posterior à realização do Congresso nos serve como evidência para entender os resultados da participação desse seguimento cultural no referido evento. Dentre as conquistas conseqüentes das lutas e formas variadas de resistência dos capoeiras citamos a autorização do Estado, para o funcionamento de escolas de capoeira na Cidade do Salvador a partir de meados do ano de 1937, portanto logo após a realização do Congresso Afro-brasileiro.<sup>137</sup>

Os especialistas do tema da religiosidade já haviam chamado a atenção para essas questões, todavia a experiência dos capoeiras foi citada vagamente.<sup>138</sup> Um dos fatos que foi (e é ainda hoje) freqüentemente lembrado por esses estudiosos e sinalizado como um exemplo de conquista política e social do povo de santo, foi a fundação, sob influência de Edison Carneiro, da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, em 3 de agosto de 1937 que, segundo Jéferson Bacelar, não vingou logo no ano de sua criação, mas viria redundar na atual Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro, fundada em 1942.<sup>139</sup>

Em 9 de julho de 1937, a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública do Estado da Bahia expediu certificado de registro, para o funcionamento do Centro de Cultura Física e Capoeira Regional da Bahia, criado por Mestre Bimba:

O Inspetor Technico do Ensino Secundario Profissional, tendo em vista o que lhe requereu o Sr. Manuel dos Reis Machado, Director de Curso de Educação Physica, sito à rua Bananal, 4 (Tororó), districto de Sant' Anna, município da capital, concede-lhe para o seu estabelecimento, o presente título de registro, afim de produzir os devidos efeitos.  
Inpetoria do Ensino Secundário e Profissional  
Bahia, 9 de Julho de 1937  
O Inspector Technico  
Ass: *Dr. Clemente Guimarães*.<sup>140</sup>

O registro foi um requerimento do próprio Mestre Bimba. Sua ação aponta para uma forma de resistência, a qual é caracterizada pela tática em sua relação com o poder. Ou seja,

---

<sup>136</sup> A noção de “resistência” aqui está de acordo com os conceitos de “táticas” e “estratégias” tal como encontramos em CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 91-106.

<sup>137</sup> Sobre as várias escolas de capoeira criadas em Salvador entre as décadas de 1930 e 1960 ver REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola...* Op. cit., precisamente o capítulo intitulado: “As academias de capoeira”.

<sup>138</sup> Ver BACELAR, Jéferson. *A hierarquia das raças...* Op. cit.; BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço...* Op. cit.; OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Cartas...* Op. cit.

<sup>139</sup> BACELAR, Jéferson. *A hierarquia das raças...* Op. cit.; p. 130. Também em decorrência do Congresso houve a tentativa de fundar a União dos Capoeiras da Bahia, não se concretizando. Ver ABREU, Frederico José de. Op. cit., p. 29.

<sup>140</sup> Documento citado por REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola...* Op. cit., p. 283. (grifos no documento).

uma ação dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado.<sup>141</sup> Devemos notar que no texto não aparece o termo capoeira, sendo, o Mestre Bimba, indicado como “Director de Curso de Educação Phisica”, mas na verdade tratava-se de um mestre de capoeira.

Em 1941, foi a vez do Centro Esportivo de Capoeira Angola, que sob direção de Vicente Ferreira Pastinha, conhecido nas rodas de capoeira por Mestre Pastinha, foi oficializado em 1952, constando, inclusive, de um Estatuto. O Centro de Capoeira Angola foi registrado “sob o número de ordem 845, no livro Civil do Pessoal Judicial”.<sup>142</sup> Vale destacar que em 1966, juntamente com sua equipe de capoeiristas, Pastinha participou da delegação baiana que, em companhia de intelectuais e lideranças do culto afro, compareceu ao I Festival de Arte Negra, em Dakar, capital do Senegal.<sup>143</sup>

Assim como o considerou Peter Fry ao tratar da sobrevivência de uma língua africana no Cafundó, essa situação dos capoeiras e sua prática cultural na Bahia, aponta para um fenômeno de resistência cultural. “Mas essa ‘resistência cultural’ não é um processo simples que se dá no confronto entre duas culturas imutáveis no tempo”.<sup>144</sup> Essa concepção de cultura implica uma leitura dos “africanismos” no Brasil com uma certa “pujança metafísica” das culturas africanas.

Essa posição ignora que a vida social não consiste em batalhas campais entre culturas mas sim enfrentamentos entre grupos, categorias e indivíduos, para quem a cultura orienta a ação política e é ao mesmo tempo uma arma usada para empreendê-la. Nessas pequenas e grandes batalhas do dia-a-dia, a cultura vive através daqueles que a usam e, ao ser assim utilizada, ela os transforma e se transforma.<sup>145</sup>

Podemos considerar que o uso da cultura engendrou no universo da capoeira baiana importantes mudanças, dentre elas a do comportamento social do próprio capoeira. Deixava este ator de ser o “capadócio das ruas” para tornar-se agente cultural, o mestre da capoeira.

O universo da criminalidade das ruas, *locus* privilegiado por muitos capoeiras em sua vida social, foi aos poucos sendo reelaborado e se configurando no espaço simbólico dessa prática, tornaram-se territórios culturais, demarcados pelas rodas de capoeira, como muito

---

<sup>141</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano...* Op. cit., p. 100.

<sup>142</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Bimba, Pastinha e Besouro...* Op. cit., p. 82.

<sup>143</sup> A viagem dessa delegação baiana ao Senegal estava relacionada a atuação do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, criado em 1959. “O CEAO tinha como objetivos ser um órgão de estudos, ensino, pesquisa e intercâmbio, dedicado às culturas da África e da Ásia e a presença dessas culturas no Brasil”. BACELAR, Jéferson. *A hierarquia das raças...* Op. cit., p. 132.

<sup>144</sup> VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 25-26.

<sup>145</sup> Idem.

enfatizou o mestre Noronha em seus manuscritos.<sup>146</sup> Não escaparam, então, os capoeiras baianos do processo de mudança cultural pelo qual passava todo o país, inclusive a Bahia. Notava-se uma transformação dos símbolos étnicos em símbolos de nacionalidade, uma incessante busca à “cultura brasileira” na tentativa de definir uma “identidade nacional”.<sup>147</sup>

As resistências dos capoeiras encontraram neste ambiente de mudança cultural elementos que vieram a legitimar sua prática. Esses agentes culturais reclamaram à capoeira o estatuto de parte da cultura afro-brasileira e impunham esta condição aos seguimentos do poder da sociedade de então. Se em 1937, o capoeira Mestre Bimba adquiriu um certificado de “Director de Curso de Educação Physica” emitido pelo próprio Estado, essa questão não pode ser interpretada por apenas um prisma que considera sua ação uma concessão despolitizada, descartando as várias possibilidades de resistir.

Mediante as questões aqui evidenciadas, podemos afirmar que para entender essas várias possibilidades de resistência, será necessário nos libertarmos das camisas de forças teóricas e metodologias que dificultam a interpretação da experiência vivenciada pelos capoeiras na capital baiana nas três primeiras décadas do século XX.

---

<sup>146</sup> COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola...* Op. cit.

<sup>147</sup> Sobre essa questão ver ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª edição. São Paulo: Basiliense, 1994.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Gabriel Ferreira. *Irmão velho*. Acrílica s/ tela, 40x40, 2003.

... a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria acção.<sup>148</sup>

O papel da história é de suma importância para conhecermos o tempo em que vivemos sem incorrer no equívoco de comprometer a ação neste tempo presente. É nesse sentido que uma pesquisa sobre os capoeiras baianos do início do século XX tem sua importância.

Em 25 de março de 2000 o jornal *A Tarde* publicou uma matéria intitulada: “Polícia Militar proíbe ‘capoeiristas de rua’”.<sup>149</sup> A notícia trouxe à tona uma prática que pode evidenciar a permanência histórica das relações estabelecidas entre o poder e os capoeiras nas ruas da capital baiana. Essa questão que pode ser remetida às discussões que foram feitas ao longo desse texto sobre os territórios sociais, configurados a partir da ação cotidiana dos capoeiras, e as autoridades policiais.

A memória da capoeira em situações como a que foi retratada pelo jornal *A Tarde* é utilizado como recurso de legitimidade dessa prática cultural. Entre os nomes dos mestres capoeiras que garantem a legitimidade dessa memória encontram-se Pedro Mineiro, Samuel da Calçada, Pedro Porreta, Chico Três Pedacos dentre outros mais que vivenciaram os espaços das praças e das ruas transformando-os em territórios, às vezes marcados por conflitos, mas onde não lhes faltava o brinqueado da capoeira. Pouco se conhece de suas histórias.

Não foram esses indivíduos apenas desordeiros que transgrediram a lei tendo muitos deles respondido a processos criminais. Mas é verdade que esses capoeiras experimentaram em sua vida social essas questões. Também não foram eles os “heróis” que muitas vezes a militância, em demasia, de muitos capoeiristas e, principalmente, do Movimento Negro, lhes atribuem terem sido. Foram eles, e ainda o são, sujeitos históricos e é como tal que devem ser entendidos. E como sujeitos históricos foram personagens do universo de nossa investigação, a partir dos quais é possível adquirir possibilidades de respostas para as perguntas manifestadas pelas vivências do presente, por exemplo indagar sobre os novos mecanismos de repressão aos capoeiras nas ruas da Cidade do Salvador, em pleno início do século XXI. Portanto é importante sabermos quem foram e como viveram esses capoeiras.

Envolvidos em desordens públicas em conflitos nas ruas da Cidade do Salvador, empunhando suas facas e navalhas, eram os capoeiras baianos das três primeiras décadas

---

<sup>148</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Tradução de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América, 1965, p. 40.

<sup>149</sup> *A Tarde*, 25/03/2000, p. 3.

republicanas os notórios valentes. O universo social dos capoeiras era impresso no cotidiano das ruas, sob as marcas da vagabundagem e da desordem, como ao longo da pesquisa pudemos evidenciar. Encontramo-los entre vagabundos, prostitutas, capangas e policiais configurando as relações de poder nas ruas da Cidade do Salvador. Mas eram também esses capoeiras agentes que reelaboravam o universo da criminalidade em espaços de resistência, cotidianamente negociada, de sua prática cultural.

Em nossa pesquisa evidenciamos questões do universo dos capoeiras baianos das três primeiras décadas republicanas que ainda se fazem presentes nos tempos atuais. A repressão policial é apenas um exemplo. Vale destacar a questão dos territórios sociais e a relação dos capoeiras com o poder, todavia, é claro que se deve considerar as especificidades históricas tanto das permanências quanto das mudanças no universo das relações dos capoeiras com o conjunto da sociedade.

As instituições de poder como a Universidade são hoje espaços de capoeiragem. Os cursos de Educação Física, por exemplo, conta em sua grade curricular com a disciplina Capoeira. Os praticantes nesse espaço de capoeiragem são os estudantes universitários em processo de formação profissional. É evidente que não cabe aí nesse brinquedo de capoeira os indivíduos que não abriam mão de suas navalhas e de uma boa dose de cachaça dos quais as rodas de capoeira das ruas ainda são merecedoras, pois, em uma e outra que ainda ocorrem no espaço público aparece vez ou outra um remanescente do tempo dos valentes. Eis aí um bom exemplo de território social.

Infelizmente não pudemos trabalhar com um número maior de casos para melhor ilustrar o cotidiano dos capoeiras em Salvador no período pesquisado. O recorte que nos foi possível, sugerido pela documentação, nos limitou a investigar os capoeiras que de uma forma ou de outra se envolveram com o universo da criminalidade. Esses tiveram os seus nomes publicados nos periódicos e na documentação policial e judiciária, entretanto, é justamente neste período, o qual compreende a Primeira República, que menos informações se teve sobre os capoeiras baianos. Até então as referências mais precisas sobre a capoeira na Bahia estavam datadas na década de 1930 e subsequente.

Na sensação de ter uma tarefa cumprida, mas não os trabalhos concluídos, acreditamos poder continuar pelas ruas da Bahia.



## FONTES

### 1. MANUSCRITAS

#### ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE SALVADOR - APMS

##### *Registros de Posturas Municipais:*

Código de Posturas do Município da cidade de Salvador em 1917/1920.

#### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - ABEB

##### *Autos de Processos Crimes*

Processos crimes de Pedro José Vieira, vulgo “Pedro Mineiro”, em 1909 e 1910 (Réu).

Processo crime de Inocêncio Firmino de Souza, vulgo “Sete Mortes”, em 1922 (Vítima).

Processo crime de Gregório Porfírio da Cruz, vulgo “Gregório Preto”, em 1913 (Vítima).

Processo crime de Samuel Luiz da França, vulgo “Samuel da Calçada”, em 1917 (Réu).

Processo crime de Ernesto Simões Filho, em 1936 (Vítima).

Processo crime de Pedro Celestino dos Santos, vulgo “Pedro Porreta”, em 1931 (Réu).

Processos crimes de João Francisco Pires, vulgo “Chico três Pedacos”, em 1916, 1923 e 1927.

Processo crime de Alfredo Martins Teixeira, vulgo “Caboclinho”, em 1915.

##### *Mapa e Portarias da Penitenciária*

Mapas de presos que aguardam julgamento na Casa de Detenção em 1930, 1931 e 1932.

Portarias de recolhimento e soltura em 1927, 1928, 1929, 1930 e 1931.

##### *Ofícios*

Ofício de Cosme de Farias requerendo a soltura de “Chico Três Pedacos” em 1923 (Judiciária)

Ofício de Cosme de Farias requerendo a absolvição de “Pedro Porreta” em 1931 (Seção Judiciária)

Ofício do Comandante do Torpedeiro Tupy entregando ao chefe de polícia um indivíduo que se passando por marinheiro foi preso com uma navalha em 1915 (Seção Republicana)

### 2. IMPRESSAS

#### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - ABEB

##### *Ofícios e telegramas*

Ofício de Álvaro Cova sobre o conflito da rua Saldanha que envolveu Pedro Mineiro e marinheiros do Torpedeiro Piauy em 1914 (Jornal de Notícias e Diário de Notícias).

Ofício do comandante do Torpedeiro Piauy em relação ao conflito da rua Saldanha (Jornal de Notícias e Diário de Notícias).

Telegrama do governador J. J. Seabra ao sr. Presidente da República Wenceslau Brás tratando do conflito da Rua Saldanha em 1914 (Jornal Gazeta do Povo)

***Falas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província.***

Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 12ª Legislatura pelo Dr. J. J. Seabra governador do Estado (1913).

Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura pelo Dr. J. J. Seabra governador do Estado (1914).

Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 13ª Legislatura pelo Dr. J. J. Seabra governador do Estado (1915).

**INSTITUTO GEOGRÁFICO DA BAHIA - IGHBA**

Relatório apresentado ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão Governador do Estado pelo Bacharel José Álvaro Cova Secretario da Policia e Segurança Publica. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1917.

Synthese da Administração Policial no quadriênio de 1924 a 1928 apresentada ao Ex<sup>mo</sup> Snr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado pelo Dr. Madureira de Pinho, Secretario da Policia e Segurança Publica do Estado da Bahia. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1928.

**3. FONOGRÁFICAS**

Mestre Cangiquinha e Mestre Waldemar - *Capoeira*- CD . São Paulo: MCK, s/d. (edição original, 1986).

*Mestre Pastinha Eternamente: músicas originais remasterizadas.* CD integrante da edição especial da *Revista Praticando Capoeira*, nº 4, São Paulo: Editora D & T, 2001.

**4. JORNAIS**

**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO – APEB/BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - BPEB**

***Jornal de Notícias***

1913 – janeiro a dezembro

1914 – janeiro a abril; setembro a dezembro

1915 – fevereiro a maio; outubro a dezembro

1917 – agosto a outubro

1919 – setembro a novembro; julho a agosto

1920 – janeiro a julho; agosto a dezembro

***Diário de Notícias***

1912 - janeiro a dezembro

1913 - janeiro a dezembro

1914 - janeiro a dezembro

1915 - janeiro a dezembro

1916 - janeiro a dezembro

1917 - janeiro a dezembro

1918 - janeiro a dezembro

1919 - janeiro a dezembro

1920 - janeiro a dezembro  
1922 - janeiro a dezembro  
1923 - janeiro a outubro

#### ***Diário da Bahia***

1917 – janeiro a março  
1918 – janeiro a março

#### ***Gazeta do Povo***

1914 – setembro a dezembro  
1915 – janeiro a abril

#### ***A Rua***

1922 – setembro

#### ***A Tarde***

Edições avulsas

### **5. LITERATURA**

#### ***Romances***

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 30ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1983.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. 58ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.

#### ***Crônica***

VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

VIANNA, Antônio. *Quintal de nagô e outras crônicas*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979.

#### ***Poesia***

Manoel Rosentino citado por MOURA, Jair. “A sinonímia popular da capoeiragem”. In: *Capoeira: ginástica da resistência* ( Edição especial da *Revista da Bahia*), v. 32, nº 33, Júlio de 2001.

### **6. DICIONÁRIOS**

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa - Ilustrado*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Gama/Civilização Brasileira, 1971.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Jornal Correio da Bahia, s/d.

SÉGUIER, Jayme. *Diccionario Prático Ilustrado: novo diccionario encyclopédico luso-brasileiro*. Porto: Livraria Chardron, 1931.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba: a capoeira no ringue*. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarras nas ruas.: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Raimundo Cesar Alves de. *Mestre "Atenilo": o relâmpago da capoeira regional. (depoimentos)*. Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1988.
- AMADO, Jorge. *Jubiabá*. 58ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Tenda dos milagres*. 30ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- ARAS, Lina M. B. de e OLIVERA, Josivaldo P. de. "Mulheres Perigosas': capoeiras, arruaceiras e navalhistas na cidade do Salvador (1910-1935)". In: *VIII Simpósio Baiano de Pesquisadora(e)s sobre Mulher e Relações de Gênero*. Salvador: UFBA/NEIM, 2002.
- AZEVEDO, Aluízio. *O cortiço*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980
- BACELAR, Jéferson. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os galegos no paraíso racial*. Salvador: Ianamá/CEAO/CED, 1994.
- BOBBIO, Noberto et. al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB/São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BOLA SETE, Mestre. *A Capoeira Angola na Bahia*. Salvador: EGBA/Fundação das Artes da Bahia, 1989
- BRAGA, Júlio Santana. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- BRECHT, Bertold. *Poemas/1913-1956*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- BRETAS, Marcos Luiz. A Queda do Império da Navalha e da Rasteira. In: *Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 1991.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CARNEIRO, Edison. “Capoeira”. *Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1977.
- \_\_\_\_\_. “O negro como objeto de ciência”. In: *Afro-Ásia: Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA*, nsº 6-7, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, José Guilherme da Cunha (org.). *Miguel Santana*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- CELESTINO, Mônica. “Cosme de Farias: advogado dos pobres”. In: *Memórias da Bahia*. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo S. A., 2002, v. 1.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHACLHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARLOT, Mônica e MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- COUTINHO, Daniel. *O ABC da Capoeira Angola: os manuscritos do mestre Noronha*, Brasília: DEFER, Centro de Informação e documentação sobre a capoeira (CIDOCA/DF), 1993.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAHL, Robert Alan. *Análise política moderna*. 2ª edição. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UNB, 1988.

- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DIAS, Luiz Sergio. *Quem Tem Mêdo da Capoeira? (1890-1906)*. Rio de Janeiro. [Dissertação de Mestrado], UFRJ, 1993.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e História social: historiografia e pesquisa”. In: *Projeto História*. São Paulo, dez., 1993. V. 10.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. [Dissertação de Mestrado]. Salvador: UFBA, 1994.
- FRY, Peter et. al. “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In REIS, João José (org.). *Escravidão & invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GINSBURG, Carlo. *Emblemas, mitos e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *História Noturna: decifrando o Sabá*. 2ª edição. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA. Salvador: EGBA, 1979.
- HOBSBAWM, E. J. “A outra história – algumas reflexões”. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- HOLLOWAY, Thomas. “O ‘saudável terror’: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”. In: *Estudos Afro-Asiático*, nº 16, 1989.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LEAL, Luiz Augusto Pinheiro e PANTOJA, Letícia Souto. “Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX.” In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira (org.). *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: Cejup, 1997.

\_\_\_\_\_ “Deixai a política da capoeiragem gritar”: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). [Dissertação de Mestrado em História]. Salvador: UFBA, 2002.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. [Dissertação de Mestrado], UFBA, 1996.

LINS, Wilson. et.al. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Ianamá, 1988.

LUHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí...”: mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942”. In: *Revista USP: Dossiê Povo Negro – 300 Anos*, nº 28, 1995/96.

MACEDO SOARES, Oscar de, *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (comentado)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador/Ba (1850 -1888)*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: PUC, 2000.

MORAIS FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.

MOURA, Jair. “A sinonímia popular da capoeiragem”. In: *Capoeira: ginástica da resistência* ( Edição especial da *Revista da Bahia*), v. 32, nº 33, Júlio de 2001.

\_\_\_\_\_ “Capoeira – a Luta Regional Baiana”. In: *Cadernos de Cultura*. Salvador: SEC/BA, nº 1, 1979.

\_\_\_\_\_ *Mestre Bimba: a crônica da capoeiragem*. Salvador: Fundação Mestre Bimba, 1991.

\_\_\_\_\_ “Capoeiragem – Arte & Malandragem”. In: *Cadernos de Cultura*. Salvador: SEC/BA, nº 02, 1980.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

*NOVOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (Trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro no Recife em 1934)*. Recife: Massagana, 1988.

- O NEGRO NO BRASIL (Trabalhos apresentados no 2º Congresso Afro-Brasileiro/Salvador)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de, “Capoeira e polícia: diferenças históricas” in *Alternativo Revista*, Feira de Santana, setembro, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Entre vadios, valentes e mestres capoeiras”. In: *Anais do I Encontro Regional de História: História, cidades e sertões*. (CD-RUM). Ilhéus: UESC/ANPUH-BA, 2002.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (org.). *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª edição. São Paulo: Basiliense, 1994.
- PASTINHA, Mestre, *Capoeira Angola*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. 2ª edição. Tocantins/Goiânia: NEAB/Grafset, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo no Rio de Janeiro (1890-1937)*. [Dissertação de mestrado], Campinas: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea*. [Tese de doutorado]. Campinas: UNICAMP, 2001.
- QUERINO, Manuel. *Bahia de Outrora*. Salvador/BA: Econômica, 1916;
- \_\_\_\_\_. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Artur. *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psychanalyse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- RÊGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapoã, 1968.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- REIS, Letícia Vidor de Souza. *Negros e Brancos no Jogo da Capoeira. A Reinvenção da Tradição*. Dissertação de Mestrado, USP, 1993.



- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Salvador: Progresso, 1957.
- \_\_\_\_\_. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935;
- \_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*. Brasília: UNB, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: Pedações de Uma Sonora Tradição Popular (1890-1950)*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1990.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira república*. Salvador: CEB, 1978.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia da repressão: uma crítica ao positivismo em criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão, Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: UFBA, 1959.
- SCHWUARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SHIMITH, Jean-Claude. A História dos marginais. In LE GOF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1990.
- SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. In: *Revista Afro-Ásia*. Salvador: CEAO/UFBA, nº 23, 2000.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3ª edição. Campinas: IFCH/UNICAMP. Textos Didáticos, nº 10, vol. 2 – Fevereiro de 1998.
- \_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa (a árvore da liberdade)*. 3ª edição. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

\_\_\_\_\_. *Quintal de nagô e outras crônicas*. Salvador: CEB, 1979.

VIEIRA, Luiz Renato. *O jogo da capoeira: corpo e cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

# **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **NOMES E APELIDOS DOS ANTIGOS CAPOEIRAS BAIANOS\***

---

\* Extraído de COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola: os manuscritos do mestre Noronha*. Op. cit., p. 65 e PASTINHA, Mestre. *Capoeira angola*. Op. cit., p. 24-25.

<b>Listados por Mestre Noronha</b>	<b>Listados por Mestre Pastinha</b>
Juvenal Engraxate (mercado modello)	Escalvino
Samuel pescador de Barra Fora (rampa do modello)	Bigode de Seda
Antoninho da Barra Asogeiro	Zacarias Grande
Bilusça Pescador de Barra Fora (pregiça)	Américo Ciência
Antonio Galindeu Mestre de Lanxa de Cachoeira de Paraguasú	Raimundo Aberre
Gerado Chapeleiro Ladeira do Tabohão	Bugalho
Gerado Pé de Abelha Engraxate Mercado Modello	Eutique
Bazilio Carregador da Rampa do Modello	Vitor H. U.
Pércilio Engraxate Mercado Modello	Barbosa
Ticibú Pescador de Barra Fora Pregaça	Amorzinho
Benedito Cão Engenho velho de Brotas	Duquinha (irmão de Veneno)
Cimento de Itapoã Pescador de Barra Fora	Antonio Galileu
Victor Pescador de Barra Fora	Raimundo Cachoeira
Piroca vendedor de Peixe Mercado Santa Bárbara	Zebedeu
Ricardo do Cais do Porto	Zé Bom Pé
Antônio Boca de Porco estivador do Julião	Zé Veneno (da Barra)
Chico Três Pedaçõs vendedor de peixe do Mercado santa Bárbara	Chico Três Pedaçõs
Age Pintor Pau da Bandeira	Noventa e Cinco e Cento e Cinco (companheiros de Mestre Pastinha na escola de aprendizes Marinheiros)
Feliciano Bigode de Ceda Cais do ouro Pilar	Tibirici de Folha Grossa
Lamite Carregador Cais do Ouro Pilar	Bezouro
Liverpú Estivados Cais do Porto Julião	Doze Homens
Marco Pequeno Carvão de Pedra Areia do Sete	Zacarias Pequeno
Otaviano Carregador do Cais 7	Inimigo Sem Tripa
Governador Carregador do Cais 7	Eduardo Traripe
Cabocinho Estivador Cais do Porto Julião	Curió
Raimundo ABR Santa Casa da Misericórdia Pedreiro	Zé do U
Balbino Carroseiro Cais Dourado	Vitorino Braço Torto
Antonio Copo Carroseiro Cais Dourado	Zé do Saco
Barboza Caregador de Canto Largo 2 de Julho	Chico Capurminho
Edigar Carrosinha Sapateiro Maciel de Baixo	Manoel Cabeça
Aufeu Dizordeiro Maciel de Baixo	Cabôclo (irmão de Bilusca Pescador)
Pedro 31 – Maciel de Baixo Carregador	Galinho

Pedro Porreta Trapixeiro Pilar	Bastião
Pedro Porreta Vendedor de peixe Mercado Santa Bárbara	Pedro Mineiro
Lucio Pequeno trapixeiro Praia da Pregiça	Chico da Barra
Bemor do correio federal Marinheiro do Minniteiro da Gerra	Bemó do Correio
Tibiriri Fucinho de Porço Correio Federal conductor Bonde do Burro	Chico Cazumbá
Pedro Mineiro Carregador Praça da Sé	Nozinho (da empresa de Carruagem)
Samoel Grande da Calçada Carpinteiro	Casaca
Inocência 7 Morte Boa viagem Cabo eleitoral	Samuel da Calçada
Ilario Chapeleiro Taboa Pai de Santo	Sete Mortes
Piedade Carregador Praça da Sé	Chico Me Dá
Eltique das Malhadas vendedor de peixe	Samuel Pescador
Totonho de Maré estivador Cais do Porto	João Coqueiro
	Alfredo Raposa
	Geraldo Chapeleiro
	Ricardo das Docas
	Ilário Chapeleiro
	Daniel Reis
	Agé Pintor
	Julia Fogareira
	Maria Homem

## **ANEXO II**

### **NOÇÕES DOS TERMOS VAGABUNDAGEM E CAPOEIRAGEM, SEGUNDO O JURISTA OSCAR DE MACÊDO SOARES\*\***

---

\*\* Extraído de *CODIGO PENAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Comentado por Oscar de Macedo Soares)*. Op. cit., p. 588-594.

## Sobre a Vagabundagem:

Os termos *ociosidade*, *vadiagem* ou *vagabundagem* juridicamente são equivalentes e o nosso código não suffraga aduella distincção. Na expressão *vadiagem* comprehende-se o *ocioso*, o *vadio* e o *vagabundo*. A vadiagem é, como diz Silva Ferrão, menos facto criminoso em si mesmo do que um modo de existência social perigoso que o legislador quiz reprimir. É mais um acto *preparatório* ou de predisposição de crime, que mesmo *tentativa* maléfica, porque o ser vadio não constitue nem começo de crime, ou habito de fazer mal. Mas a lei penal presume aqui a grande possibilidade e probabilidade dessa consequência, e seu carácter e fim é portanto eminentemente preventivo e correccional. A doutrina de Florian e Cavaglieri, cuja a obra recente, *I vagabondi*, João Vieira cita e exalta, suffraga o mesmo sentido. A vadiagem como *parasitismo social e anti social* é um phenomeno individual, social e econômico, punível quando *anti social*, isto é, quando pode se constituir germen ou terreno preparado para os crimes, ou quando affecte os interesses da ordem econômica ou da segurança social. O *parasitismo social* ou *simples*, como diz João Vieira, o parasitismo dos ricos, dos doentes, dos inaptos, dos desoccupados sem culpa própria, não pode ser punido. A lei define o *vadio anti social* afim de distingui-lo dos demais e ao mesmo tempo construir a figura da respectiva contravenção. É vadio, e incorre em contravenção de vadiagem ou vagabundagem, aquelle que deixar de exercitar profissão, officio ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite. É também *vadio* ou *vagabundo* aquelle que provê á subsistência por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes, ainda que tenha domicilio certo. O art. 399 distingue portanto três espécies de vadios. São elementos constitutivos da primeira espécie: 1º que o individuo não exerça profissão, officio ou qualquer mister em que ganhe a vida; 2º que não possua meio de subsistência, isto é, que não tenha renda, pensão ou qualquer recurso que lhe garanta a subsistência; 3º que não tenha domicilio certo em que habite. Estes são os vadios ou vagabundos propriamente ditos. Á espécie pertencem os indivíduos que embora tenham domicilio certo, procuram recursos de subsistência em occupação prohibida por lei: taes são os jogadores de profissão, a que se refere o art. 374. São comprehendidos na terceira espécie os *caftens*, *proxenetas*, os que em geral vivem do *lenocineo*, as *meretrizes*. Esta casta de gente possui domicilio certo, mas provém a subsistência por meio de occupação manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes. O dr. Bento de Faria, delegado da 8ª circunscrição policial da Capital Federal, expedio em 23 de Março de 1903, a seguinte portaria, que merece ser aqui citada:

Attendendo a que vagabundagem, embora não seja um crime completo, deve ser, entretanto, considerada com um estado anti social permanente que exige medidas de prevenção constante (*Priné – Science pénale et droit positif*), o que importa prevenir ou corrigir as inclinações ou hábitos viciosos ou immoraes do agente;

Attendendo a que por *vagabundo* se entende não só aquelle que vagueia sem domicilio e sem pedir ao trabalho os meios de subsistência, mas também o que procura prove-la por meio de occupação prohibida por lei ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes, (*cód. Pen., art. 399, reg. 120, de 31 de janeiro de 1842, art. 300*);



Attendendo a que a prostituição sobre ser ocupação reprovada, como offensiva da moral e dos bons costumes, para ser publicamente tolerada, sendo que as meretrizes não merecem consideração civil por falta de boa fama, ULP. Reg., Tit.13, § 1º e fr. 43. Deritu nupt. (XXIII, 2), cód. L. 3, tit. 58, § 2; Ribas – Direito civil brasileiro, vol. 2, pág.109 e seguintes; Paula Baptista – Theor. E prat. Do proc. Civil, § 135: Moraes Carvalho, - Praxe forense, § 547;

Attendendo a que os próprios paizes que a regulamentarão, apenas tiverão em vista coibir o escândalo publico, mas nunca o reconhecimento *official* da *profissão de prostituta*, a tanto assim que, em recente conferencia internacional, realizada em Pariz, a 15 de julho de 1902, e na qual tomarão parte os representantes da Allemanha, Áustria, Bélgica, Brazil, Dinamarca, Hespanha, Inglaterra, Hungria, Itália, Noruega, Hollanda, Portugal, Rússia, Suécia, Suissa e França, sob a presidência do Ministro dos Negócios Exteriores desta ultima nação, tratou-se com empenho de pôr termo á prostituição crescente, promettendo os referidos Delegados auxiliar-se reciprocamente para consecução desse *desideratum* (*Documents diplomatiques sur la conference Internationale pour la repression de la traite des blanches*. Pub. Offi.;

Attendendo a que a prostituição no Brazil não regulamentada, sendo até punidos os que excitarem, favorecerem ou induzirem mulheres a esse trafico (*cód. Pen., art. 277*);

Attendendo a que a autoridade policial cumpre ter sob sua vigilância as prostitutas, providenciando contra ellas de forma a assegurar o respeito á lei e á moral pública (*Dec. n. 4,763, de 5 de fevereiro de 1903, art. 31, n. XIII*);

### **Sobre a Capoeiragem:**

A figura delictuosa da *capoeiragem* não era conhecida no código anterior. Forma de delinquência *indígena*, como diz João Vieira, os capoeiros escapavam á sancção penal, salvo quando dos exercícios resultavam offensas corporaes ou mortes, e n'estes casos respondiam pelos crimes commetidos.

O novo código andou bem avisado constituindo a figura especial de capoeiragem em contravenção punível, ainda que dos exercícios não resultem offensas physicos ou mortes. O código distingue a capoeiragem conmo simples contravenção, a qual consiste em fazer nas suas e praças os exercícios de agilidade e de destreza corporal conhecidos sob aquella denominação. Constitui também capoeiragem, e esta é a forma mais perigosa para a segurança publica e individual, andar em correria com armas e instrumentos capazes de produzir lesões corporaes, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. Esta espécie de capoeiras são os desordeiros e turbulentos profissionaes ou instictivos pertencentes de ordinário a grupos ou maltas com denominações diversas, que saham a fazer correrias e se pertenciam a maltas rivaes desafiavam se para brigar, empenhado se as vezes em verdadeiros combates na praça publica. Estes malfeitores eram vistos também em exercícios de capoeiragem na frente da musica dos batalhões que saham a rua. Hoje esta gente pertence a grupos carnavalescos, aos denominados *cordões*, ou são capangas eleitoraes ao serviço dos políticos da mesma laia. Na figura da simples capoeiragem das duas espécies, a segunda mais grave do que a primeira porque o uso da arma offensiva, a provocação do tumulto ou desordem, a ameaça a alguém, e o temor incutido, sem duvida produzem mal maior, agravando a *capoeiragem*,

e por isso devia essa contravenção ser punida com maior rigor. Contudo, não existe n'estas espécies outros crimes senão os *exercícios* ou as *correrias* de simples capoeiragem. Se dos *exercícios* ou *correrias* resultar somente perturbação da ordem, da tranqüilidade e segurança publicas, serão punidos com as penas do art. 402, porque não se encontra no código, senão n'aquela artigo, definida a perturbação da ordem como figura delictuosa. Se o capoeira fôr encontrado com armas, responderá também pelo uso de armas prohibidas (art. 377). O facto de pertencer o capoeira á banda ou malta agrava a penalidade, ainda que elle opére isoladamente. *Vide no Appendice*, lei n. 917 de 29 de dezembro de 1902, art. 1, n. IV.

## **ANEXO III**

### ***A MEMÓRIA DAS RUAS***



*Rua Saldanha da Gama, 2004 - localidade onde ocorreu o conflito envolvendo o capoeira Pedro Mineiro e os marinheiros do Torpedeiro Piauí, em dezembro de 1914.*



*Rua das Flores, 2004 - localidade onde, em julho de 1927, o capoeira Chico Três Pedacos foi recolhido pela guarda civil, acusado de ter agredido, com uma cabeçada, a um atendente do bar "Café Para Todos", que se situava nesta localidade.*



*Caminho Novo do Taboão, 2004 - Com destaque, o Bar “A Bola Verde”, localidade onde foi assassinado o Chefe de Estiva João de Adão, tendo como principal acusado o capoeira Nozinho da Cocheira (ou Carruagem), em agosto de 1913.*



*Elevador do Taboão, 2004 - situado à esquina da rua do Taboão com a rua Julião, frente ao qual, em outubro de 1913, fora recolhido pela guarda civil o capoeira Caboclinho, depois de lutar e desarmar, com sucesso, uma guarnição policial. Foi nessa mesma localidade que em dezembro de 1915, o referido capoeira, depois de confrontos corporais com guardas civis, foi almejado à arma de fogo vindo a óbito imediato.*



*Rua do Julião, 2004 - onde moraram muitos capoeiras a exemplo de Pedro Mineiro, Gregório Preto e Antônio Boca de Porco . Essa rua, durante as décadas de 1910 e 1920, caracterizava territórios sociais demarcados pela atuação dos capoeiras Caboclinho e Pedro Porreta.*



*Rua J. J. Seabra, 2004 - área de muitos conflitos de rua envolvendo capoeiras na primeira metade do século XX. À direita de letreiro azul o mercado Santa Bárbara, onde trabalhou como peixeiro muitos capoeiras dentre eles Pedro Porreta e Chico Três Pedacos.*